



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE**

KELMA DE FREITAS FELIPE

**AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E O MOVIMENTO
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA - “UTOPIA CONCRETA”?**

Fortaleza, Ceará

Novembro/2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

KELMA DE FREITAS FELIPE

**AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E O MOVIMENTO
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA - “UTOPIA CONCRETA”?**

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos

Fortaleza, Ceará

Novembro/2008

KELMA DE FREITAS FELIPE

**AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E O MOVIMENTO
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA - “UTOPIA CONCRETA”?**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA EM: 28/10/2008

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
(Orientador)

Profª. Dra. Maria Neyára de Oliveira Araújo

Prof Francisco Horácio da Silva Frota

AGRADECIMENTOS

Diante da tarefa árdua que é iniciar e concluir um curso de pós-graduação, é necessário o apoio de todos os que estão ao seu redor. Para tanto, agradeço às seguintes pessoas e instituições que foram de fundamental importância para a concretização de mais um passo em direção ao aprimoramento de meus conhecimentos:

Aos meus pais, Raimundo e Simone, que tudo fizeram e fazem para me dar uma boa educação.

À minha irmã, Érica Milô, que colaborou para que as dúvidas e incertezas fossem vencidas, ao afirmar que, com sabedoria e experiência, no final, tudo dá certo; basta ter paciência e procurar as formas certas de fazer as coisas.

Ao Alex, meu noivo, que sempre me dá força e coragem em seus comentários e posicionamentos, acreditando sempre em meu potencial.

Às colegas Patrícia e Keyla, que diariamente davam aquela “injeção” de animo para vencer os obstáculos.

Ao meu orientador, professor doutor João Bosco, que acreditou em mim e me ajudou na conclusão deste trabalho.

À FUNCAP, pela concessão de bolsa de estudo por mais de um ano, ajuda esta de fundamental importância, haja vista a necessidade de dedicação exclusiva aos estudos.

À FUNDESOL e aos sujeitos pesquisados, por disporem de seu tempo para que eu obtivesse os dados necessários para a realização desta pesquisa, sendo estes visitados e revisitados várias vezes.

À UECE e a todos os professores de minha graduação e pós-graduação, que colaboraram direta ou indiretamente em minha caminhada estudantil, contribuindo assim com a formação que tenho hoje.

E, principalmente, a Deus, que está sempre presente em minha vida, dando-me força e sabedoria para continuar perseverando em seus ensinamentos.

Ainda pior que a convicção do não é a incerteza
do talvez, é a desilusão de um quase.
É o quase que me incomoda, que me entristece,
que me mata trazendo tudo que poderia ter sido e não foi.
Quem quase ganhou ainda joga,
quem quase passou ainda estuda,
quem quase morreu está vivo,
quem quase amou não amou....
...Não é que fé mova montanhas, nem que todas
as estrelas estejam ao alcance,
para as coisas que não podem ser mudadas
resta-nos somente paciência porém,
preferir a derrota prévia à dúvida da vitória
é desperdiçar a oportunidade de merecer.
Desconfie do destino e acredite em você.
Gaste mais horas realizando que sonhando, fazendo que planejando,
vivendo que esperando porque,
embora quem quase morre esteja vivo, quem quase vive já morreu.

Luis Fernando Veríssimo

“...aquilo que está nos livros em relação a Economia Solidária é muito lindo,
mas quando você vai para a prática as coisas são um pouco tortas
porque o que está em jogo não é a promoção do desenvolvimento local,
mas a garantia da comercialização dos produtos.”

Sujeito Entrevistado

RESUMO

A presente dissertação resulta de uma recuperação histórica da categoria trabalho, apresentando os processos de reestruturação produtiva, vividos com origem no século XX, suas consequências nos modelos de produção e a presença de elevados índices de desemprego ou inserção no mercado informal. Mediante essa nova configuração no mundo do trabalho, surge a proposta da Economia Solidária, na tentativa de oferecer opções para a classe que se encontra na condição de desemprego ou em trabalhos precários. Desta forma, é no intuito de compreender este novo modelo de produzir que a pesquisa foi desenvolvida na região do Grande Bom Jardim, área situada na periferia de Fortaleza – Ceará - Brasil, tendo como referência as ações desenvolvidas pela FUNDESOL. O público-alvo desta pesquisa foi composto de técnicos, clientes da FUNDESOL, associações e comerciantes parceiros com os quais foram realizadas 25 entrevistas semi-estruturadas, isto é, três com gestores da FUNDESOL, cinco com representantes de associação, cinco com comerciantes, cinco com clientes do CREDSOL e sete com participantes do Microcrédito. Em relação aos procedimentos teórico-metodológicos, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e de campo, de forma a conhecer as publicações a respeito do tema, aprofundar o conhecimento sobre a realidade da região do Grande Bom Jardim e a experiência da Economia Solidária, desenvolvida pela FUNDESOL. De acordo com os indicadores da pesquisa, foi possível concluir que diversos são os entraves que dificultam o desenvolvimento da Economia Solidária. Embora possua características que contradizem o modo de produção capitalista, não é ainda possível se sobrepor a este na realização de outro mundo possível. Não obstante, continua firme a esperança na efetivação de uma nova forma de organização da comunidade, da produção e do consumo em busca de opções que possibilitem a garantia de direitos econômicos, sociais e políticos, haja visto o fato que, cotidianamente, pequenos resultados e espaços são conquistados com experiências que estão dando certo, sejam na comunidade ou nos setores públicos, na busca pelo desenvolvimento deste novo modelo de organização social e econômica.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a historic recovery of work category, showing the process of restructuring productive, experienced from the twentieth century, its impact on patterns of production and presence of high levels of unemployment or insertion in the informal market. Through this new configuration in the world of work, comes the proposal of the Solidarity Economy, in an attempt to offer options for the class that is in the condition of unemployment or in precarious work. Thus, the aim is to understand this new way of producing that the research was conducted in the Greater Good Garden, an area located in the outskirts of Fortaleza - Ceará - Brazil, with reference to the actions undertaken by FUNDESOL. The intended audience for this research was composed of technicians, customers of FUNDESOL, traders associations and partners with whom they were performed 25 semi-structured, that is, three managers with FUNDESOL, five with representatives of association, five with traders, five with customers and seven of CREDSOL with participants of Microcredit. Regarding the theoretical and methodological procedures, it was used literature search and field, in order to reveal the publications on the subject, deepen knowledge about the reality of the region of the Greater Good Garden and the experience of the Solidarity Economy, developed by FUNDESOL . According to the indicators of research, it was possible to conclude that many are the obstacles that hinder the development of the Solidarity Economy. Although it has characteristics that contradict the capitalist mode of production, is not yet possible to overlap in the implementation of this new world possible. However, continued strong execution in the hope of a new form of community organization, production and consumption in search of options that allow the guarantee of economic rights, social and political, have seen the fact that, daily, small and results Spaces are won with experiences that are worked out, are in the community or the public sectors in the quest for development of this new model of social and economic organization.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	11
O objeto de estudo	11
Percurso metodológico e expositivo	16
2- ANÁLISE DA CATEGORIA TRABALHO NO BRASIL	20
2.1- A categoria trabalho: definição histórica e sociológica	20
2.2 - O capitalismo monopolista, os novos modelos de produção e a atuação do Estado	26
2.3 - A condição de assalariado e a situação de desemprego	34
3- O PROJETO EMANCIPATÓRIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	40
3.1 - Esboço histórico da Economia Solidária	41
3.2 - Princípios e diretrizes da Economia Solidária	47
3.3 - As diversas nomenclaturas utilizadas para traduzir a experiência da Economia Solidária	49
3.4 – A Economia Solidária como forma de redução da pobreza e organização política no Brasil.	52
3.5 - Os caminhos percorridos no Brasil para o estabelecimento de políticas públicas de fomento à Economia Solidária.	67
4- O GRANDE BOM JARDIM: <i>LOCUS</i> DA EXPERIÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA	72
4.1- Apresentação da região do Grande Bom Jardim	72
4.2- Práticas e usos da Economia Solidária - o caso FUNDESOL	83
4.3 - Apresentação das linhas de atuação da FUNDESOL	88
5- POSSIBILIDADES E LIMITES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DOS PARCEIROS E CLIENTES DA FUNDESOL	104
5.1 - O que pensam os representantes das associações e dos comércios parceiros da FUNDESOL	104
5.2 - O significado da categoria trabalho na da Economia Solidária	116
5.3 - Sentido e prática da Economia Solidária no Grande Bom Jardim	125
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Apropriação de renda domiciliar total gerada - Ceará(2006).	55
2 - Distribuição da população residente no Grande Bom Jardim.	75
3 - Distribuição da população do Grande Bom Jardim, por sexo.	75
4 - Distribuição da população do Grande Bom Jardim, por faixa etária.	76
5 - Distribuição da população economicamente ativa em relação a sua inserção no mercado de trabalho.	80

LISTA DE TABELAS

1 - Indicadores mensais do mercado de trabalho em Fortaleza.	37
2 - Condições de ocupação dos domicílios particulares permanentes no Grande Bom Jardim.	76
3 - Classificação dos domicílios em relação ao esgotamento sanitário, média de número de banheiros e destino do lixo.	77
4 - Índice da população residente no Grande Bom Jardim responsável, por domicílio e relação com o grau de instrução.	79
5 - Distribuição dos responsáveis por domicílio, por classe de rendimento.	81
6 - Vantagens e desvantagens em relação ao CREDSOL.	127

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo

Para se falar em Economia Solidária, é preciso compreender o contexto econômico e social vivido pela população no mundo do trabalho, o qual, desde a década de 1980, passa por mudanças que levaram à vivência de experiências como o desemprego, trabalhos terceirizados, temporários e experiências de cooperativismo.

Neste contexto, a classe que vive do trabalho se submete às condições impostas pelo mercado, enfrentando a flexibilização da produção e a perda dos direitos trabalhistas para não se inserir na categoria dos supranumerários, denominação utilizada por Castel(1998) para classificar as pessoas que, segundo o sistema capitalista, não servem nem para serem exploradas.

É importante destacar o fato de que estas dificuldades tiveram intensiva relação com o papel desempenhado pelo Estado durante tal período. O Estado, principal promotor de políticas sociais públicas destinadas à promoção do bem-estar da sociedade, passou por uma redefinição de seu papel, que implicou diretamente a redução de seus gastos. Assim, em vez de um Estado responsável pelas políticas sociais, havia uma minimização de sua participação, direcionando os compromissos com o social para as políticas privadas ou de responsabilidade filantrópica.

Com as políticas neoliberais, buscam-se a liberdade dos mercados e o estabelecimento dos lucros, intensificando-se a globalização e a reestruturação produtiva na sociedade contemporânea. Nessa nova realidade do mercado de trabalho, a garantia dos direitos sociais foi substituída pelos direitos civis e o individualismo tornou-se o principal sentimento vivido pela população, que luta, a todo custo, pela sua própria sobrevivência.

É neste cenário que nasce a idéia da Economia Solidária no Brasil. Segundo Singer a Economia Solidária representa um

(...)projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores. (SINGER, 2001, p.09)

A Economia Solidária é fruto de movimentos sociais em busca de melhores condições de vida para a classe de trabalhadores que se encontram na situação de desemprego e/ou realização de trabalhos precários submetidos ao capital. Nela se busca a recuperação do sentido de solidariedade e coletividade.

No que concerne à inserção no mercado, a Economia Solidária preza a eficiência, mas preservando as relações internas igualitárias e democráticas. Com ela busca-se reaver o prazer pelo trabalho, sendo tal ação vista como possibilidade de trocas cooperativas, complementares e sinérgicas com as quais todos ganham. Assim, o trabalho perderia sua relação com uma atividade de exploração e passaria a ser visualizado como ação que promove o fortalecimento das organizações políticas, garantindo os direitos econômicos e sociais.

Diante do mercado solidário, configura-se nova relação entre os produtores e a comunidade consumidora, garantindo importantes nichos de mercado. Essa nova relação promove uma mudança na própria nomenclatura, quando se refere aos consumidores e produtores, visto que estes são denominados na Economia Solidária como PROSUMIDORES¹, isto é, trabalhadores inseridos neste modelo econômico participam ao mesmo tempo da produção e do consumo, auxiliando no desenvolvimento local.

Com suporte nessas informações, ressaltamos que a escolha desta temática, abordando categorias como o mundo do trabalho e a Economia Solidária, ocorreu em razão de breve, mas ao mesmo tempo significativo conhecimento das conseqüências advindas do desemprego, quando da realização de uma pesquisa, no ano de 2004, para defesa de monografia na graduação em Serviço Social, intitulada “Situação de Desemprego: implicações na subjetividade e nas relações sociais dos trabalhadores em condição de desemprego”.

Mencionado estudo sobre as conseqüências do desemprego produziu em nós, de imediato, um encantamento pela proposta da Economia Solidária, da qual tomamos conhecimento no ano de 2005. Em verdade, enxergar a realidade vivida pela classe trabalhadora na situação de desemprego causou-nos intenso impacto. Durante e após a

¹ Conceito criado pelos integrantes da Rede Brasileira da Socioeconomia Solidária. Significa produzir e consumir localmente; cada produtor é consumidor e cada consumidor é em potencial produtor.

pesquisa em relação ao desemprego, passamos a nos questionar constantemente sobre a necessidade de se criar mecanismos da gestão do trabalho que pudessem inserir a população – classe que vive do trabalho - de maneira mais ativa em sua comunidade, formulando opções que lhes possibilitassem geração de renda para garantir as necessidades básicas e qualidade de vida.

Creemos que esta nossa preocupação ocorreu também pela nossa formação no Serviço Social, assim como pela realização de trabalhos sempre voltados para a produção de renda no âmbito da política de assistência social. Durante o período em que trabalhamos no município de Meruoca-CE no ano de 2005, na Secretária Municipal de Assistência, entramos novamente em contato com a realidade do desemprego e, junto às associações comunitárias do Município, tentamos desenvolver trabalhos voltados para a formação de renda e oportunidades de qualificação profissional na perspectiva de criar opções para a população desempregada e uma outra maneira de enxergar a categoria trabalho, aproximando-se da concepção utilizada pela Economia Solidária.

Ao retornar para Fortaleza, trabalhamos em um projeto social da Prefeitura, desenvolvido no Conjunto Palmeiras, *locus* da criação e desenvolvimento da Economia Solidária. Com esta experiência, procuramos conhecer melhor a política de desenvolvimento da proposta da Economia Solidária, suas fortalezas e limitações, visto que, como ensina Paul Singer (2001), a Economia Solidária não é uma panacéia, mas possibilita acreditar que outro mundo seja possível, mediante a estruturação de outras relações sociais e econômicas entre produtores e consumidores.

Desta forma, buscamos desde o ano de 2004, compreender o mundo do trabalho e suas mudanças, na tentativa de averiguar os impactos ocasionadas nos modelos de organização e produção, e assim descobrir a importância da Economia Solidária como estratégia para disseminação da consciência de que é possível desenvolver uma nova economia baseada na ética, na solidariedade e no desenvolvimento local em busca de “sociedade pós-capitalista”.

Em razão, pois, dessa proposta de organização da sociedade e das formas de produção e consumo, analisamos neste trabalho a experiência da Economia Solidária, desenvolvida na Região do Grande Bom Jardim, em Fortaleza. Na pesquisa, procuramos compreender as possibilidades e limites da Economia Solidária sobre as

mudanças no significado atribuído à categoria trabalho e as modificações na vida pessoal e comunitária - organização econômica e social -, por intermédio da inserção em um mercado solidário, que tem por base princípios de solidariedade e autogestão, na busca da geração de renda e do desenvolvimento local.

Para chegar a estas respostas, buscamos conhecer a dinâmica das ações da FUNDESOL - Agência de desenvolvimento local e socioeconomia solidária; identificar seus trabalhos na comunidade em relação aos princípios de solidariedade, autogestão e cooperativismo; compreender as mudanças mais significativas na vida pessoal e comunitária dos clientes das linhas de financiamento; e analisar as expectativas dos clientes em relação à experiência da Economia Solidária.

A escolha do Grande Bom Jardim como campo de pesquisa ocorreu por ser essa uma região muito pobre e populosa, localizada na periferia de Fortaleza, mas que, ao mesmo tempo, tem um diversificado envolvimento com trabalhos sociais, sendo considerada uma das regiões que tem maior organização popular, registrando cerca de 100 entidades que lutam por mudanças efetivas na vida dos moradores.

Sua capacidade de organização comunitária foi o que mais nos mobilizou para estudá-lo e compreender seus movimentos, porquanto a proposta da Economia Solidária tem por base esta capacidade de organização política, econômica e social dos sujeitos envolvidos.

Outro fator para a escolha do campo de pesquisa foi sabermos, por intermédio do professor orientador doutor João Bosco Feitosa dos Santos, que são poucas as produções teóricas sobre a experiência da Economia Solidária vivida na região do Grande Bom Jardim, sendo este também um dos propulsores da Economia Solidária no Município de Fortaleza.

O Grande Bom Jardim, assim conhecido em Fortaleza, é uma região com características urbanas e rurais decorrentes de sua origem e da sua ocupação. Sua área é composta por cinco bairros (Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Siqueira e Canidezinho), além de outras comunidades, não registradas nos mapas oficiais de Fortaleza, apresentando uma população de 175.144 mil habitantes (Pesquisa Fortaleza e o Emprego Formal, 2007).

Uma das organizações não governamentais de maior destaque no Grande Bom Jardim é o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), fundado em 1994, com o apoio das organizações Cáritas e do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, da Arquidiocese de Fortaleza. O CDVHS desenvolve seus trabalhos em busca da defesa da vida e promoção dos direitos humanos, mediante a realização de políticas sociais que promovam o desenvolvimento local e sustentável, a oferta de trabalho e oportunidade de renda, bem como a capacitação de líderes comunitários (CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA, 2003).

Na perspectiva de cumprir sua missão, o CDVHS realizou, no ano de 1997, em uma área do Bom Jardim chamada Pantanal, um trabalho voltado para a Economia Solidária, com mulheres chefes de família que se encontravam em dificuldades de produzir renda. Por intermédio desse trabalho, ofereceu capacitação e crédito para que essas mulheres, por meio de suas habilidades com artesanato, pudessem iniciar uma vida diferente.

Ao verificar a grandiosidade das ações voltadas para a geração de renda, possibilitando a efetivação dos direitos humanos, com a garantia de direitos econômicos, é que o CDVHS criou no ano de 2000 a FUNDESOL - Agência de desenvolvimento local e socioeconomia solidária. No início dos trabalhos, a FUNDESOL era um apêndice do CDVHS, mas, atualmente, “caminha com suas próprias pernas”. (informação verbal²). A escolha pela FUNDESOL como *locus* da pesquisa se deu em virtude do seu potencial e experiências na realização de trabalhos voltados para a Economia Solidária naquela região.

A FUNDESOL é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), que presta assistência educacional, gerencial e financeira a pequenos empreendedores do Grande Bom Jardim, na busca de ensejar uma estratégia de rede entre consumidores, produtores, fornecedores e entidades comunitárias (CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA, 2003).

Sua visão é a de ser uma organização que promove redes solidárias de negócios e de aprendizagem, ensejando qualidade de vida e cidadania. Por este motivo, têm suas ações regidas pelos valores da união, cooperação, potencial humano,

² Informação cedida pelo Gerente de Micro-finanças da FUNDESOL em entrevista realizada no dia 12 de dezembro de 2007.

solidariedade, autonomia e confiança. Por meio de uma política de finanças solidárias, a FUNDESOL estimula o consumo local, a criação e a ampliação de pequenas unidades de negócios solidários por intermédio do Cartão de Crédito Solidário (CREDSOL) e do Microcrédito Solidário (MICROSOL).

Desta forma, para compreender melhor os trabalhos realizados pela FUNDESOL, assim como avaliar o grau de envolvimento da população com esta experiência e os resultados alcançados, a pesquisa teve como público-alvo técnicos e clientes das linhas de financiamento da FUNDESOL, lideranças comunitárias e comerciantes parceiros.

Percurso metodológico e expositivo

Na pesquisa, a predominância da abordagem qualitativa se justifica por acreditarmos que os sujeitos pesquisados são parte integrante do conhecimento. Esses apresentam um saber prático da realidade, da experiência cotidiana. Eles é que identificam os problemas e buscam soluções. E, por isto, como expressa Chizzoti (2006, p. 83), “As ações de intervenção na realidade não são, necessariamente, consensuais; devem sempre ser negociadas para se adequar às possibilidades concretas do contexto, das pessoas e das condições objetivas em que devem ser postas”.

(...)a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. (Chizzoti, 2006, p.79)

Para o desenvolvimento desse estudo, os procedimentos teórico-metodológicos utilizados foram: *pesquisa bibliográfica* e *pesquisa de campo*, buscando conhecer as publicações pertinentes, aprofundar o conhecimento sobre a realidade do Grande Bom Jardim e a experiência da Economia Solidária desenvolvida pela FUNDESOL.

Durante a pesquisa de campo, os instrumentos empregados foram *diário de campo* e *entrevistas semi-estruturadas*, no intuito de registrar todas as informações oriundas de cada conversar, obter dados mais detalhados sobre a política de trabalho da FUNDESOL, conhecer as linhas de financiamento, as entidades e os comércios parceiros e as mudanças e significados vividos por meio da experiência da Economia Solidária em busca do desenvolvimento local e da inserção no mercado de trabalho

solidário sob novas formas de organização da produção e do consumo. Em relação às entrevistas semi-estruturadas, foi realizada um total de 25, sendo com gestores da FUNDESOL, representantes de associações comunitárias, comerciantes parceiros e clientes da FUNDESOL.

É válido ressaltar que, durante a pesquisa de campo, algumas vezes nos desencontramos dos técnicos da FUNDESOL, o que dificultou a aquisição de indicadores necessários para a realização da pesquisa. Por intermédio da virtude da persistência e determinação em realizar o estudo, no entanto, encontramos enfim, meios que nos subsidiaram no alcance de informações necessárias para o conhecimento dos trabalhos da FUNDESOL e para a escolha dos sujeitos entrevistados.

Para a sistematização do primeiro momento da pesquisa, cujo objetivo era conhecer os trabalhos da FUNDESOL e seus parceiros locais, coletamos informações com os três gestores responsáveis pelas linhas de atuação da FUNDESOL: CRED SOL, MICROCREDITO SOLIDÁRIO e PROJETOS CULTURAIS. Desde então, estabelecemos os procedimentos metodológicos a seguir explicados para a realização de visitas às entidades parceiras.

Em relação às associações solicitamos o nome, endereço e telefone daquelas que há mais tempo desenvolvem parcerias com a FUNDESOL na divulgação dos projetos e linhas de financiamento em busca do desenvolvimento da proposta da Economia Solidária. Dentre as 13 associações indicadas pelo gerente do CRED SOL escolhemos somente cinco, estando estas localizadas em cada um dos cinco bairros que, oficialmente, compõem a região do Grande Bom Jardim. A distribuição, por localização, destas associações ocorreu pela necessidade de verificarmos de que forma a experiência desenvolvida pela FUNDESOL está atingindo cada área que compõe o Grande Bom Jardim. Outro critério também utilizado para essa escolha foi estar há mais tempo desenvolvendo uma parceira com a FUNDESOL.

Em relação às visitas ao comércio credenciado ao recebimento do Cartão de Crédito Solidário – CRED SOL, dos dez empreendimentos informados pela FUNDESOL que têm uma maior comercialização de seus produtos por meios do cartão, tomamos também cinco, utilizando-nos dos mesmos critérios estabelecidos para as associações.

Esclarecemos, por oportuno, que, logo no início da pesquisa de campo, não tínhamos a intenção de definir a escolha das associações e do comércio de acordo com a localização geográfica. Como a primeira visita, no entanto, foi a uma associação localizada no Siqueira, bairro situado na fronteira de Fortaleza com Maracanaú - sendo, em conversa com a presidente da Associação, apresentados problemas em relação à localização da sede da FUNDESOL (distância da sede e dos gestores em relação a essa comunidade)-, resolvemos direcionar a pesquisa aos cinco bairros oficialmente reconhecidos, no intuito de verificar se a FUNDESOL está conseguindo realizar seus trabalhos em toda a área onde se propõe atuar (região do Grande Bom Jardim).

No que se refere à escolha dos sujeitos entrevistados clientes da FUNDESOL, realizamos entrevistas semi-estruturadas com 12 clientes sendo cinco do CREDSOL e sete participantes do MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO (três participantes dos grupos produtivos solidários e quatro participantes dos grupos solidários), todos escolhidos mediante os seguintes critérios:

- ❖ cliente do CREDSOL - aquele que utiliza com maior frequência os limites disponíveis em seu cartão; está há mais tempo na lista de clientes da FUNDESOL; e mora cada um em um dos cinco bairros oficiais do Grande Bom Jardim; e
- ❖ cliente MICROCRÉDITO SOLIDÁRIOS – está há mais tempo no grupo e/ou ocupa atualmente uma posição de coordenador e/ou liderança.

Então, considerando os caminhos percorridos na obtenção de conhecimento e sistematização dos dados teóricos e empíricos sobre as mudanças no mundo do trabalho e o movimento da Economia Solidária como forma de organização da comunidade, da produção e do consumo, a presente dissertação foi estruturada da seguinte maneira.

O segundo capítulo, logo em seqüência a esta Introdução, que é o primeiro, trata de um estudo teórico sobre as mudanças vividas no mundo do trabalho, apresentando considerações históricas e sociológicas acerca da categoria trabalho, mudanças nos modelos de produções e atuação do Estado e das condições de assalariado *versus* a situação de desemprego vivida na sociedade moderna, com suas implicações nas relações sociais e econômicas daqueles que se encontram na condição de desemprego.

No terceiro segmento, é feita uma discussão a respeito da formulação histórica da Economia Solidária; sua origem, princípios, diretrizes e nomenclaturas; sua relação com ações de organização política e redução da pobreza; e, apresentação dos caminhos percorridos para elaboração de políticas públicas, no intuito de compreender os processos que envolvem a criação e desenvolvimento da proposta da Economia Solidária no Brasil.

No quarto módulo, criamos um retrato da realidade do Grande Bom Jardim e das ações desenvolvidas pela FUNDESOL, possibilitando, respectivamente, uma apresentação de elementos que permitem a realização de um diagnóstico socioeconômico da área e o conhecimento das linhas de atuação da FUNDESOL.

No quinto capítulo, examinamos as possibilidades e limites da experiência da Economia Solidária, com base nos depoimentos de parceiros e clientes da FUNDESOL. Após apresentação desses depoimentos e reflexões para sentirmos de que forma a experiência está sendo vista por aqueles que auxiliam na divulgação e expansão da proposta de organização socioeconômica, buscamos compreender o significado da categoria trabalho com suporte na Economia Solidária e os sentidos e práticas dessa experiência sob a perspectiva dos clientes da FUNDESOL.

No conjunto, esta dissertação tenciona apresentar elementos introdutórios de análise das transformações no mundo do trabalho e sua relação com o desenvolvimento da experiência da Economia Solidária. Procura compreender as possibilidades e limites da Economia Solidária em relação ao significado atribuído à categoria trabalho, a inserção em um mercado solidário na busca pela oferta de renda de maneira mais solidária e consciente e pelo desenvolvimento local. Isto é, procuramos compreender a viabilidade, nas ações cotidianas, do estabelecimento de uma nova forma de organização da comunidade, da produção e do consumo, orientado pelas dimensões política, econômica e social.

2 - ANÁLISE DA CATEGORIA TRABALHO NO BRASIL

2.1 - A categoria trabalho: definição histórica e sociológica

A categoria trabalho carrega em sua fundamentação conceitual um universo de concepções definidas e (re)definidas no processo histórico da humanidade. Se fizermos uma viagem ao longo da história, veremos que, na sociedade antiga, o trabalho era uma atividade destinada a seres inferiores ou a animais. Para os gregos e romanos, “liberdade seria não precisar ocupar-se com atividades de sobrevivência, mas dispor de ócio para cuidar da coisa pública”. (CHAUI, 2003, p. 390). O desprezo em relação ao trabalho era claramente expresso pela sua vinculação ao conceito da palavra *tripalium* que significa em latim um instrumento de tortura.

No tocante às classes que integravam a Idade Média, foi possível constatar que, tal como na Antigüidade, a classe responsável pelo trabalho era formada por aqueles considerados inferiores (trabalhadores braçais - camponeses). Enquanto a classe dominante, composta pela igreja e a nobreza, dedicava-se às funções consideradas superiores (Política, Arte e Filosofia), a classe inferior cultivava a terra.

Um fato interessante a ser destacado em relação à verdadeira repugnância sobre o trabalho é que, mesmo o camponês, o qual tinha por dever retirar da terra o necessário para si e para o seu senhor, só o fazia na medida da necessidade, sendo o trabalho somente um instrumento de subsistência. Dessa forma, o camponês organizava seu dia-a-dia com vistas a dedicar ao trabalho somente a parte necessária para garantir a obtenção do que fosse necessário a si e a seu senhor.

Com o movimento da Reforma Protestante, no século XVI, houve uma reavaliação do pensamento sobre o comércio e da categoria trabalho. O ócio passou a ser considerado uma evasão perniciosa e a profissão uma vocação que torna o trabalho o caminho para a salvação. A sociedade passa a ser regulada pela circulação da moeda, e torna-se de fundamental importância à participação do “homem” nos processos de trabalho e, conseqüentemente, no comércio.

Com o aumento da demanda por produtos agrícolas, circulação da moeda e efetivação do comércio, o camponês despertou para um novo interesse, passando a visualizar uma nova oportunidade de vida e a dedicar-se com afinco ao trabalho, já que, quanto mais produzisse, mais seria possível crescer no mercado pela venda de seus produtos.

O advento da sociedade moderna instigou pensadores a fazer elaborações teóricas que tentaram explicar os fenômenos da época, notadamente as mudanças no mundo do trabalho e, conseqüentemente, as concepções que a classe trabalhadora passou a ter sobre a categoria trabalho.

Diante das novas formas de organização da sociedade, Durkheim formula seu pensamento, declarando a necessidade da criação de mecanismos de solidariedade entre os indivíduos que levassem à coesão e ao estabelecimento da ordem. Para Durkheim, a divisão do trabalho é fonte de civilização por aumentar a força produtiva e a habilidade do trabalhador, criando um sentimento de solidariedade entre as pessoas e tornando o trabalho fonte de solidariedade social.

Durkheim (apud QUINTADEIRA, 2002) define dois tipos de solidariedade social para a promoção da coesão entre os homens: a solidariedade mecânica e a orgânica. A de feição mecânica é aquela que deriva da semelhança, estando a consciência coletiva superior à consciência individual. Já a de perfil orgânico, presente na sociedade moderna, é aquela que apresenta uma sociedade onde a individualidade das partes cresce, tendo os indivíduos movimentos próprios, caracterizados pela individualização.

Em cada um destas solidariedades, o que possibilita a integração dos homens à vida social é a moral, representada por "... tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o indivíduo a contar com seu próximo, a regular seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos de seu egoísmo..." (QUINTADEIRA, 2002, p. 41)

Segundo Durkheim, no entanto, o que acontece na sociedade moderna é que essa divisão do trabalho deixa de cumprir com o seu papel moral, porque a lei do mais forte se aplica brutalmente às relações industriais e comerciais, impossibilitando os indivíduos de agirem em solidariedade.

No estado de anomia o trabalho, que acabara de auferir sentido na sociedade moderna, perde novamente significado, porque o indivíduo, absorvido por sua atividade, se isola dos demais, tornando impossível a realização de ações solidárias que deveria haver na divisão do trabalho. De acordo com Durkheim (apud QUITANDEIRA, 2002, p. 45-46), são três os casos em que se funda o estado de anomia: “nas crises industriais e comerciais, na desarmonia entre os trabalhadores e os patrões e na divisão extrema de especialidades no interior da ciência”.

Outro sociólogo que também desenvolve algumas reflexões sobre a “reconceituação” da categoria trabalho na sociedade moderna é Marx Weber. Para ele, essa reconceituação ocorre por intermédio da associação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. A reforma protestante valoriza as atividades rotineiras mundanas, por acreditar que o homem, para conquistar sua salvação, teria que, a todo instante, buscá-la por meio de seu trabalho.

É utilizando do argumento do trabalho como uma tarefa confiada por Deus que o capitalismo ganha considerável impulso para a sua concretização. Segundo Weber

(...) a idéia tão peculiar do dever do indivíduo em relação à carreira, que atualmente nos é familiar, mas na realidade tão pouco óbvia, é o que há de mais característico na ética social da cultura capitalista e, em certo sentido, constitui sua base fundamental (WEBER, 2006, p. 50).

O protestantismo veio institucionalizar essa ética pelo lucro no trabalho, pois infligiu ao homem uma vida ascética para conseguir ganhar a vida eterna. A riqueza é o fruto do trabalho que deve ser revestido em outros projetos e não em coisas supérfluas, consoante o ideal protestante.

Para Weber, o espírito do capitalismo conquistado pela reforma protestante destruíu a vida prazerosa desenvolvida no *sistema tradicionalista*, em que a oportunidade de ganhar dinheiro era menos atrativa do que trabalhar menos, e constituía uma vida baseada no trabalho, sendo esta atitude considerada a essência da conduta moral e recomendada em nome do dever (WEBER, 2006).

Foi este espírito do capitalismo estabelecido por um tipo de comportamento econômico à procura de lucros cada vez maiores, graças à utilização racional dos meios de produção, que o sistema capitalista se concretizou em sua maneira mais ampla e avançada e que o trabalho foi reconhecido como um meio de salvação da alma.

Para Karl Marx, o trabalho é considerado unidade constitutiva de todos os momentos da vida humana. O autor em suas reflexões reconheceu toda a fragmentação e o aviltamento da condição humana como trabalhador na sociedade capitalista, no entanto, também defendeu a categoria trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana, por considerá-la atividade ontológica, que possibilita ao homem transformar a si mesmo à medida que transforma a natureza (MARX, 1985).

Para Marx, no trabalho, o homem se reconhece e se constitui como tal, como ser social, consciente, criativo e reflexivo. Segundo ele,

[...]o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (1985, p. 202).

Tendo ciência da importância da categoria trabalho na constituição da vida humana e da distorção por que esta passa na sociedade capitalista é que Marx cria dois conceitos sobre o trabalho: o primeiro refere-se ao trabalho como ação útil – *trabalho concreto* – no qual o homem realiza uma ação para satisfazer suas necessidades básicas, se sentir bem e construtor de sua existência. Neste contexto, o trabalho representa uma ação que promove o desenvolvimento humano, uma atividade prazerosa que promove a interação social. A segunda se refere ao trabalho alienado – *trabalho abstrato* – no qual o trabalhador não se reconhece enquanto produtor e não conhece o resultado de seu trabalho tornando-se alheio ao que é produzido. Este processo surge com o desenvolvimento da tecnologia, por gerar um distanciamento entre o trabalhador e o objeto produzido (MARX, 1985).

Ao fazer uma análise da organização da sociedade capitalista, sua forma de produção e significados atribuídos à categoria trabalho, Marx defendeu a idéia de que, no sistema capitalista, o trabalho perde a noção de labor concreto, passando a ser caracterizado apenas como um dispêndio de força física que não proporciona mais a realização humana. Este passa a apresentar um valor de uso e de troca alvo de alterações no intercâmbio do produtor com o produto. Como valor de uso, ele é trabalho concreto produtor de qualidades, porém, quando submetido ao valor de troca, a produção passa a ser destinada somente à venda, perdendo suas características de satisfazer a necessidade básica do homem, tornando-se trabalho abstrato. Assim,

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhadores neles representados e desaparecem, também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciarem-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1985, p. 50).

Com a realização do trabalho alienado - trabalho assalariado - o homem não se afirma, não se sente bem, torna-se servo de um trabalho que é imposto e forçado, um trabalho de sacrifício, considerado como carga e fonte de desprazer.

Com a valorização do mundo das coisas, cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta. Isso evidencia a idéia de que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, atividade vital do homem, torna-se estranho, alheio, independente daquele que o produziu. Nessa alienação, o trabalhador, além de ser privado dos objetos necessários à sua sobrevivência, também o é dos objetos de trabalho.

a apropriação do objeto aparece a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o operário produz tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob a dominação do seu produto, do capital. No estranhamento como produtor do seu trabalho, o trabalhador já não se reconhece mais, o trabalhador põe a sua vida no objeto; porém, então, ela já não lhe pertence, mas ao objeto (MARX, 1993, p. 63).

Marx também mostra nos *Manuscritos*:

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, é um poder estranho perante ele, então isso só é possível porque ele pertence a um outro homem que não o trabalhador. Se a sua atividade é para ele tormento, então deve ser fruição para um outro e alegria de viver de um outro. (MARX, 1993, p. 71).

É compreendendo a forma de organização do trabalho na sociedade capitalista, reivindicando por uma alteração neste sistema, e acreditando que o ato de trabalhar não se resume a essas características de trabalho estranhado, que Engels também defende o trabalho como um processo desenvolvido para a humanização do homem, o qual possibilitou o crescimento material, intelectual e artístico, fundamentando os laços de união e fazendo surgir a sociedade humana.

Somente o trabalho tem, com essência ontológica, um caráter intermediário: ele é essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objetos de trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que(...) antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (ENGELS, 1990, p. 2).

Citando Marx, Lukács (apud LESSA, 1996, p. 10) assinala que há três momentos decisivos da categoria trabalho: a objetivação (transformação da idéia em produto), a exteriorização (por meio de objetivos o indivíduo adquire novos conhecimentos) e alienação (obstáculo socialmente posto ao desenvolvimento humano-genérico).

A alienação ocorre quando o desenvolvimento humano-genérico deixa de ser prioridade e passa-se a potencializar outras ações que favoreceram o agravamento da desigualdade. Um exemplo disso pode ser o capital que de impulsionador do desenvolvimento humano, passou a ser obstáculo no avanço da sociabilidade e instrumento da extração da mais-valia.

É assim que o trabalho, ponto de partida da humanização se torna, na sociedade capitalista, uma atividade que degrada e avilta o homem. O que deveria ser realização humana, necessidade intrínseca na formação do ser humano, se transforma em uma ação que apenas possibilita a conquista da sobrevivência, um meio para satisfazer às necessidades extrínseca e ocasional.

Na sociedade capitalista, o trabalho concreto torna-se impraticável visto que a alienação e a desapropriação dos meios de produção tornam o trabalhador simplesmente um vendedor de sua força de trabalho, não se encontrado como sujeito e operador de sua história. Assim, para Antunes (2002 a), o que está sendo vivenciado na sociedade capitalista é a crise da categoria trabalho enquanto trabalho abstrato – sinônimo de trabalho alienado.

Desta forma, Antunes acredita que reivindicar a eliminação do trabalho abstrato – objetivo defendido pelo autor – não significa a mesma coisa que conceber o fim do trabalho como atividade útil, protoforma de uma atividade humana, pois esta é caracterizada pela realização do trabalho concreto.

Diante destas questões, a sociedade do capital monopolista é o principal palco para a promoção de várias questões que possibilitam as configurações e (re)configurações assumidas no mundo do trabalho; a posição das instâncias públicas – o Estado – na promoção de políticas sociais que conferem o seu significado ao trabalho; as mudanças nos modelos de produção; e, conseqüentemente, suas implicações na

forma de visualizar a categoria como objeto-chave de estudo da Sociologia e da formação do ser social.

Pensando nestas questões citadas é que segue no tópico seguinte uma discussão sobre a fase do capitalismo monopolista, suas conseqüências no modelo de organização da produção e a participação do Estado em políticas sociais.

2.2 - O capitalismo monopolista, os novos modelos de produção e a atuação do Estado

O capitalismo industrial e, posteriormente, o capitalismo monopolista ocasionaram diversas mudanças nas formas de organização dos modelos de produção e na vida da classe que vive do trabalho. Segundo Braverman, “em uma sociedade em que a força de trabalho é comprada e vendida... o trabalho deixa de ser uma função natural e converte-se numa atividade extorquida” (1987, p. 237).

Compreendendo as novas características assumidas pela categoria trabalho no sistema capitalista de produção, podemos constatar verdadeira degradação do trabalho na composição da ontologia do ser social. O monopólio do capital faz com que todas as relações estabelecidas na sociedade se tornem relações de mercado, tendo o lucro como principal objetivo.

Com o crescimento da indústria e o comércio de bens e serviços é estabelecida uma divisão pormenorizada do trabalho, que torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção.

Fundamentado por este cenário, no século XIX, Taylor criou o movimento da gerência científica para o desenvolvimento de métodos e organização do trabalho, de forma a possibilitar o controle da produção, isto é, o controle do trabalho alienado no intuito de eliminar a autonomia dos produtores diretos e o tempo ocioso como forma de assegurar o aumento da produtividade.

A gerência científica teve como base três princípios: 1- a dissociação do processo de trabalho de acordo com as especialidades do trabalhador; 2- a separação entre concepção e execução; e 3- a utilização do monopólio do conhecimento para

controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução (BRAVERMAN, 1987).

No período em que o taylorismo se tornava o modelo de produção mais sugestivo para o sistema capitalista, houve também o desenvolvimento do fordismo, que apresenta traços particulares no processo de produção em massa, passando a coexistir com o taylorismo numa mesma empresa. Suas características principais são: trabalhos fragmentados e simplificados, requerendo pouco tempo para formação e treinamento dos trabalhadores. Sua fundamentação é a linha de montagem acoplada à esteira rolante (ANTUNES, 2002 a).

Assim, o binômio Taylorismo/ Fordismo predominou na grande indústria durante quase todo o século XX. Nas análises de Antunes, este processo produtivo caracteriza-se da seguinte forma:

Esse processo produtivo caracterizou-se pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir faire* do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva (2002 b, p. 37).

Nesse período de estabelecimento do processo de trabalho taylorista/fordista, o Estado surge como mediador entre capital e trabalho, assumindo um compromisso mediante ações de intervenções sociais e econômicas. Segundo Braverman (1987, p. 243), estas intervenções decorrem de quatro fatores:

- 1- o capitalismo monopolista tende a produzir um excedente econômico maior do que o que pode absorver. Em consequências disto, ele se torna cada vez mais vulnerável a desordens em seu funcionamento e os gastos governamentais são utilizados para preencher esta lacuna;
- 2- a internacionalização do capital criou uma situação de concorrência econômica que trouxe confrontos militares entre países capitalistas, tendo o Estado que efetivar permanentemente uma mobilização para a guerra;
- 3- no seio das nações capitalistas, miséria e insegurança tornaram-se aspectos permanentes da vida social. Por isso, o governo intervém para manter a vida e

- aliviar a insegurança (medidas adotadas para acalmar os movimentos revolucionários); e
- 4- a urbanização da sociedade e o aceleração do ritmo da vida econômica e social fizeram aumentar a necessidade de outros serviços governamentais, como educação, assistência e segurança.

Desta forma, o Estado se constituiu como a instituição promotora do bem-estar dos cidadãos, mesmo que esta denominação tivesse valor simplesmente simbólico para alguns países. As revoluções que ocorriam no mundo, reivindicando a garantia de direitos na defesa pelo liberalismo social, exigiam uma participação mais ativa do Estado. E, no contexto de guerra, crise econômica e crescimento das desigualdades e das tensões sociais inerentes ao capitalismo, a proposta do Estado Social auferiu visão pública e espaço, em razão da necessidade de assegurar ao cidadão suas necessidades mínimas. Na perspectiva de Couto,

Os pilares do Welfare State foram construídos a partir da solidariedade social, nascida na guerra, da destruição e da resistência em torno de objetivos que buscaram incorporar o proletariado e outros segmentos subalternos aos novos empregos produtivos, à cidadania, às instituições socioestatais (2006, p. 66).

Mesmo ciente de que o Estado de Bem-estar Social não existiu no Brasil, é possível perceber que o século XX foi marcado por uma série de mudanças que possibilitaram avanços no campo social.

Durante a década de 1930, a política de Getúlio Vargas com seu caráter populista e desenvolvimentista possibilitou a criação de mecanismos que favoreceram a garantia de benefícios à classe trabalhadora e uma nova relação entre empregados e empregadores, tendo como resultado deste processo a consolidação da legislação trabalhista embasada no pensamento liberal.

Nesta formulação de legislações, o governo getulista tinha por base a proposta de um Estado social autoritário, ao buscar sua legitimação em medidas de cunho regulatório e assistencialista que introduziam na classe trabalhadora o sentido de paternalismo.

O período em que vigorou o Estado social estendeu-se por cerca de 28 anos (1945-1973), ampliando-se o conteúdo das políticas de “bem-estar” e o número de pessoas por elas atingido. No Estado social, estabelecido pós Segunda-Guerra, a cidadania esteve associada a direitos sociais, principalmente os de proteção ao trabalho. No Brasil, a regulamentação das relações de trabalho, durante o Estado Novo, Santos(1987) chama de cidadania regulada.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal (SANTOS, 1987, p. 74).

Ficam, pois, excluídos da cidadania regulada os agricultores, desempregados, autônomos, trabalhadoras domésticas e os sem-profissão. As atitudes de política social eram concebidas como privilégio e não como direito, pois se restringia àqueles que, por mais regulares e estáveis que estivessem, não tinham suas ocupações regulamentadas pelo Estado.

Como exemplo desta cidadania regulada, havia as caixas de aposentadoria e pensão social (CAPs), pois estas não se configuravam como direito de cidadania inerentes a todos os membros da comunidade nacional, mas era um compromisso privado entre os membros de uma empresa e seus proprietários, ou seja, tinha caráter eminentemente contratual.

Para Santos,

Os direitos dos cidadãos são decorrências dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico (1987, p. 76).

Vale destacar o fato de que o contexto de elaboração de uma política social de Estado só foi possível de ser concretizado porque coincidiu com o final da 2ª Guerra Mundial, período em que houve crescimento na economia, ensejando ampliação do número de empregos, aumento de salários e baixa inflação.

Ao final do período conhecido como “anos dourados”, porém, iniciou-se uma violenta crise no sistema capitalista em decorrência da eclosão das revoltas do movimento de operário-massa contra os métodos taylorista e fordista de produção que

destituía qualquer participação do operário no processo de trabalho, resumindo-a em atividades repetitivas e desprovidas de sentido e a restrição da participação cidadã nos direitos civis e políticos.

As lutas de classes estabelecidas nas décadas de 1960/70 buscavam a solidificação de uma contra-hegemonia que depreciasse o domínio do capital. Estas lutas proletárias eram estabelecidas até mesmo contra as organizações sindicais e políticas constitutivas do modelo social democrata do movimento operários, sendo reconhecidas como movimentos autônomos.

Por causa da grande repressão do Estado no período da ditadura militar³, os movimentos sociais se articulam em lutas contra o Estado autoritário, na tentativa de (re)conquistar direitos. Segundo Paoli e Telles (apud Dagnino et alii, 2000, p. 103), “os movimentos sociais se organizam, os sindicatos se fortalecem e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos...”.

Os anos 1980 foram marcados por grandes conquistas que possibilitaram a redemocratização do País em virtude da participação de movimentos sociais, organizações não governamentais e sindicatos em movimentos pré-constituente.

Se nas décadas de 1970/80 de um lado desenvolviam-se, porém, reformas que ampliavam a democracia com o estabelecimento da Constituição de 88, de outra parte, havia grande recessão no campo econômico, impossibilitando a garantia destes direitos, o que expressou a centralidade do campo econômico em detrimento do terreno social, em razão da linha de pensamento estabelecida pela política neoliberal (PAOLI e TELLES apud DAGNINO et alii, 2000).

Ao longo da década de 1990, cerca de 550 mil postos de trabalho que pertenciam ao setor produtivo estatal foram destruídos por força das mudanças no papel do Estado. Os cortes de recursos públicos na área do trabalho, acompanhados da flexibilização do mercado de trabalho, agravaram o quadro geral do desemprego existente com a partir da reestruturação produtiva (SILVA, 2006).

³ Segundo Oliveira apud Sader e Gentili (1995, p. 24-25), “Na verdade foi à ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro”. Essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal encontrasse terra fértil para uma pregação anti-social, visto que a sociedade civil se organizou para dar respostas à desorganização e à dilapidação do Estado.

Assim, mesmo com toda a organização da classe proletária na luta por mudanças no sistema e modelo de produção, esta não conseguiu se converter num projeto societário hegemônico contra o capital, porque suas práticas não consolidaram formas de organização alternativa à sociabilidade do capital (ANTUNES, 2002 b).

Por não conseguir criar mecanismos que possibilitassem sua consolidação e longevidade, o capital reorganizou-se e introduziu novos desafios e problemas para o mundo do trabalho, passando o trabalhador a executar dentro do capitalismo flexível atividades baseadas no modelo de produção Toyota, guardando semelhanças com o processo de taylorização, isto é, a utilização simultânea de novos e velhos mecanismos de acumulação.

Segundo Bernardo (1996) apud Antunes (2002b, p. 45), foi a capacidade de organização da classe trabalhadora que levou os capitalistas a compreenderem que,

(...) em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. Foi com esse fim que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas de gestão.

O Consenso de Washington foi o principal instrumento balizador das ações dos governos da década de 1980. Os avanços que se tinham mediante conquistas constitucionais tornavam-se impossibilitados de efetivação, pois a política econômica nacional indicava a diminuição dos gastos nas políticas sociais e exigia a retirada do Estado. Com as políticas do neoliberalismo, o Estado fica desresponsabilizado da garantia de qualquer direito ao cidadão, pois, é crença geral, a sociedade está em período de progresso e cabe ao indivíduo garantir seu sustento.

De acordo com este pensamento, passou-se a acreditar que na sociedade neoliberal o indivíduo teria verdadeira mobilidade social, a qual era possibilitada de acordo com seus esforços. É possível verificar, porém, que neste sistema, a mobilidade social não passa de uma idéia enganadora que situa o indivíduo para se responsabilizar por seu crescimento enquanto, na verdade, a estrutura social e econômica é bem mais complexa e não permite com facilidade esta mobilização.

O mundo contemporâneo exige um trabalhador polivalente, que assuma responsabilidade e seja capaz de se adaptar às mudanças, um trabalhador moderno que seja o próprio patrão e que se responsabilize por seu progresso e pela conclusão de sua empresa. Na ilusão do processo de (des)hierarquização institucional, no entanto, ou seja, responsabilização do trabalho em equipe, não passa de uma fantasia, pois o que se tem é uma contínua busca pelo controle na produção de lucratividade (SENNETT, 1999).

Das características mais visíveis no modelo toyotista, têm-se: estrutura horizontalizada, transferindo a terceiros grande parte da produção; uma produção vinculada à demanda, visando a atender as exigências mais individualizadas do mercado consumidor; o processo produtivo flexível; um aproveitamento do tempo de produção por meio do *just in time*; utilização do sistema de Kanban com estoques mínimos; implantação de empresas com realização de trabalhos com os Círculos de Controle de Qualidade apropriando-se do “savoir faire” intelectual e cognitivo do trabalhador (ANTUNES, 2002 b).

Na obra *A Corrosão do Caráter*, Sennett, diz que no capitalismo flexível,

À medida que as hierarquias piramidais são substituídas por redes mais frouxas, as pessoas que mudam de emprego experimentam muitas vezes o que os sociólogos chamaram de “mudanças laterais ambíguas”. São mudanças em que a pessoa na verdade se mexe para o lado, embora acreditando que está subindo na rede frouxa (1999, p. 100).

No toyotismo, o gerenciamento e a contratação da força de trabalho ganham novas formas e o trabalhador para ser contratado deve ser possuidor de características como polivalência, elevada qualificação, alto grau de responsabilidade e autonomia. Estas características produzem no trabalhador o sentimento de autogerenciamento sob a aparência da eliminação do fosso entre elaboração e execução (ANTUNES, 2002 b).

Este autogerenciamento possibilita ao trabalhador uma liberdade durante sua produção, ou até mesmo em relação à flexibilidade de suas horas de trabalho, que, em vez de favorecer o bem-estar do trabalhador, somente obsequia a lucratividade do capital em virtude de ser intensificada a exploração do trabalhador mediante a extensão do local de trabalho para casa e as novas formas de controle; isto é, o trabalhador sendo constantemente fiscalizado e pressionado para produzir, seja em casa ou no local de trabalho por meio de telefones celulares ou internet. Nas palavras de

Pochmann...“estamos plugados no trabalho, pois vivemos no trabalho, sonhamos com o trabalho para produzir um capital que não é recebido pelo trabalhador”. (informação verbal)⁴

Assim, essas características presentes no atual mundo do trabalho ensejam uma reengenharia organizacional, o que capacita as empresas a fazerem mais, produzirem mais, com menor número de trabalhadores. E se, no apogeu do taylorismo/fordismo, a eficácia de uma empresa era medida pela quantidade de operários, na era da acumulação flexível e da empresa enxuta, a empresa a merecer destaque é aquela que consegue os maiores índices de produtividade com um pequeno contingente de trabalhadores. Segundo Antunes (2002b), na reestruturação produtiva, teríamos uma toyotização descaracterizadora e desorganizadora da socialdemocracia.

Estas mudanças - tanto em relação às características assumidas pelo trabalhador, como o caráter imediato como as coisas devem acontecer - é que levam Sennett a acreditar que o capitalismo flexível ocasionou verdadeira *corrosão do caráter*.

Segundo Sennett, caráter

(...) são traços pessoais que damos valor em nós mesmos e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem... o termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional... e como se pode buscar metas de longo prazo, como se pode manter lealdade e compromisso em instituições que vivem se desfazendo? (1999, p. 10-11).

Outras repercussões sentidas pela classe que vive do trabalho em razão das mutações no processo produtivo foram,

Desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo sindicalismo de empresa (ANTUNES, 2002 a, p. 53).

Desta forma, chega-se à conclusão de que a reestruturação produtiva tem como principal finalidade a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, buscando, a todo custo, eliminar o trabalho improdutivo para o capital.

⁴ Informação fornecida por Pochmann, em palestra intitulada de “Desenvolvimento Sustentável e Políticas de Inclusão Social”, proferido no I Seminário de Políticas Públicas e Inclusão Social, em Fortaleza, em 2007.

É compreendendo esta dicotomia e/ ou polaridade entre aqueles que compõem a classe trabalhadora no atual contexto do capitalismo flexível e Estado neoliberal que, no tópico seguinte, estudaremos a realidade da sociedade salarial *versus* a condição de desemprego ou realização de trabalhos precários vivenciada no mundo do trabalho, fatores importantes para pensar opções como a Economia Solidária, eixo norteador do presente ensaio.

2.3 - A condição de assalariado e a situação de desemprego

No sistema capitalista, é mediante a condição de assalariado que o trabalhador ganha o *status* de “cidadão” (aquele que tem condições de consumir). Neste contexto, o termo trabalho vinculou-se à categoria emprego, na qual o trabalhador, no lugar de produzir para seu bem-estar, produz (vende sua força de trabalho) em busca de sua sobrevivência e inserção na sociedade.

No capitalismo, a subsistência do trabalhador depende do valor oferecido por sua mão-de-obra, a inserção do indivíduo na sociedade está diretamente vinculada a sua valorização como produtor de capital. Para Castel (1998, p. 417), “se todo mundo, ou quase, é assalariado, é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social”.

Assim sendo, como é possível o trabalhador não almejar está na condição de assalariado? A condição de assalariado reflete sua inserção na sociedade e a possibilidade de garantia de sobrevivência. Estar empregado é estar inserido no mercado, inserido no meio social e ser reconhecido como “cidadão”, segundo a lógica do capital.

Analisando, porém, a realidade do mundo do trabalho após a era da acumulação flexível e da empresa enxuta, cresce o desassalariamento mediante novos processos de produção e de inserção do trabalhador no mundo produtivo. De acordo com Braverman (1987, p. 326), “nas condições do capitalismo o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de trabalho do modo capitalista de produção”.

Isto é fato porque os trabalhadores que fazem parte do atual “exército de reserva” – aqueles que se encontram em situação de desemprego ou empregos temporários – contribuem para a exploração da mão-de-obra, visto que se obrigam a submeterem a condições precárias de trabalho por não existir vaga para todos.

Diante da realidade do desemprego estrutural massivo, da insegurança do trabalho e perda dos padrões de proteção na sociedade salarial, surgem como “questão social” os novos excluídos no mundo, os “novos pobres”, representados por aqueles que até pouco tinham condições de se manter economicamente, porém agora estão a margem do mercado por serem afetados com as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Essas mudanças produzem um quadro de insegurança, tendo como consequência a “desestabilização dos estáveis”, a “instalação da precariedade” e a existência dos “sobrantes” (CASTEL, 1998: 526-531).

Desta forma, é na tentativa de não fazer parte do grupo dos “inúteis para o mundo” que a classe que vive do trabalho busca a inserção no mercado de trabalho, seja em condições adequadas ou não, seja com salários dignos ou não. O que importa é ter, ao final do dia, algo para poder saciar sua fome ou desejos.

Dos processos que impulsionaram o desemprego na sociedade hodierna, além das anomalias sociais sempre presentes ao longo da história do salariedade, temos, mais recentemente, fatores como a globalização e a automação que agravam ainda mais esse estado de crise.

Globalização é o processo de reorganização da divisão internacional do trabalho que afeta diretamente as estruturas do capital e do mundo laboral. De acordo com a ideologia neoliberal, a globalização torna o mundo inteiro mais acessível à humanidade por proporcionar um livre mercado, porém, o que se vive na era contemporânea é, especificadamente, uma mundialização do capital e não das condições de vida favoráveis à população (CHESNAIS, 1995).

Dentre as consequências ocasionadas pela globalização tem-se, de um lado, a mundialização do sistema de comunicação por meio da telecomunicação e informática, a financeirização das riquezas e a universalização do padrão técnico-científico de produção e, de outro lado, a desregulamentação da força de trabalho, o achatamento do

trabalho, aumento da exploração da mão-de-obra e/ou do desemprego (CHESNAIS, 1995).

Aliado ao processo de globalização que trazia a idéia de uma dissolução das diferenças, tem-se a polarização entre grupos sociais, pela aceleração das desigualdades que torna mais distante a promessa do mundo sem fronteiras. A globalização trouxe um complexo conjunto de problemas sociais que tornou visível o aumento do número de miseráveis ou, segundo a denominação de Castel, o aumento do número de pessoas inúteis para o mundo, os supranumerários.

Em agosto de 2000, a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE afirmou que a taxa global de desemprego⁵ no Brasil foi de 7,15%. Ao analisar o ano de 2003, foi constatado que este terminou com 185,9 milhões de desempregados em todo o mundo, atingindo 6,2% da força de trabalho. É o maior número da história da OIT, superando a marca de 185,4 milhões atingida em 2002. Além das altas taxas de desemprego, o estudo mostra que, em 2003, 550 milhões de trabalhadores no mundo eram pobres, ganhando no máximo um dólar por dia (menos de R\$ 3,00). No final de 2005, o número de desempregados no mundo cresceu para um patamar recorde de 191,8 milhões (POCHMANN, 1999).

De acordo com os dados fornecidos pela Pesquisa Mensal de Emprego(PME), porém, realizada pelo IBGE(2008), em seis regiões metropolitanas do Brasil (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), este quadro de desemprego vem se modificando nos últimos anos, visto que, no confronto entre os dados obtidos nos anos de 2003 e 2007, houve redução de 487 mil pessoas na condição de desocupadas⁶.

Quando se trata da realidade do Município de Fortaleza, a Pesquisa mensal sobre “Ocupação e Desemprego em Fortaleza”, realizada pelo Instituto de Desenvolvimento e Trabalho – IDT –, também constatou que o ano de 2007 houve um decréscimo da taxa

⁵ Desemprego aberto: pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias.

⁶ São classificadas como desocupadas as pessoas que não estavam trabalhando, estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência e tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que responderam à pesquisa (IBGE, 2008).

de desemprego aberto, passando esta de uma taxa de 16,58% da População Economicamente Ativa (PEA) para 12,44% em relação ao ano de 2006 e 2008.

A tabela seguinte mostra os indicadores mensais do mercado de trabalho em Fortaleza nos anos de 2006, 2007 e 2008 (Instituto do Desenvolvimento e Trabalho, 2007-2008).

Tabela 1

MÊS/ANO	JUNHO/2006	JUNHO/ 2007		MARÇO/2008	
Indicadores	Taxa	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto
População Economicamente Ativa	50,00	50,52	1.060.889	49,09	1.430.210
Ocupação	41,17	43,32	909.500	42,67	1.243.281
Ocupação Informal	54,60	54,87	499.043	56,39	701.086
Desemprego Aberto	16,58	13,86	146.403	12,44	176.631
Desemprego Cessante	12,41	10,97	112.115	9,73	134.098
Desemprego Não-cessante	5,39	3,63	34.288	3,31	42.533
População Não - Economicamente Ativa	50,00	49,48	1.039.050	50,91	1.483.235

Fonte: Relatório de Pesquisa Mensal “Ocupação e Desemprego em Fortaleza – Jun. 2007 e Mar 2008”.

De acordo com esses dados, verifica-se que, enquanto a taxa de desemprego caiu, a taxa de ocupação informal se elevou, passando de 54,87% em 2007 para 56,39% em 2008. Assim, verifica-se que, enquanto a ocupação formal passou de 410.457 em 2007 para 542.195 em 2008, tendo um acréscimo de 131.738 inseridas em ocupações formais, o índice de ocupações informais saltou de 499.043 no ano de 2007 para 701.086 no ano de 2008, apresentando um acréscimo de 202.043 pessoas inseridas em ocupações informais.

Com esse dado, é possível compreender que, apesar do crescimento da economia e do emprego, cresce também o índice de trabalho sem garantias de direitos e estabilidade financeira. De acordo com os dados da Pesquisa Ocupação e Desemprego – IDT (2007), um dos aspectos que eleva o grau de vulnerabilidade laboral são os baixos salários.

Assim, a vida em uma sociedade em que o capital é o ponto de partida e de chegada para a concretização de todos os ideais e sonhos do ser humano, o fato de

estar na condição de desemprego e/ou em ocupações informais, com salários que não satisfazem às suas necessidades básicas, podem ocasionar efeitos traumáticos para o indivíduo. Segue o resultado de uma pesquisa por nós realizada no ano de 2004 para constatar os efeitos da condição de desemprego:

Entre os efeitos psicológicos incluem-se: auto-estima negativa, vergonha, tristeza, depressão, sensação de inutilidade e perda de objetivo. Entre os efeitos sociais incluem-se pobreza, perda de status, perda de rotina diária, desagregação da vida familiar e várias formas de comportamento anti-social. Entre os efeitos físicos incluem-se várias formas de doença, insônia, tensão e ansiedade, resultando às vezes em embriaguez, drogas e violência intra-familiar (FELIPE, 2004).

No sistema capitalista, a solução proposta para o desemprego e/ou trabalhos precários é oferecer treinamento, porém, para Castel, “é ilusório deduzir que os não-empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade” (1998, p. 521). Existe um problema novo e grave: “a possível inempregabilidade dos qualificados”, ou então o acesso a empregos precários e de baixo nível salarial.

Alves também faz esta afirmação quando expressa o fato de que

A educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica e plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho (2007, p. 253).

Por este motivo, só a qualificação profissional não é o suficiente para combater a realidade do desemprego. É nesta situação que surge a Economia Solidária, experiência, na maioria das vezes, estruturada ainda sobre as bases do trabalho informal, mas que possui seu diferencial por possibilitar a associação dos desempregados ou daqueles que sobrevivem de trabalhos precários na tentativa de estabelecer novas formas de organização da produção, comercialização e gestão do trabalho.

De acordo com os ideais propostos pela Economia Solidária, é necessário oferecer oportunidades aos desempregados por meio de um mercado protegido da competição externa e com novas formas de organização da produção e do consumo. O compromisso estabelecido na comunidade para dar preferência aos produtos locais seria

proporcionado por intermédio do uso de uma moeda própria e do desenvolvimento do *ethos* de solidariedade, os quais possibilitam o crescimento da economia local e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Na intenção de entender melhor o movimento da Economia Solidária e analisar sua viabilidade como escolha para inserção daqueles que estão na condição de desemprego e apoio aos inseridos no mercado informal é que os próximos capítulos buscam articular as fundamentações teórica e prática desta experiência socioeconômica vivida por aqueles que acreditam que “um outro mundo é possível”.

3- O PROJETO EMANCIPATÓRIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

É importante aqui destacar o fato de que a recuperação da Economia Solidária é fruto dos movimentos sociais que representam a participação e o envolvimento da sociedade civil na luta por melhorias. Esses proporcionam a organização do tecido social por meio de estratégias de mobilização de indivíduos, grupos e até mesmo do Estado, visto que o convoca a uma participação mais ativa na realização de políticas públicas.

O projeto de Economia Solidária apresenta-se como um marco de recuperação de inúmeras experiências do movimento das classes trabalhadoras que, no coração da crise de hegemonia do capitalismo global, e na busca de reconstituição de paradigmas de emancipação, combina as aspirações de liberdade com a materialidade da igualdade, mediante a revalorização da autonomia e da cooperação entre os cidadãos e cidadãs, como produtores e reprodutores de riqueza material e imaterial nas diferentes sociedades (BOCAYUVA, 2002).

De acordo com Castel (1998), as mudanças ocorridas no âmbito social, político e econômico mediante a reestruturação do mundo do trabalho, ocasionaram o surgimento de uma “nova questão social”, na qual a classe trabalhadora sofre com os processos de exclusão advindos do desemprego e/ou precarização do trabalho.

Na Economia Solidária, busca-se a realização de atividades que reforcem na população a pertença social a uma comunidade, a geração de trabalho e oferecimento de renda e a busca constante pela ruptura com a lógica da mera adaptação à acumulação mercantil.

Questões como a importância da participação e da responsabilidade de cada cidadão no estabelecimento da sociedade, da comunidade e de sua vida pessoal são primordiais neste novo modelo socioeconômico, onde o individualismo é trocado pela coletividade e o lucro é substituído pelo bem-estar e satisfação pessoal.

No intuito de compreender melhor as condições históricas e sociais que fizeram surgir e (re)surgir a proposta da Economia Solidária como forma alternativa de organização da comunidade, da produção e do consumo, é que será desenvolvido este capítulo.

3.1- Esboço histórico da *Economia Solidária*

Para Paul Singer, a origem histórica da “Economia Solidária” ocorreu por intermédio da elaboração de empreendimentos considerados solidários desde meados do século XIX. Estes empreendimentos tinham como objetivo recuperar a economia da Grã-Bretanha que havia caído em profunda depressão, ocasionando elevado desemprego.

Diante desta realidade, Robert Owen criou na Inglaterra as Aldeias Cooperativas, que possibilitavam a reinserção dos trabalhadores ociosos na produção, auxiliando as vítimas do desemprego e restabelecendo o crescimento econômico. Essas buscavam a expansão da criação de riqueza mediante o trabalho para todos, por acreditar que o maior desperdício em crises econômicas seria a ociosidade forçada de parte da força de trabalho. Como, inicialmente, as idéias de Owen não foram aceitas pelas instâncias públicas por serem vistas como geradoras de uma mudança no sistema social, ocasionando a abolição da empresa lucrativa, a idéia foi assumida pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora (SINGER, 2002).

Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão (SINGER, 2002, p. 29).

Neste cenário, surgia o cooperativismo como um “modo de produção alternativo ao capitalismo”. (SINGER, 2002, p. 33). Nele havia uma rejeição ao comércio lucrativo e buscava-se uma legislação protetora da classe trabalhadora.

Em 1844, algumas dezenas de operários da Inglaterra constituíram uma cooperativa denominada Pioneiros Equitativos de Rochdale. Assim, começou o cooperativismo de consumo e de aplicação de poupança. O que destacou a cooperativa de Rochdale das demais foram os princípios que adotou desde sua fundação como “igualdade política (cada cabeça um voto), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa, prioridade à educação cooperativa e repartição trimestral ou semestral das sobras entre os sócios” (SINGER apud CATTANI, 2003, p.119).

Esta realidade nas cooperativas, porém, não durou muito, isto porque as condições de vida e de trabalho dos proletários passaram por grandes mudanças com o surgimento do Estado de Bem-Estar Social. E, a partir de 1870, a classe trabalhadora na Inglaterra tinha salários maiores, direito à organização sindical e à greve.

Essa transformação reconciliou o proletariado com sua situação de assalariado e, automaticamente, degenerou o cooperativismo, visto que os trabalhadores perderam o interesse pela autogestão. Segundo Singer,

A reconciliação do trabalhador, com o trabalho assalariado, marca uma passagem de época do movimento socialista, que passa a enxergar no Estado o único instrumento institucional para realizar seu programa... O cooperativismo perde sua missão transformadora e se torna modalidade de empresa participativa, em que a participação efetiva dos sócios se torna cada vez mais formal e esvaziada de sentido (SINGER apud CATTANI, 2003, p. 122).

Ainda nas palavras de Singer...

Em termos quantitativos, o movimento cooperativista nunca deixou de se expandir em plano mundial, mas qualitativamente é provável que a sua degeneração tenha se acentuado. Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas d 1940 a 1970) e se acomodou no assalariamento (SINGER, 2002, p. 110).

Somente com o declínio do Estado de Bem-Estar Social e o domínio das políticas neoliberais no século XX, com o desemprego estrutural trazido pela globalização e o desemprego tecnológico ocasionado pelas mudanças nos modos de produção, é que ressurgem formas alternativas de produção denominadas práticas de economia solidária.

Singer assinala que datar a revivência da Economia Solidária é algo difícil, pois ela ocorre em momentos distintos em cada país. É aceitável o fato de que a data provável para seu ressurgimento seja 1956, quando o padre José Maria Arizmendiarrreta fundou a primeira cooperativa de produção na pequena cidade basca de Mondragón, na Espanha (SINGER apud CATTANI, 2003).

Como na região de Mondragón o desemprego era grande, o agrupamento cooperativo foi a alternativa para a inserção dos trabalhadores no mercado por meio da Cooperativa ULGOR – fábrica de fogões, aquecedores, cozinhas industriais e outros equipamentos dessa natureza (SINGER, 2002).

Em relação a sua forma de organização, a Cooperativa ULGOR elegia por meio da Junta Reitora, os gerentes dos departamentos, os quais eram, também, cooperados, por intermédio de assembléias gerais (PONTE JUNIOR, 2000).

Em relação ao funcionamento financeiro, a cooperativa era constituída por um dinheiro colocado pelos próprios trabalhadores, por igual. Cada trabalhador tem a mesma quota de capital e o pagamento não é salário, já que não há patrão. Eles utilizam a palavra *antícepo* (antecipação), ou seja, são retiradas, *pro-labore*, as quais deveriam ser iguais aos demais trabalhadores comuns naquela região (PONTE JUNIOR, 2000).

Das sobras, 10 % eram destinados para o fundo de educação e atividade social e uma parte era posta num fundo de reserva indivisível, parte essa que não pertencia a ninguém, mas sim à cooperativa (PONTE JUNIOR, 2000).

Em pouco mais de 15 anos, a ULGOR se tornou uma das quatro maiores empresas da Espanha. Hoje o complexo de Mondragon emprega cerca de 42 mil pessoas, o que levou ao surgimento de novas cooperativas que produzissem insumos para a ULGOR.

Preocupado com o financiamento dessas cooperativas, em 1959, o Padre José Maria Arizmendiarreta criou um banco cooperativo – “Caja Laboral Popular” - para que os grupos cooperativos ganhassem a independência em relação aos bancos. Segundo Singer, a “Caja”, criada em 1959, “exercia funções essenciais não só na prestação de serviços financeiros, mas na formação de novas cooperativas, funcionando como incubadoras das mesmas” (SINGER, 2002, p. 101).

Assim, a Cooperativa de Mondragón é o mais completo exemplo da Economia Solidária, haja vista sua efetiva independência da intermediação financeira capitalista. Esta possuía como objetivo “procurar na Economia Solidária uma alternativa factível ao capitalismo e não somente ao desemprego e à marginalização” (SINGER apud CATTANI, 2003, p. 124).

Após essa experiência, outras iniciativas foram realizadas em diversos países, dentre as quais a de Bangladesh, um dos países mais pobres, que, nos anos 1970, criou o Grameen Bank – um banco popular que concede créditos solidários a grupos de pessoas pobres (MELO NETO e MAGALHÃES, 2003).

Segundo Muhammad Yunus, tudo começou com a grande fome de 1974. Neste período, Yunus observou que “a fome não resultava da falta de comida, mas da incapacidade de uma parte grande da população de comprá-la por falta de dinheiro” (YUNNUS, 1997 apud SINGER, 2002, p. 75).

O "Grameencredit" (crédito do Banco Grameen) baseia-se na premissa de que os pobres têm habilidades profissionais não utilizadas, ou subutilizadas. Definitivamente, não é a falta de habilidades que torna as pessoas pobres. Diz Yunus que “as pessoas se tornam pobres porque as estruturas financeiras do país não tem a disposição de ajudá-las. Sendo a pobreza um problema estrutural e não individual” (YUNNUS, 2002 apud ARROYO, 2006, p. 75).

Diante desta realidade, Yunus identificou o fato de que os pobres eram aqueles que não tinham nenhuma propriedade, trabalhavam por conta própria e adquiriam seus meios de produção por intermédio de empréstimos a agiotas, os quais cobravam juros altíssimos, não possibilitando nenhuma melhoria na situação dos trabalhadores (YUNNUS, 2002).

Para Yunus, o microcrédito (ou crédito popular) pode ser um excelente caminho de libertação das pessoas excluídas dos recursos bancários e instrumentos oficiais do capitalismo. E, inicialmente, os créditos do Grameen eram concedidos exclusivamente para mulheres, de forma a conquistarem sua emancipação, visto que em Bangladesh – país muçulmano - as mulheres são isoladas de qualquer contato social que não seja com parentes próximos (YUNNUS, 2002).

Outros critérios utilizados para a concessão do crédito popular era a organização em grupo. Segundo Yunus (apud SINGER, 2002, p. 80), “individualmente os pobres se sentem expostos a todo tipo de perigo e pertencer a um grupo dá-lhes uma espécie de segurança”.

Essa experiência do Grameen Bank foi caracterizada como uma política de combate à pobreza. O Banco de Aldeias criou condições razoáveis de acesso a crédito, capacitando os pobres a desenvolverem suas habilidades profissionais para obter renda maior a cada ciclo de empréstimos (YUNNUS, 2002).

Já na realidade brasileira vivida pela “classe-que-vive-do-trabalho” nos anos 1980/90, é possível identificar o aparecimento da Economia Solidária mediante iniciativas de órgão ligados à Igreja, como a Cáritas, de movimentos dos trabalhadores sem terra (MST), de Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) e da Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS) / CUT.

Conforme mencionado no capítulo 2, as mudanças ocorridas no âmbito social, político e econômico com a reestruturação do mundo do trabalho, provocaram no Brasil dos anos 1980 o retorno do desemprego em massa. Os sindicatos e movimentos operários que, após a 2ª Guerra Mundial, haviam se voltado somente à defesa dos interesses dos assalariados perderam sua força em virtude da flexibilização do trabalho e da instabilidade no emprego.

Consoante Mattoso,

A insegurança no emprego deu-se em praticamente todos os países avançados... através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhos temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho em domicílio ou independentes, aprendizes, estagiários etc (1993 apud SINGER, 2001, p. 25).

Como resultado deste quadro surgem as *novas cooperativas*, as quais se distinguem das demais em razão do seu retorno aos princípios de democracia e igualdade no campo da produção, distribuição e intermediação financeira, não se preocupando somente com o assalariamento dos trabalhadores (SINGER apud CATTANI, 2003).

É diante desta realidade que a Economia Solidária aparece como uma possibilidade de mudança no modo de produção e organização popular – alternativa ao sistema capitalista, mesmo tendo ciência de suas limitações, pois, segundo Singer a Economia Solidária

[...] não é uma panacéia. Ela é um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não eliminação – destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas solidárias entre produtores e entre consumidores (2001, p. 09).

Desta forma, mesmo ciente das limitações da Economia Solidária, não havia mais motivo para se acreditar nas políticas sociais do Estado, na restauração do pleno emprego. Cabia aos movimentos emancipatórios, constituídos pela sociedade civil (aqueles excluídos do mercado), desenvolver pequenas produções de mercadorias para a manutenção da sobrevivência por meio de trabalhos autogestionários.

Segundo Singer (2002), para realizar o movimento da Economia Solidária o primeiro passo não é o apoio do Estado, mas sim o envolvimento e a vontade dos indivíduos na efetivação de trabalhos que estejam vinculados ao coletivo, à solidariedade, ao mutualismo, em busca da auto-emancipação. Nas palavras de Singer,

[...] para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primeiramente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana (2002, p. 112).

O desenvolvimento da Economia Solidária trata de “outra economia” mais integrada com a natureza e com a sociedade. São novas formas de organização da sociedade, da produção e do consumo, que reforçam a pertença social a uma comunidade, ensejam trabalho e renda e rompem com a lógica da mera adaptação à forma mercantil. Recupera-se o sentido original da economia (*oikos*): o cuidado da casa.

Desta forma, assim como a ascensão do capitalismo modificou o funcionamento dos mercados, fazendo surgir a hegemonia do princípio das trocas individualistas e competitivas (em que um ganha e outros perdem), o advento da Economia Solidária busca modificar, mais uma vez, o mercado, reinstaurando as trocas cooperativas, complementares e sinérgicas.

Nela se propõe um conjunto de novas relações econômicas baseadas na cooperação, na democracia e no respeito ao meio ambiente, sendo traduzido pelo trinômio socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Estas novas relações podem ser constituídas por meio de empreendimentos e associações em que os princípios da solidariedade e da cooperação se sobrepõem ao da competição e do egoísmo.

3.2 - Princípios e diretrizes da Economia Solidária

Para se compreender melhor a base de sustentação da proposta da Economia Solidária, alternativa esta que ainda é sinônimo de dúvidas e questionamentos a respeito de sua viabilidade e concretude, serão aqui apresentados alguns dos princípios e diretrizes estabelecidos com esteio nas formulações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária para orientação das ações (ARROYO, 2006).

Dentre os princípios defendidos estão:

- valorização social do trabalho humano autogestionário como fonte de fortalecimento de vínculos sociais e de desenvolvimento do ser humano, não sendo este visto como mero portador de mercadoria;
- desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade, cujo objetivo é o intercâmbio respeitoso do homem com a natureza em função da qualidade de vida e da felicidade da coletividade e do equilíbrio do ecossistema;
- busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade, como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos;
- o valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber (coleta de informações para a geração de conhecimento) e a criatividade humana;
- formação permanente como um dos instrumentos para o fortalecimento de valores, como cooperação e solidariedade;
- restauração da dignidade e da cidadania mediante a prática da economia; e
- valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular, para o desenvolvimento de cadeias produtivas.

Tomando por base estes princípios, é possível identificar na Economia Solidária a valorização da vida humana, da categoria trabalho, do meio ambiente e de processos participativos na luta pela busca constante do pleno desenvolvimento da cidadania nos campos civis, políticos e sociais. É pela participação dos indivíduos no setor econômico, político e/ou social que se constrói uma opção relativa à estrutura já estabelecida.

São estas questões que levam ao desenvolvimento na Economia Solidária, daquilo que Arendt (2007) define como ação por meio da inserção dos indivíduos na sociedade como agentes políticos em busca do desenvolvimento do princípio da democracia participativa, inserção no espaço público e efetivação do “novo cooperativismo”.

Segundo os princípios norteadores da experiência da Economia Solidária, busca-se o exercício da categoria poder de Arendt, haja vista sugerir nos processos organizacionais e da gestão do trabalho uma (re)valorização das discussões, das assembléias e dos encontros comunitários, possibilitando aos indivíduos revelar e criar realidades por intermédio de seus atos.

Desta forma, pode-se dizer que a Economia Solidária apresenta uma finalidade multidimensional por tentar envolver a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Suas experiências voltadas para a oferta de trabalho e renda se projetam no espaço público, reafirmando a emergência de agentes sociais mediante a emancipação de trabalhadores como sujeitos históricos e tendo como perspectiva a conquista de um ambiente socialmente justo e sustentável.

Para a efetivação de seus princípios, são definidas algumas diretrizes que servem de base para a consecução da Economia Solidária, dentre as quais Arroyo(2006, p. 39) cita:

- sistema de finanças solidárias cujo objetivo é permitir que às pessoas excluídas do sistema bancário adquiram créditos e com isso criem seus próprios meios de trabalho e de subsistência através do acesso ao crédito popular. Diante destes desafios estratégicos para a efetivação da Economia Solidária busca-se ao nível local a criação dos bancos cooperativos, as instituições de microcrédito solidário e outros, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros. Ao nível nacional, a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias;
- criação do comércio justo entre produtores e consumidores eliminando o máximo de intermediários posto que a articulação entre consumidores, investidores e produtores não apenas gera nichos de mercado para a Economia

Solidária como também desenvolve finanças e cadeias produtivas solidárias, verdadeiros **complexos cooperativos**, os quais podem ser visualizados pelas redes de Comércio Justo e as Cooperativas de Crédito. Assim, a Economia Solidária se caracterizaria pela busca da eficiência em situações de mercado, porém preservando relações internas igualitárias e democráticas sem perder de vista o solidarismo que norteia a articulação política entre seus agentes; e

- consolidação de um Estado político democrático estimulando as alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania. A Economia Solidária preconiza um Estado democraticamente forte que é empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades de cada um e de todos.

Assim, somente com a consolidação destas três principais diretrizes é que se inicia efetivamente o projeto alternativo da Economia Solidária. O sistema de finanças solidárias, o comércio justo e o Estado político democrático são os meios que estimulam e mobilizam os sujeitos sociais, vitimados pelo sistema capitalista de produção, a proporem “outra economia”.

3.3- As diversas nomenclaturas utilizadas para traduzir a experiência da Economia Solidária

Como todo novo projeto, a Economia Solidária não poderia deixar de trazer questionamentos e diversidades relativas a sua conceituação. Dentre os nomes mais utilizados para definir este modelo alternativo de organização popular e da produção, temos: Economia do Trabalho, Colaboração(Redes) Solidárias, Economia Popular Solidária, Socioeconomia Solidária etc., todas com suas especificidades, porém em busca da reconceituação da economia baseadas em outros paradigmas que não os do capitalismo.

Coraggio, comparando a expressão Economia Solidária a Economia Popular, entende que sua principal característica é que, diferentemente de outros setores, cujas lógicas são a da acumulação e a da legitimação do poder, ela inclui todas as unidades domésticas (UD) econômicas, cujo agentes não vivem da exploração do trabalho alheio, nem podem viver da riqueza acumulada. Mesmo que todos ou alguns de seus membros também trabalhem em outros subsistemas, seu objetivo é a reprodução ampliada da vida (CORRAGIO apud CATTANI, 2003).

Para Coraggio, “o objetivo do capital se esgota em si mesmo: a acumulação de capital. Enquanto que o objetivo do trabalho o transcende: é a reprodução da vida dos trabalhadores” (apud CATTANI, 2003, p. 94). Por isso, o autor acredita que a expressão Economia do Trabalho revela melhor a contraposição mais importante, que é ao capital.

Segundo Gaiger, citado por Singer e Souza (2000), a Economia Solidária é caracterizada desde as práticas de autogestão e cooperação usadas nos empreendimentos econômicos solidários, os quais alteram o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente encontrado na empresa convencional privada, propiciando uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção.

Nesses empreendimentos, Gaiger assinala que “as práticas características inscrevem-se em uma nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos” (GAIGER apud CATTANI, 2003, p. 135).

Já Paul Singer, outro grande pensador da Economia Solidária, exprime com clareza o aspecto mais do que político que cerca o movimento da Economia Solidária, ao considerá-la como “um interstício no modo de produção capitalista” (SINGER E SOUZA, 2000)

Singer entende que o ressurgimento da Economia Solidária é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulamentação da economia, que acarreta desemprego em massa. Ela assume papel importante de combate ao desemprego e inserção social, funções que anteriormente ao neoliberalismo, eram realizados pelo Estado (SINGER e SOUZA, 2000).

Nas palavras de Singer e Souza, a Economia Solidária

[...] constitui-se pelo conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca e diversas organizações populares urbanas e rurais (2000, p. 123).

Para Euclides Mance, a Economia Solidária não pode ficar atrelada apenas aos indicadores ou às razões econômicas, de gerarem "novos postos de emprego", de reintegração de trabalhadores ao mercado formal de trabalho, de incentivar empreendimentos populares e solidários (autogestionários ou não) com vistas apenas a virem competir na economia do mercado capitalista, na distribuição de renda.

Mance acredita que a idéia de colaboração solidária é utilizada como estratégia para a organização da *sociedade pós-capitalista*. Ela consiste na implantação de redes que vinculam as unidades de produção e de consumo em um movimento de realimentação que permite a geração de postos de trabalho e a melhoria na renda dos envolvidos, assim como uma transformação cultural e ética estabelecida nas relações entre seus agentes (MANCE apud CATTANI, 2003).

Segundo Mance, a rede de Colaboração Solidária representa

Um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável seu desenvolvimento propriamente humano, social e de espécie (apud CATTANI, 2003, p. 237).

Seguindo a mesma proposta de intensificação da esfera social utilizada por Mance, Marcos Arruda considera que a dicção Socioeconomia Solidária (SES) é o que melhor representa este novo modelo de organização da produção e da sociedade. Conforme está inscrito etimologicamente, "socioeconomia" explicita a subordinação da economia à sociedade (ao social) expressando a compreensão de que "a economia não é o fim supremo", mas apenas um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana (MOTTA, 2004).

Para Arruda...

O termo socioeconomia solidária equivale à economia solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia – aquela que é fiel ao seu sentido etimológico – *gestão, cuidado da casa e*, por conseqüência, *dos que nela habitam* (apud CATTANI, 2003, p. 232).

Diante desta diversidade de conceitos e nomenclaturas criadas para definir o movimento da Economia Solidária, o que merece destaque não é o nome ou conceito utilizado para este novo projeto, mas sim a idéia discutida em favor da emancipação de seus membros, da inserção da comunidade em um novo *ethos* que não se incorpora ao fundamentalismo mercantil.

Nesta pesquisa, a Economia Solidária será referenciada como um novo modelo de organização da população, da produção e do consumo, tendo assim maior aproximação com definições e conceitos defendidos por Singer e Mance, por acreditarmos que a Economia Solidária pretende possibilitar à classe-que-vive-do-trabalho opções para o enfretamento da realidade do desemprego e da precarização do trabalho, assim como a (re)definição da categoria trabalho, voltando esta a ser visualizada como trabalho útil(concreto) e, conseqüentemente, ação promotora de maior organização social e política.

3.4- A Economia Solidária como forma de redução da pobreza e organização política no Brasil

Como já expresse, a Economia Solidária ressurgiu em virtude da intensificação dos processos de desfiliação do mundo do trabalho originados pela flexibilização, desregulamentação ou precarização do trabalho.

Na década de 1980, o crescimento do número de pessoas consideradas pobres teve intenso vínculo com a expulsão do mundo do trabalho. As crescentes crises econômicas, o declínio do Estado de “Bem-estar social” e o surgimento do Estado Neoliberal evidenciaram diversas problemáticas na vida social e econômica de milhares de brasileiros.

Consoante lição de Singer, a “nova pobreza”, categoria criada no final dos anos 1970 para classificar os que estavam excluídos do mundo do trabalho, era constituída por aqueles que

[...] pertenciam à ampla classe média, que se criaram em função das conquistas dos anos dourados e que perderam seus empregos para robôs ou para trabalhadores de países periféricos. E que não foram capazes de se reciclar profissionalmente e de se deslocar para as cidades em que os novos postos de trabalho estavam surgindo (2001, p. 31).

Segundo dados da CEPAL (2004), depois de alguns anos de crescimento, o Brasil entrou na década de 1980 com grande dinamismo político, mas sob o signo de uma crise econômica e de altos níveis de inflação. Durante a crise da dívida, a pobreza cresceu 17% em resposta a uma redução de 10% na renda *per capita*. Em 1981, os 50% da população tinham 13,4% da riqueza nacional e, por outro lado, 1% dos mais ricos detinha 13%.

Diante desta realidade de intensificação da pobreza em razão da desigualdade na distribuição de renda em uma sociedade moderna fundamentada numa cidadania operária, cabe aos desfiliaados a busca da alternativa que lhes proporcione condições de sobrevivência e dignidade.

É importante aqui evidenciar que, segundo os dados da PNUD, a categoria pobreza é definida como uma situação que impede o indivíduo de satisfazer uma ou mais necessidades básicas e participar plenamente da vida social. É um fenômeno essencialmente econômico com dimensões sociais, políticas e culturais, que se associa à escassa participação e se expressa no subconsumo (PNUD, 1999 apud SANTOS, 2002). Assim, quando se fala sobre linha de pobreza ou indigência, se está, automaticamente, falando sobre a renda *per capita*. São classificados como extremamente pobres (ou indigentes) os brasileiros que vivem de menos de um quarto de salário mínimo. E considera-se pobre quem vive com menos de meio salário mínimo (ROCHA, 2005).

Segundo Rocha, entretanto, conceituar pobreza não é algo simples, não depende somente da renda. Para ela,

(...) pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada... esta definição de necessidades depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre

significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive (2005, p. 9-10).

Para tanto, utilizar a renda como único indicador de referência da pobreza é algo duvidoso, isto porque, segundo a definição de Rocha, o pobre de uma determinada região pode não ser classificado como pobre em outro lugar em razão do modo de vida lá estabelecido.

Ao analisar-se a realidade brasileira por intermédio da taxa de pobreza relativa⁷, é possível identificar que houve uma redução, na última década, de 48% da população abaixo da linha da pobreza, em 1990, para 37,5% em 2001. A indigência também decresce, passando de 23,4% da população em 1990 para 13,2% em 2001. Esta queda dos índices de pobreza e indigência está relacionada à melhoria de acesso aos serviços públicos básicos, tais como água, esgoto, eletricidade, escola e atendimento à saúde, apesar de que, mesmo com a garantia dos direitos sociais adquiridos pela Constituição de 1988, uma grande massa de indivíduos ainda não tem acesso ao consumo dos bens e serviços de cidadania (ROCHA, 2004).

Do ponto de vista da renda, o contingente de pessoas pobres em 1981 permanece quase o mesmo em relação ao ano de 2002, já que em média a renda familiar *per capita* está situada em, respectivamente, 41% e 44% abaixo da linha de pobreza. Na verdade, a persistência da pobreza absoluta⁸ está associada ao elevado nível de desigualdade na distribuição de rendimento (PNUD, 2004).

De acordo, com os dados fornecidos pelo IPECE, no documento “Indicadores sociais de 2006”, tanto o Brasil como a região Nordeste e o Estado do Ceará apresentaram redução nos índices de concentração de renda – Gini. No entanto, apesar da significativa redução da desigualdade de renda no Ceará nos últimos anos, essa ainda se mantém em patamares elevados (IPECE, 2006).

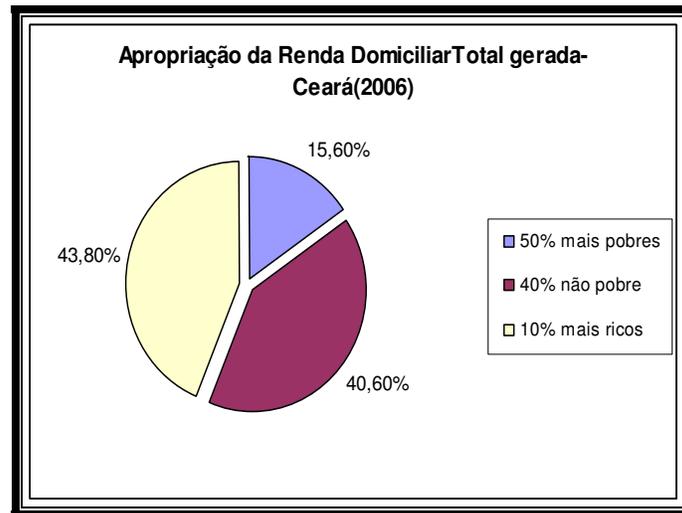
No Ceará, percebe-se que a razão entre a renda domiciliar *per capita* média dos 10% mais ricos em relação à renda domiciliar *per capita* média dos 40% mais pobres da população cearense entre 2005 e 2006 teve uma redução proporcional de

⁷ - Pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social (ROCHA, 2005, p. 11).

⁸ Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital (ROCHA, 2005, p. 11).

aproximadamente 8,1%. Na Região Metropolitana de Fortaleza, também houve considerável redução da razão entre a renda média dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, pois se registrou queda de 24,4% do valor desse indicador no período 2004-2006 e outra queda de 16,1% entre 2005 e 2006.

Gráfico 1



Fonte: IBGE/PNAD e IPECE.

Neste gráfico, é possível verificar que, enquanto 50% da população mais pobre do Estado do Ceará se apropriam de apenas 15,60% da renda domiciliar total gerada, 10% da população mais rica concentram 43,80% da renda, isto é, quase que metade da renda gerada. E, segundo os dados do IPECE, esses 50% da população mais pobre correspondem a 71,2% da população total do Ceará, enquanto os 10% da população mais rica correspondem apenas a 3,9%, o que reflete ainda elevado grau de desigualdade na distribuição de renda do Estado do Ceará.

Ao compreender o complexo que envolve a categoria pobreza, definida por meio da pobreza absoluta e pobreza relativa, é possível perceber que o movimento da Economia Solidária busca trabalhar o conceito de pobreza em sua amplitude/complexidade, visto que seus projetos estão direcionados às necessidades de renda, em virtude das problemáticas do desemprego e/ou precarização do trabalho, e as necessidades básicas, em razão das problemáticas sociais vividas na comunidade.

Dos projetos e campanhas voltadas para a implementação do movimento da Economia Solidária no Brasil, na perspectiva de combate à pobreza e organização política, têm-se o movimento da Igreja Católica organizado pela Cáritas Diocesana; a campanha Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares Universitárias (ITCPs); a Associação Nacional de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG); a Fundação Unitrabalho, entre outras (SANTOS, 2002).

Estes movimentos, embasados na proposta da Economia Solidária, buscam proporcionar às vítimas do desemprego e/ou infortúnios outros que as levaram à condição de pobres, não apenas renda, mas meio de sensibilizá-las para a mobilização das comunidades marginalizadas, capacitá-las para se organizarem, cooperarem e interagirem solidariamente, adquirindo recursos materiais e intelectuais para poderem entrar no mercado por conta própria.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos pela Cáritas, é importante distinguir as três grandes ênfases dadas as suas ações no decorrer dos anos: em 1956, a Cáritas realizava ações de cunho assistencial, articulando as obras sociais da Igreja com a distribuição de donativos e alimentos. Já em 1966, a Cáritas muda sua ênfase e passa a realizar ações promocionais com o lema “ensinar a pescar” (SANTOS, 2002).

Em sua fase atual, vivida desde a década de 1980, a Cáritas dá ênfase à solidariedade libertadora, a qual atua nas situações de emergência, apoio às iniciativas comunitárias e associativas e mobilizações populares – apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Nesta fase, a Cáritas convoca as próprias comunidades a encontrarem saídas, estratégias de sobrevivência diante de suas condições de miséria (SANTOS, 2002).

Após estas fases de mudanças vividas pela Cáritas e, paralelamente, pelos demais projetos sociais, em 1994, o movimento da Economia Solidária dá um salto positivo com a campanha *Ação da Cidadania Contra a Fome, a miséria e pela Vida*⁹,

⁹ A Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, criada em 1993, resulta do trabalho desenvolvido pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, o qual foi criado no ano de 1981 por três militantes de esquerda: Herbert de Souza – o Betinho -, Carlos Afonso e Marcos Arruda. O IBASE tem por missão o desenvolvimento da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã. Para o instituto, democracia é cidadania ativa de sujeitos sociais em luta, nos locais em que vivem, agindo e efetivando – com igualdade na diversidade – a sociedade civil, a economia e o

pelo fato de esta assumir novos rumos e passar a acreditar que não bastava distribuir alimentos, era preciso gerar trabalho e renda para os pobres (SINGER apud SINGER e SOUZA, 2000).

A questão da geração de emprego foi uma bandeira acionada em novembro de 1993, durante reunião de Betinho com vários secretários do trabalho para discutir o problema do desemprego no país... A opção pela questão do emprego foi estratégica. Ela visava, de um lado, responder às críticas ao assistencialismo associado à distribuição de cestas e, de outro lado, dar um sentido novo à mobilização (GONH, 1996: 34 apud SANTOS, 2002: 120).

Para o desenvolvimento desta nova fase da Cáritas, surgem diversas experiências de trabalhos em cooperativas em busca de promover a geração de renda. Trabalhar em cooperativa, no entanto, requer a habilidade de autogestão na tentativa de superar questões cruciais como: a dificuldade de qualificar o produto, a restrição ao acesso de tecnologias e a ausência de clientela formada. Tudo isto representa entraves na produção e gestão do próprio negócio, limitando as oportunidades de vitórias.

Diante destas dificuldades, entretanto, o movimento da Economia Solidária passou a contar desde a década de 1990 no Brasil, com um arranjo institucional que o diferencia do que se observa em outros países - as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) Universitárias.

Segundo Singer, as ITCPS são

Multidisciplinares, integradas por professores, alunos da graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários (2001, p. 123).

Com efeito, na medida em que as ITCPS são vistas como capazes de não apenas apoiar empreendimentos autogestionários de natureza variada, mas também contribuir para um projeto mais amplo de organização econômico-social, seguindo princípios do cooperativismo, ela tende a obter em médio prazo um sucesso maior do que as incubadoras de empresas originadas com base em arranjos institucionais, existentes nos Estados Unidos desde os anos 1950.

poder. Pela campanha Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, o IBASE trouxe para o debate questões como democracia de informação e solidariedade (GOCKEL, 2006).

O objetivo maior das ITCPS, em torno de uma proposta de natureza política, é organizar o saber formalizado e sistematizado na universidade para desenvolver empreendimentos sociais de caráter coletivo. As ITCPS poderiam, assim, contribuir para a formulação de um modelo de desenvolvimento capaz de oferecer aos socialmente excluídos uma oportunidade de reinserção na economia por iniciativa própria (SINGER, 2001).

Outra diligência que também deu suporte para o desenvolvimento de projetos voltados para a Economia Solidária foi a ANTEAG (Associação Nacional de Empresas de Autogestão e Participação Acionária) criada em 1994. A ANTEAG assessora e prepara os trabalhadores das empresas autogeridas para ter sucesso na luta concorrencial. Ela foi criada com suporte em experiências de “trabalhadores que assumiram empresas no rastro da falência e desemprego oriundo da recessão e abertura econômica ao mercado internacional”. (BARBOSA apud SILVA, 2006, p.112).

Segundo Sola (apud PONTE JR., 2000), a ANTEAG surgiu com a missão de criar e desenvolver esse modelo de autogestão, no qual o grande objetivo é

(...) criar a recriar trabalho e renda, dentro de um processo de transparência administrativa, onde todos os trabalhadores têm sua participação. Cada trabalhador tem direito a um voto, as decisões são tomadas coletivamente e é desenvolvido um processo de educação para a cidadania dentro da empresa, para que todos os trabalhadores tenham a oportunidade de entender como é que funciona todo o fluxo produtivo da empresa, para que possam estar participando (SOLA apud PONTE JUNIOR, p. 69, 2000).

Também preocupado com a realidade de desemprego, fruto da reengenharia nas empresas a Central Única dos Trabalhadores – CUT instituiu em 1999 um grupo de Economia Solidária para apoiar as cooperativas de produção, de serviço, de trabalho e de troca. Para cumprir com esse objetivo, a CUT criou a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, a qual busca dialogar com as demais experiências nacionais e internacionais na busca de combater o cooperativismo fraudulento, apoiar as novas cooperativas na obtenção de crédito, ampliar o trabalho de formação, potencializar as experiências das incubadoras e depois repassar isso para todos os sindicatos.

A criação da Fundação Unitrabalho, formada por uma rede de universidades, em 1997, com a missão de debater as questões relacionadas ao mundo do trabalho e criar um grupo de trabalho para realizar um levantamento sobre iniciativas de Economia

Solidária no Brasil, foi outra importante contribuição no desenvolvimento da Economia Solidária.

É importante salientar que estes trabalhos desenvolvidos no Brasil tiveram como fonte de inspiração as experiências vivenciadas em Mondragón e Bangladesh, com a criação de cooperativas de produção, crédito e consumo.

Segundo Singer (2001), porém, mesmo os trabalhadores autogestionários tendo suporte técnico para a efetivação de seus projetos alternativos aos princípios e ordens estabelecidos pelo sistema capitalista, a solução racional para a concretização do projeto da Economia Solidária é a consolidação do valor moral da solidariedade. Isto porque, é somente pela solidariedade que um conjunto de produtores autônomos se organiza para trocar seus produtos entre si, oferecendo a todos uma maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos.

Embora com perspectivas e tempos históricos diferenciados Durkheim introduziu em seus estudos o termo solidariedade quando defendia a noção de que a sociedade se ergue pelo estabelecimento da solidariedade mecânica e orgânica, sendo esta última utilizada nas sociedades mais desenvolvidas (Assunto já abordado no capítulo 2).

Não se trata de fazer aqui uma relação da Economia Solidária com a Teoria Funcionalista de E. Durkheim, mas apenas destacar a idéia de que o sentimento de solidariedade defendido pelo Sociólogo francês para o estabelecimento das relações humanas é o principal meio para a concretização do novo projeto de organização da sociedade e do trabalho – A Economia Solidária.

Na sociedade contemporânea, entretanto, verifica-se que o princípio de solidariedade é utilizado por outras vias, reduzido ao mundo privado, da intimidade e as formas racionalistas institucionais, em geral mediadas pelo Estado, sendo considerado um tipo mais fraco e difuso de solidariedade (LISBOA apud CATTANI, 2003).

Segundo Lisboa, na Economia Solidária, acredita-se que “a socialização pelo dinheiro, advento da modernidade, empobrece emocionalmente o ser humano levando-os a viver relações despersonalizadas, utilitaristas e instrumentais”. (LISBOA apud

CATTANI, 2003, p. 242). Para as pequenas unidades de produção da Economia Solidária, é necessária a reconstrução do *ethos* de solidariedade perdido desde a sociedade capitalista, de extrema individualização, na qual os vizinhos se tornam estranhos e as relações humanas esfriam.

Para Singer (2001), uma forma de desenvolver este novo *ethos* de solidariedade nas experiências de produção e consumo da Economia Solidária é fundar uma cooperativa de produção, de crédito e de consumo, à qual se associarão a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto.

Na contramão do cenário de desfiliação que o capitalismo produziu em todo o mundo, a existência de comunidades e movimentos populares que tenham práticas econômicas associativas com forte viés político e emancipatório é uma “resposta direta” à crise do trabalho assalariado e à crise social vigente produzida pela globalização seletiva e excludente do neoliberalismo.

Nas experiências associativas ou cooperativas, busca-se a realização de um trabalho emancipado, que reconhece a filosofia da práxis, tanto no trabalho como na economia, e, conseqüentemente, elimina sua mercantilização imposta pelo capitalismo.

Segundo a filosofia da práxis, o trabalho é considerado ação praticada com base na partilha e colaboração, resultante de diálogo, negociação coletiva e planejamento. Para Arruda, “o trabalho emancipado implica descentralizar o poder e o saber, juntamente com a riqueza. Significa, portanto, superar toda exploração de uns sobre outros” (ARRUDA apud CATTANI, 2003, p. 267).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de projetos fundamentados no movimento da Economia Solidária investe na educação para autogestão, o associativismo e o cooperativismo.

É neste sentido que se estabelece a principal questão da Economia Solidária como teoria econômica. Nela não se busca o lucro a qualquer custo, não se trabalha na perspectiva de exploração dos trabalhadores, tornando-os máquinas de produção que não compreendem seus processos de trabalho. Na Economia Solidária, busca-se a participação ativa dos trabalhadores em todo o processo, pois se compreende que o trabalho deva ser uma atividade inundada de sentido para o trabalhador na tentativa de

excluir as formas de alienação e distanciamento entre o trabalhador e o objeto produzido. Nela tenta-se reaver o sentido de trabalho útil no qual o homem satisfaz suas necessidades básicas, se sente bem e é fazedor de sua existência.

Tiriba acentua que a Economia Solidária dá um salto qualitativo em relação ao entendimento que possui sobre a categoria trabalho, pois com a Economia Solidária é gerida “uma nova cultura do trabalho, onde o processo produtivo atenderia às necessidades de consumidores, mas também dos próprios trabalhadores produtores, um trabalho mais prazeroso e solidário” (TIRIBA apud SILVA, 2006, p. 102).

Assim, Arruda assinala que o trabalho na Economia Solidária – trabalho emancipado – busca libertar o trabalhador das amarras da mera sobrevivência material, reavendo o prazer de trabalhar, criar, gestar conhecimentos e aplicá-los na transformação do mundo e dos próprios trabalhadores (ARRUDA apud CATTANI, 2003).

É por este motivo que na Economia Solidária se valoriza o modelo de organização da autogestão. Autogerir não é uma tentativa de democratizar a economia capitalista ou a forma da gestão dos empreendimentos capitalistas, mas sim de mudar seus fundamentos. A autogestão pressupõe a participação de todos os envolvidos no empreendimento a discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a organização e produção do trabalho (seja prestação de serviços ou produção de bens).

Neste sentido, consoante Corrêa (1997), a autogestão pode vir a ser um elemento fundamental para uma nova forma de organizar os processos de trabalho, podendo quebrar a alienação do processo de trabalho, o feitiço do conhecimento e a estrutura hierarquizada e vertical no modo de organização do trabalho e da produção.

À medida que discutimos a idéia da participação, do estímulo ao indivíduo, procurando fazê-lo sentir-se enquanto co-responsável por suas atividades produtivas, inicia-se o processo que o capacitará a ser um efetivo dono da sua empresa, cooperativa, que por sua vez, passa a ser autogestionária (PONTE JUNIOR, p 117).

A autogestão é o exercício do poder compartilhado, estabelecendo-se uma cultura de confiança entre os membros cooperados. Nas cooperativas autogestionárias, não se tem como finalidade o lucro, mas a efetivação dos projetos de seus sócios, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Segundo Tiriba citado por Cattani

(2003, p 54) “...o desafio é criar as condições objetivas e subjetivas para o resgate e fortalecimento da cooperação como prática social humanizadora e mediadora do processo de reprodução ampliada da vida”.

E, diante da realidade estabelecida pelo sistema capitalista, de exploração e alienação dos trabalhadores, torna-se quase impossível desenvolver ações preocupadas com o bem-estar de todos, com a distribuição igualitária do poder e a participação na produção e gestão do trabalho, se não for pela união das pequenas unidades de produção da Economia Solidária, por meio da rede de colaboração solidária.

Segundo Singer (2001, p. 124), “o ponto de partida da economia solidária é o reconhecimento que a causa maior da debilidade da pequena empresa e do autônomo é o seu isolamento. O pequeno só é pequeno porque está sozinho”.

Mance é um dos principais teóricos das Redes de Colaboração Solidária. Para ele, as redes permitem aglutinar diversos agentes sociais em um movimento social orgânico com intensivo potencial transformador. Elas negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural, incentivando uma nova forma de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva (MANCE apud CATTANI, 2003).

Por intermédio das redes solidárias, unidades de produção e de consumo são conectadas em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder local. Essa possibilita uma autônoma transformação cultural das sociedades, em que os indivíduos apresentam uma visão de mundo mais solidária e ética, antagônica ao capitalismo (MANCE apud CATTANI, 2003).

Segundo Mance, politicamente, as Redes de Colaboração Solidária defendem a gestão democrática do poder por

[...] garantir a todas as pessoas iguais condições de participação e decisão não apenas sobre as atividades de produção e consumo praticadas em redes, mas também nas demais esferas políticas da sociedade, visando combater toda forma de exploração de trabalhadores, expropriação de consumidores e dominação política ou cultural, enfatizando o valor da cidadania ativa na busca do bem comum e da cooperação entre os povos (MANCE apud CATTANI, 2003, p. 224).

Mance, citado por Cattani (2003, p. 221), defende o argumento de ser necessária a utilização do princípio da democracia nas Redes de Colaboração Solidária, visto que entre suas características estão:

- a) *descentralização*, uma vez que não há um núcleo central e que a partir de cada célula novas redes complexas podem se construir;
- b) *gestão participativa*, pois todos os trabalhadores e consumidores participam nas decisões sobre o surgimento de novas células, sobre o que deve ser produzido, sobre o reinvestimento do excedente etc.;
- c) *coordenação*, eleita democraticamente pelas células com mandato revogável; e
- d) *regionalização*, com as instâncias democráticas organizando-se desde as células de consumo até às instâncias regionais e mundiais.

Por meio das Redes de Colaboração Solidária, há uma integração de ações tanto de cooperativas e grupos de produtores e consumidores como também de associações de moradores, organizações eclesiais, sindicatos, movimentos populares e culturais e de outras organizações sociais como forma de propagação do consumo e do trabalho solidário, da preservação do equilíbrio ecológico e das lutas contra toda forma de preconceito, discriminação e opressão, reafirmando o direito de todos à cidadania (MANCE, 2000).

Nesta perspectiva socioeconômica, as Redes de Colaboração Solidária só ganham força em decorrência do seu estabelecimento sob um novo consumo, o consumo solidário¹⁰.

¹⁰ Segundo Mance (2002) há quatro formas de consumo: alienante, compulsório, em razão do bem viver e solidário. a) O *consumo alienante* é praticado massivamente na atual sociedade capitalista por uma parcela da população que busca nas mercadorias qualidades que lhes são vinculadas pelas publicidades e modismos. Desejos, anseios, angústias, medos e necessidades são modelizados semioticamente de tal modo que o consumo de certos produtos de certas marcas passam a ser considerados como a melhor opção para alcançar a felicidade e a realização humana. b) Outra parcela da sociedade, entretanto, pratica o *consumo compulsório*. Trata-se dos pobres e excluídos, subempregados, desempregados que não dispõem de recursos para consumir os produtos de grife ou as marcas famosas e caras. Premidos pela necessidade, buscam maximizar o poder de consumo dos poucos recursos que têm. Estes "esticam o salário" buscando comprar o que é essencial e mais barato, primando mais pela quantidade de produtos adquiridos com a mesma quantia de dinheiro do que pela sua qualidade propriamente dita. Tem como ideal de consumo o consumo alienante, e se pudessem comprariam os produtos identificados com o consumo de elite, buscando destacar-se socialmente. c) Já no caso do *consumo como mediação do bem-viver*, menos importam as aparências e imaginários produzidos pela mídia do que a satisfação das necessidades pessoais. Este consumo, quando estamos em meio a uma sociedade de excluídos, pode se converter em um *consumo solidário*, visando a contribuir socialmente com o bem-viver de toda a

Mance entende por consumo solidário a seleção de...

[...] bens de consumo ou serviços que atendam nossas necessidades e desejos, visando realizar o nosso livre bem-viver pessoal, quanto promover o bem-viver dos trabalhadores que elaboram aquele produto ou serviço, como também visando manter o equilíbrio dos ecossistemas (Apud CATTANI, 2003, p. 222).

Ao contrário do consumo solidário, todavia, o que se vivencia na sociedade capitalista contemporânea é a realidade do consumismo, que, além de provocar “exclusão social” de uma parcela da população, haja vista a desigualdade de acesso à renda, produz impactos sobre o ambiente natural por consumir os recursos naturais do Planeta e submeter a risco a sustentabilidade das gerações presentes e futuras.

Conforme dados do relatório do Programa de Desenvolvimento Humano da ONU, intitulado Consumo para o Desenvolvimento Humano, enquanto os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% do total de gastos em consumo privado, os 20% mais pobres respondem apenas por 1,3%. Conforme o documento, “bem mais de um bilhão de pessoas estão privadas de satisfazer suas necessidades básicas de consumo” (PNUD, 1998).

Diante desta realidade, o consumo solidário é uma maneira de possibilitar a inserção dos indivíduos na sociedade, mas de forma consciente, pois diferentemente da realidade do sistema capitalista, na Economia Solidária o objetivo é viabilizar o direito do consumo sem perder de vista o impacto de suas ações. “ É um ato político para impor limites ao mercado”.(ARAÚJO, 2008).

Na compreensão de Grippa (2007), o consumo solidário é uma forma de luta anticapitalista a ser praticada cotidianamente. Ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não pela “marca” ou apenas considerando o próprio bem-viver pessoal, mas quando é levado em consideração o bem-viver coletivo e os princípios

coletividade. d) O *consumo solidário*, assim, ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem-viver pessoal, mas também o bem-viver coletivo, uma vez que é no consumo que a produção se completa, e que este tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral. Em outras palavras, as escolhas de consumo influenciam tanto na geração ou manutenção de postos produtivos em uma dada sociedade (quando se consomem os produtos nela elaborados), na preservação de ecossistemas (quando se consomem produtos de empresas que adotam a reciclagem de materiais, o combate à poluição etc.), enfim, na promoção do bem-estar coletivo da população de sua comunidade, de seu país e do Planeta.

éticos empregados na produção, uma vez que é no consumo que a produção se completa.

Segundo Mance,

De fato, quando consumimos um produto em cuja elaboração seres humanos foram explorados e o ecossistema prejudicado, nós próprios somos co-responsáveis pela exploração daquelas pessoas e pelo prejuízo ao equilíbrio ecológico... O ato de consumo, não é apenas econômico, mas é também ético e político (Apud CATTANI, 2003, p. 222-223).

Ao compreender a Economia Solidária como um movimento que passa pelos aspectos econômico, social e político, é possível perceber que o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil surge nos anos 1990, graças ao processo de redemocratização vivido no País desde o final dos anos 1980, o qual proporcionou o fortalecimento da organização social e política dos movimentos.

Este período de redemocratização possibilitou aos movimentos sociais reconstruir e apropriar-se do espaço público por meio das organizações comunitárias – associações e cooperativas – as quais são reconhecidas como lugares próprios para o desenvolvimento e estímulo à participação.

Pelos movimentos sociais, a sociedade civil se reconstrói e apropria-se de espaços públicos, tornando notáveis os interesses populares e questionando o poder do Estado. Os movimentos sociais representam uma pluralidade de interesses, considerando a autonomia de sujeitos diferentes. Somente assim, retoma-se a concepção de cidadania em que se busca dar conta das diferenças, sem esquecer da preocupação com o princípio da igualdade.

Dagnino e alii (2000, p. 33) sustentam a noção de que “... essas novas esferas públicas de representação, negociação e interlocução representam um campo democrático em construção que assinala pelo menos a possibilidade de repensar e expandir os parâmetros da democracia brasileira realmente existente”.

É por intermédio da apropriação deste espaço público democrático que se reeducam homens, mulheres e crianças para a constituição de uma cultura humanística na qual os seres humanos são mais cooperativos, amorosos e emancipados.

Assim, tem-se uma concepção ampliada de cidadania que leva à quebra do monopólio do Estado na definição da agenda de prioridades, por possibilitar a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos na busca da conquista do interesse público.

Desta forma, é possível identificar na Economia Solidária o verdadeiro sentido da participação, a qual envolve diversos setores da sociedade, busca uma nova sociabilidade entre a sociedade civil e a sociedade política, na tentativa de solucionar problemas vinculados a questões econômicas, políticas e sociais.

Esta participação ativa da sociedade civil nos processos econômicos (geração de renda e trabalho), sociais e políticos pretende organizar os indivíduos coletivamente para garantir suas necessidades básicas, tornando-os sujeitos conscientes e ativos à procura de seu desenvolvimento, gestores e proprietários de seus empreendimentos.

É por esta razão que a Economia Solidária defende a efetivação de processos participativos e democráticos nos quais estejam unidos sociedade civil e Estado, na idéia de “Estado ampliado”, no qual há profundas alterações no modo de o Estado operar a economia, assim como na gestão de políticas públicas e na forma de se relacionar com a sociedade civil.

Na perspectiva de Gohn,

[...] a construção de uma nova concepção de sociedade civil é resultado das lutas sociais nas décadas anteriores (aos anos 90), que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental (2007, p. 301).

É neste campo de mediação entre Estado e sociedade que se inserem a Economia Solidária e outras organizações não governamentais. E por este motivo que a Economia Solidária constitui o setor público não estatal, uma nova esfera entre o público e o privado que estabelece relações mediante parcerias. Para Gohn, o surgimento desta nova esfera é

[...] um antídoto social à burocratização do Estado e ao seu afastamento do cotidiano dos cidadãos. Já há, portanto, na sociedade atual, o início de um controle público não-estatal sobre o Estado, e ele se torna cada vez mais

atuante e capaz de imprimir uma nova dinâmica, não só às instituições, empresas e agências do Estado, mas à própria democracia representativa, que sofre as restrições de um jogo de poder e influência cada vez mais complexo na sociedade de classes. Trata-se de agregar, processualmente, à democracia direta, participativa, que valorizam o cidadão com iniciativa - uma livre iniciativa da cidadania capaz de revalorizar a cena política (2007, p. 303).

Assim se faz o movimento da economia solidária, movimento inserido no setor público não estatal, que tem a organização popular como prioridade para o desenvolvimento de suas ações de cooperativismo e que luta pelo fomento de políticas públicas de geração de trabalho e renda inspiradas nos princípios de solidariedade e autogestão e desenvolvida por intermédio de incubadoras, associações e campanhas de cidadania na luta contra a pobreza.

3.5 – Os caminhos percorridos no Brasil para o estabelecimento de políticas públicas de fomento à Economia Solidária

É sabido que a experiência da Economia Solidária teve origem nas ações desenvolvidas por movimentos sociais e sociedade civil no intuito de estabelecer opções a situação de desemprego e exclusão social vivida por grande parte da população que estava fora do mercado de trabalho.

Após alguns anos de percurso pela sociedade civil, o crescente interesse pela Economia Solidária adentrou gabinetes dos gestores públicos de várias municipalidades, governos estaduais e, posteriormente, Governo Federal, notadamente com a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constituindo-se, pois, políticas públicas de fomento e apoio à Economia Solidária.

É importante destacar o fato de que a criação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do projeto da Economia Solidária possibilita a constituição de um Estado efetivamente republicano e democrático, porquanto reconhece a existência de novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e elabora suas ações com apoio nas demandas criadas por uma nova arena política formada pela sociedade organizada, que elabora esferas e espaços públicos efetivos de participação política e de negociação dos interesses coletivos (1ª CONFERENCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

Neste sentido de Estado *Respublicano* (termo utilizado por Arendt), compreende-se como público não aquilo que é estatal, mas o que é estabelecido coletivamente, mediante a ação e o discurso dos indivíduos na vida comunitária. Assim, a esfera pública representa o lugar de negociar os conflitos e os interesses diversos e de formular compromissos públicos comuns (ARENDR, 2007).

Podemos dizer que o mecanismo utilizado pela sociedade para a melhor estruturação da esfera pública e, posteriormente, elaboração de políticas de fomento à Economia Solidária, foi o Fórum Social Mundial, evento este realizado desde o ano de 2001.

O Fórum Social Mundial, segundo Francisco Whitaker Ferreira, seu idealizador, é um espaço aberto que reúne diversos movimentos sociais para que juntos possam encontrar soluções para a problemática social do Mundo. Whitaker diz saber que o fórum não vai mudar o mundo, mas possibilita articular ações, em comum, de movimentos, organizações, sindicatos e ONG's, na tentativa de acreditar e pôr em prática o lema do Fórum “um outro mundo é possível” (SANTOS, 2005).

Assim, é exatamente nesta constituição de um outro mundo possível, um mundo onde não haja exploração, miséria, competição desenfreada entre as pessoas, mas sim cooperação, que se insere a proposta da Economia Solidária.

No ano de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o compromisso de fortalecer a Economia Solidária e entidades de assessoria. Para a consolidação deste compromisso, diversos mecanismos de participação e controle social foram criados, no intuito de formar uma esfera pública de poder, onde os vários agentes sociais possam negociar de forma transparente e em igualdade de condições os seus interesses pensados na relação com a coletividade.

Para a concretização desta esfera pública em defesa do movimento da Economia Solidária foram instituídos o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária, as reuniões plenárias de Economia Solidária, as conferências nacionais de Economia Solidária e a Rede Nacional dos Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A criação da Rede Nacional dos Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária foi um importante passo para a viabilização de políticas de fomento a Economia Solidária em alguns municípios e estados, mediante a capacitação e a articulação dos gestores.

Já os conselhos e as conferências referem-se a instâncias que possibilitam, respectivamente, a participação e controle social da sociedade civil e movimentos sociais em relação aos empreendimentos econômicos solidários e políticas sociais que contribuem para a definição dos princípios e diretrizes que nortearão as políticas públicas de Economia Solidária. Desta forma, os dois representam importante espaço de formação e difusão da Economia Solidária (1ª CONFERENCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

Ao analisar a realidade vivida pelo Estado brasileiro, no entanto, verifica-se que este é idealizado para promover o desenvolvimento capitalista, estando seus instrumentos e mecanismos – para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas – voltados para esta mesma lógica.

Desta forma, vários são os obstáculos para concretização do Estado democrático proposto pela Economia Solidária, dentre esses, o fato de a sociedade ter bases em relações autoritárias e de profundas desigualdades sociais, que mantêm quase intacta a cultura do clientelismo e marginal toda e qualquer lógica diferenciada que não aceita que as questões da pobreza e da desfiliação sejam tratadas tão só como políticas compensatórias (1ª CONFERENCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

Ao analisar o movimento da Economia Solidária, verifica-se que suas práticas e ideologias não correspondem à realização de ações residuais, assistencialistas ou de caráter compensatório, mas são estratégias focadas para o desenvolvimento, tanto social como econômico, em suas complexidades.

Assim, segundo Schwengber, pelo fato de a Economia Solidária se tratar de

[...] uma Política de Desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo que historicamente tem ficado excluído ou que vem progressivamente ampliando os graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia,

crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade (SCHWENGBER, 2005).

Com o intuito de possibilitar a articulação entre setor e/ou ministérios, criou-se no ano de 2003 a Secretária Nacional da Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e ocupada pelo economista e professor Paul Singer.

A criação da SENAES foi um importante marco para o desenvolvimento das políticas públicas estatais voltadas para a Economia Solidária. Esta defende a Economia Solidária como política de Estado para o desenvolvimento e combate à pobreza.

Segundo Singer, a ação da SENAES objetiva apoiar e induzir o crescimento das iniciativas voltadas para Economia Solidária, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e tendo como diretriz as experiências e propostas já definidas pelos grupos da sociedade civil, como ONGs, sindicatos, igrejas e unidades econômicas cooperativadas, o que corresponde à incorporação dos sujeitos políticos, de suas idéias e arranjos constituídos em lutas sociais.

Convém lembrar que a inserção da SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE representou uma ampliação significativa de seu âmbito de responsabilidades, visto que o MTE, além de direcionar suas ações para os direitos dos trabalhadores em condição de assalariados passou a incluir em suas ações propostas direcionadas para os trabalhadores de cooperativas e associações.

Singer defende três razões para se apostar no trabalho autônomo. Diz ele:

Há razões para crer que o trabalho autônomo é preferível ao assalariado: 1º- Porque sendo autônomo torna seu sujeito mais conhecedor de sua atividade e portanto mais capaz e instruído, ao passo que o trabalho assalariado faz com que o sujeito aprenda apenas o que é necessário para realizar suas tarefas; 2º- O trabalhador autônomo reúne as qualidades do empreendedor com os do produtor direto, duas funções que o capitalismo tende a separar; 3º- no caso do trabalho autônomo coletivo ele tende a ser cooperativo e administrado de forma democrática por todos que dele participam (SINGER apud BARBOSA, 2007)

Assim, pela primeira vez no governo, após a criação da SENAES, confere-se outro sentido ao trabalho que não seja o emprego assalariado. Desta forma, a

sociabilidade laboral não mais, necessariamente, se baseia no assalariamento. Reconceitua-se a perspectiva de trabalho, consolidando-a como possibilidade de ocupação em cooperativas e associações. Mais que isso, aponta-se a Economia Solidária como a opção para qualificar o trabalho informal em termos de produtividade, aumento de renda e proteção social.

Por intermédio da Economia Solidária, busca-se (re)significar a categoria trabalho, pois este perde sua relação com uma atividade de exploração e passa a ser visualizado como ação que promove o fortalecimento das organizações políticas, garantindo direitos econômicos e sociais.

A Economia Solidária possibilita, portanto, a concretização da tese defendida por Marx de que a categoria trabalho é fundante na sociabilidade humana, não representando assim um castigo ou desgraça, mas sim um elemento que confere ao homem o poder de transformar a si e a natureza. Segundo Antunes(2002a), é por intermédio do trabalho concreto, almejado na Economia Solidária, que o homem se afirma como sujeito que edifica sua história.

Para melhor compreensão dos processos que envolvem a experiência da Economia Solidária, das suas ações nos processos de (re) significação da categoria trabalho, organização da comunidade, inserção no mercado e desenvolvimento local, é que, nos próximos capítulos, será analisada a experiência da Economia Solidária vivida na Região do Grande Bom Jardim, localizado no Município de Fortaleza - Ceará, pelos beneficiários da FUNDESOL.

4- O GRANDE BOM JARDIM: *LOCUS* DA EXPERIÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

4.1- Apresentação da região do Grande Bom Jardim

O Município de Fortaleza é dividido em seis regiões administrativas definidas geograficamente para facilitar a gestão pública. O Grande Bom Jardim está situado na Secretária Executiva Regional V e possui uma população de 175.144 mil habitantes (PIRES; BENEVIDES, 2007).

Situado na zona oeste do Município de Fortaleza, o Grande Bom Jardim é uma região composta por cinco bairros oficialmente reconhecidos - Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Siqueira e Canidezinho -, além de outras comunidades não registradas nos mapas oficiais de Fortaleza, mas que são demarcadas pelos moradores dessa região.

No início do século XX, o Grande Bom Jardim era uma região de grandes propriedades rurais privadas que, ao longo do tempo, fizeram surgir pequenas comunidades agregadas. A região era agradável em razão da abundância de árvores e existência do rio Maranguapinho, o qual simbolizava um ponto turístico, tanto para a população residente naquela região, como para aqueles que vinham do interior do Estado. A localização desta região tornava o centro de Fortaleza quase inacessível, pois existia apenas uma linha de ônibus que fazia três viagens ao dia (CENTRO DE DEFESA A VIDA HERBERT SOUSA, 2008).

Somente nas décadas de 1970/80 foi que a região do Grande Bom Jardim apresentou uma elevação no número de habitantes. O êxodo rural foi um dos principais fatores para o seu povoamento. A ocupação, sem nenhum planejamento urbano, ocasionou problemas habitacionais, com a aglomeração de casas e ocupações desordenadas; ambientais, com poluição de ruas e do rio Maranguapinho, que acentuaram problemas de saúde, sociais e econômicos, sobretudo em razão da baixa renda dos moradores dessa área (CENTRO DE DEFESA A VIDA HERBERT SOUSA, 2008).

O crescimento populacional desordenado nos espaços periféricos de Fortaleza foi um dos fatos geradores da desigualdade social e pobreza. Na região do Grande Bom Jardim, bem como em outras áreas de Fortaleza, acrescentavam-se, ainda, as precárias condições de renda, de acesso a serviço básico e de moradia.

Fortaleza, no início do processo de urbanização, se apresentava como um lugar de facilidades para a inserção no mercado de trabalho, melhores condições de habitação e outras condições básicas, incentivando o processo migratório. Atualmente, verifica-se que, em virtude do crescimento populacional em um curto espaço de tempo, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi alvo de efeitos indesejáveis em decorrência da crescente demanda por bens e serviços, além de maior pressão sobre o mercado de trabalho local, o que proporcionou o aumento do desemprego e/ou do subemprego (IPECE, 2006).

Durante as visitas de campo desta pesquisa, pudemos constatar que as informações coletadas no IBGE, nos relatórios da pesquisa do GPDU, dentre outras, fornecidas pelo CDVHS, se traduziam no cotidiano da região em problemas sociais, econômicos e de infra-estrutura. Sociais, por visualizar na avenida que dá acesso ao Grande Bom Jardim uma grande quantidade de crianças e adolescentes nos semáforos em busca de conseguir alguns trocados, trabalhando como “flanelinha”. Econômicos, por perceber, por intermédio das estruturas das casas e dos pequenos comércios, que nessa área de periferia moram pessoas com baixo poder aquisitivo. E infra-estruturais, em virtude das péssimas condições das ruas pelas quais passamos durante as visitas; quadras, escolas e postos de saúde sujos e deteriorados; casas com esgotos a céu aberto; e comércios aglomerados na avenida Osório de Paiva, dando aquela sensação de desorganização, desordenamento no processo ocupacional. Em relação ao transporte, atualmente no GBJ existem 27 linhas de ônibus que ligam os bairros ao terminal. Na verdade, não tivemos dificuldades em relação a transporte, pois todas as visitas puderam ser feitas, tranquilamente, como os transportes públicos.

Para iniciar nossa pesquisa de campo, primeiramente fomos até ao Centro de Defesa a Vida Herbert de Sousa – CDVHS¹¹. Ao descermos do ônibus Bom Jardim em

¹¹ O Centro de Defesa a Vida Herbert Souza (CDVHS), é uma das organizações não governamentais, criada em 1994, em defesa da vida e promoção dos direitos humanos através da realização de políticas sociais que promovam do desenvolvimento local sustentável, a geração de trabalho e renda e a capacitação de líderes comunitários. Este foi criado com o apoio do antigo arcebispo de Fortaleza, Dom

direção ao CDVHS nos admiramos com o número de instituições desenvolvendo projetos sociais naquele pequeno espaço por onde caminhamos entre a parada do ônibus e o CDVHS, dentre elas o Centro de Apoio Psicossocial - CAPs, Associação do Padre Rino e CDVHS.

É surpreendente a diversidade de trabalhos sociais desenvolvidos na região do Grande Bom Jardim. Mesmo diante, porém, de uma grande quantidade de projetos sociais, observamos que nas ruas por onde passamos havia, naquela tarde, muitas pessoas, jovens e adultos desocupados. Vendo aqueles “desconhecidos” reconhecemos que ficamos um pouco assustada, mas eles nos ignoraram. Outra questão que também verificamos foi que quase todo o comércio existente naquela área possui grades ou portões, o que simbolizou para nós o quadro violência do bairro, que a mídia insiste em estigmatizar.

Ao chegarmos ao CDVHS, falamos com uma das coordenadoras do centro. Começamos a pesquisa de campo pelo CDVHS por sabermos que o início dos trabalhos direcionados para a proposta da Economia Solidária na região do Grande Bom Jardim partiu da iniciativa dessa ONG. Em conversa, obtivemos informações básicas sobre a realidade da região do Grande Bom Jardim, passando assim a conhecer um pouco mais da história dessa área e a realidade socioeconômica de seus moradores¹².

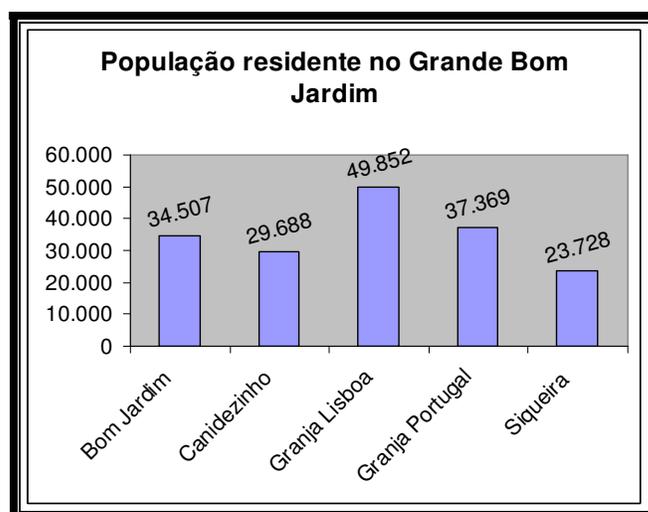
As informações fornecidas pela referida técnica provinham de um diagnóstico socioparticipativo da região realizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano, da UECE. Outro instrumento utilizado para o conhecimento dessa região foi o *site* do IBGE, onde coletamos informações sobre população, sexo, escolaridade, renda, tipo de moradia, esgotamento sanitário etc. Ambas as fontes possibilitaram uma visão mais ampla da região.

Ao fazermos uma comparação demográfica entre os cinco bairros que compõem o Grande Bom Jardim, foi possível visualizar elevada dimensão populacional dessa região, sendo o número de população residente em cada bairro muitas vezes superior ao de habitantes de pequenos municípios do Estado do Ceará.

Aloísio Lorscheider, e das seguintes organizações: Cáritas, Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza e Missionários Combonianos.

¹² Estas informações foram obtidas na Pesquisa realizada pelo GPDU (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbana, da UECE) intitulada: “Diagnóstico sócio-participativo do Grande Bom Jardim” em parceria com CDVHS em março de 2004.

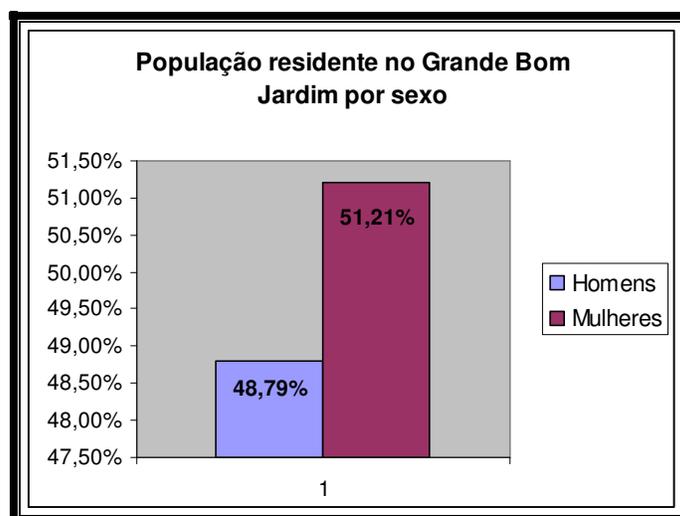
Gráfico 2



Fonte: IBGE, 2000.

Tomando a população residente no Grande Bom Jardim, em todos os cinco bairros predomina o sexo feminino, tendo este uma representação de 51,21% do total da população (IBGE, 2000).

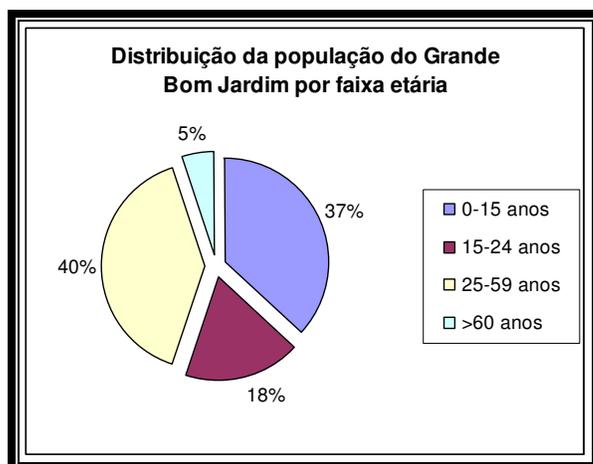
Gráfico 3



Fonte: IBGE, 2000.

No que se refere aos grupos etários, o Grande Bom Jardim tem maior concentração de sua população nas faixas etárias de 0 a 15 anos e de 25 a 59 anos.

Gráfico 4



Fonte: IBGE, 2000

Assim, pelo gráfico, podemos verificar que a região do GBJ tem mais da metade de sua população, isto é, 58%, em idade produtiva, sendo que estes apresentam diversas dificuldades de inserção no mercado de trabalho em razão das elevadas taxas de desemprego e/ou da pouca qualificação profissional (GPDU, 2004).

Em relação aos tipos de domicílio existentes no Grande Bom Jardim, 98,04% das casas são feitas de alvenaria e apresentam, em média, seis moradores por domicílio. Verifica-se, também, um grande número de moradores que vive em condições precárias de habitação localizadas em áreas de risco expostas à enchente e a doenças.

De acordo com os dados do IBGE(2000), o Grande Bom Jardim apresenta o seguinte quadro em relação às condições de ocupação/moradia, sendo muitas destas originadas de assentamentos e ocupações ocorridos durante a década de 1990.

Tabela 2: Condições de ocupação dos domicílios particulares permanentes no GBJ

	PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO			
		Próprio	Alugado	Cedido	outro
Bom Jardim	8.037	6.275	1.165	477	120
Canidezinho	7.192	5.466	598	609	519
Granja Lisboa	11.605	9.400	1.253	412	540
Granja Portugal	8.638	6.686	1.479	387	86
Siqueira	5.683	5.014	436	221	12

Fonte: IBGE, 2000.

Destes domicílios, segue uma classificação em relação ao esgotamento sanitário, média do número de banheiros e destino do lixo, de forma que assim possamos visualizar a infra-estrutura desta região.

Tabela 3

	ESGOTAMENTO SANITÁRIO			Nº DE BANHEIROS		DESTINO DO LIXO		
	Rede geral de esgoto	Fossa Séptica	Fossa Rudim.	1 a 2	Não tinham	Serviço de limpeza	Jog. em terreno baldio ou logradouro	Jog. em rio, lago e mar
Bom Jardim	776	539	6.091	6.657	1.261	7.146	556	53
Canidezinho	1.019	774	4.098	5.766	1.352	5.315	453	493
Granja Lisboa	2.051	3.530	5.252	10.225	1.240	9.982	1.037	22
Granja Portugal	518	1.268	5.586	7.106	1.392	7.852	372	302
Siqueira	435	124	4.229	3.847	1.797	4.204	874	5

Fonte: IBGE, 2000.

Com esses dados, constatamos que, em se tratando de questões vinculadas à infra-estrutura, a região do Grande Bom Jardim ainda hoje, pleno século XXI, apresenta grandes problemas, visto que há, em média, 7.042 domicílios sem banheiros e 4.167 domicílios cujo destino final de seu lixo é terrenos baldios e rios. Em razão dessa realidade, não há como esta região não ser classificada como uma área de risco e vulnerabilidade social, pois esses são fatores que impactam diretamente na qualidade de vida de seus moradores.

De acordo com a pesquisa realizada pelo GPDU(2004), as doenças mais comuns na região do Grande Bom Jardim são provenientes da falta de infra-estrutura. Dentre elas tem-se em ordem de maior incidência: gripes, viroses, dengue, micoses, diarreia, verminoses e pneumonia. A poluição do rio Maranguapinho é considerada um dos problemas mais graves para a proliferação dessas doenças, principalmente, no período chuvoso.

Em relação aos equipamentos de saúde, a região do GBJ conta com apenas quatro postos de saúde para atender a toda a população. Desses, dois estão localizados na Granja Portugal, um no Siqueira e um no Bom Jardim. Em razão da deficiência de

equipamentos de saúde, grande parte da população, na maioria das vezes, se desloca para hospitais de outras regiões e/ou bairros vizinhos (GPDU, 2004).

Em se tratando de segurança, o Grande Bom Jardim é estigmatizado como um bairro violento. Para muitos moradores, a imagem do lugar como violento e perigoso afeta negativamente suas vidas, principalmente em relação às oportunidades de emprego. A falta de iluminação em algumas ruas contribui para a ação de assaltantes, propicia o tráfico de drogas e outros problemas. Nessa região, os equipamentos de segurança são: uma cabine policial, no Siqueira; duas delegacias, no Bom Jardim, e o 32º Departamento de Polícia, localizado na Granja Portugal (GPDU, 2004).

É importante ressaltar que, andando pelas ruas do Grande Bom Jardim, durante as visitas de campo, desmistificamos a visão de violência que todos os dias é imposta por meio de programas policiais na televisão, visto que pudemos em todas as visitas percorrer tranquilamente as ruas da região, observação também constatada pelos pesquisadores da UECE, quando da elaboração do Diagnóstico Socioparticipativo do Grande Bom Jardim (GPDU, 2004).

Em relação aos equipamentos religiosos, o Grande Bom Jardim tem sua origem fundamentada nos movimentos sociais de Igreja Católica. Em 1980, na gestão episcopal de Dom Aloísio Lorscheider, a congregação do Divino Salvador assumiu a organização da comunidade pastoral do GBJ. Nesta caminhada, juntaram-se as irmãs da Congregação Divino Salvador, leigos e leigas e os padres missionários redentoristas e, posteriormente, combonianos. Os trabalhos pastorais da Igreja, sobretudo pela ação das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, exerceram papel fundamental na constituição de uma consciência política sobre os problemas sociais da região e no fortalecimento do sentimento de pertença.

Na pesquisa desenvolvida pelo GPDU, os moradores afirmaram que as igrejas, sejam elas católicas ou evangélicas, têm papel importante na organização comunitária da região, contribuindo para o seu desenvolvimento. Foi pela mobilização dos moradores por intermédio das CEB's que se garantiu o acesso a condições mínimas de infra-estrutura, pois, até a década de 1980, a situação era de descaso e abandono. Atualmente, a região possui 192 equipamentos religiosos (GPDU, 2004).

Em relação a questões educacionais, no Grande Bom Jardim, existe um conjunto de 171 instituições escolares municipais, estaduais, particulares e comunitárias. Dentre os principais problemas neste setor, estão: falta de escolas (em virtude da grande demanda), falta de materiais didáticos, baixa qualificação dos professores, desmotivação de professores e alunos, falta de merenda escolar, precárias condições de infra-estrutura e venda de drogas nas escolas, o que repercute no processo educacional, visto que a falta de segurança resulta no afastamento de professores e alunos (GPDU, 2004).

Fazendo uma comparação entre a quantidade de moradores de cada bairro da Região e a quantidade de pessoas não alfabetizadas de cinco anos de idade em diante, tem-se a seguinte estimativa em relação à taxa de pessoas analfabetas no Grande Bom Jardim: Granja Portugal - 20%, Granja Lisboa - 19%, Bom Jardim - 15% e Canidezinho - 18,4% (IBGE, 2000). Diante desses dados, podemos concluir que a área do Grande Bom Jardim ainda apresenta grandes dificuldades em relação ao processo educacional, o que talvez seja um dos principais instrumentos para a transformação da vida e da realidade socioeconômica dos moradores dessa região.

Pelos dados do IBGE (2000), constata-se a existência de um número considerável de pessoas chefes de família que não têm instrução ou possuem apenas um ano de estudo (8.478 mil), o que, com certeza, implica o tipo de ocupação no mercado de trabalho ou a sua não-ocupação, visto que, em decorrência da reestruturação produtiva, a qualificação profissional se tornou um dos principais quesitos para inclusão no mundo do trabalho, seja em tarefas formais ou até mesmo informais.

Tabela 4

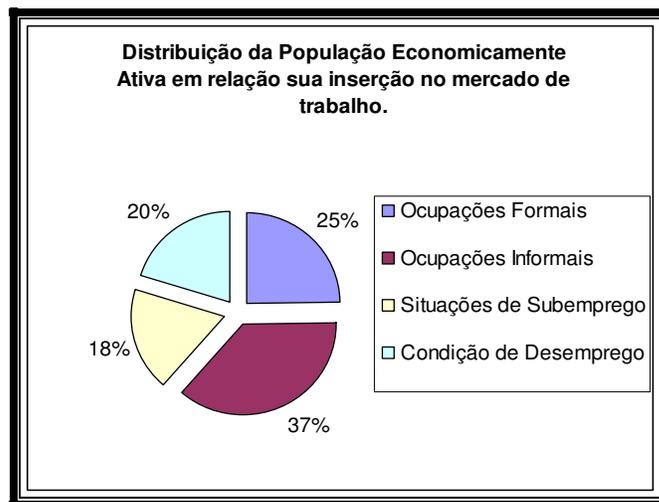
	TOTAL DE PESSOAS RESPONSÁVEL PELO DOMICILIO	SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO
Bom Jardim	8.037	1.614
Canidezinho	7.192	1.614
Granja Lisboa	11.605	2.062
Granja Portugal	8.638	1.858
Siqueira	5.683	1.330
TOTAL	41.155	8.478

Fonte: IBGE, 2000

Em relação às formas de inserção dos moradores do GBJ no mundo do trabalho, verifica-se que dos 175.144 mil habitantes, 94.215 mil são classificados como economicamente ativos, estando 23.185 mil inseridos em ocupações formais, 34.759 mil em ocupações informais, 17.161 mil vivenciando situações de subemprego e em média 19.110 mil pessoas na condição de desempregadas (SDE, 2007).

Diante dessa realidade apresentada, fica evidente que a região do Grande Bom Jardim vivencia problemas econômicos por possuir 75% da população economicamente ativa inserida em trabalhos considerados precários (ocupações informais e subemprego) e/ou desemprego, o que impossibilita a garantia dos direitos econômicos.

Gráfico 5



Fonte: SDE, 2007.

No diagnóstico realizado pelo GPDU(2004), foi constatado que a região do Grande Bom Jardim apresenta um total de 2.606 estabelecimentos comerciais formais, representados por mercadinhos, farmácia, salões de beleza, oficinas, restaurantes, padarias, sorveterias, lanchonetes, depósitos de bebidas, posto de combustível etc; e, possui 1.413 estabelecimentos inseridos na economia informal, sendo estes representados por serviços como: artesanato, trabalhos manuais, armarinhos, microempreendedores, botequins e pequenas mercearias. A vista desses dados, percebe-se que a informalidade tem grande destaque nos pequenos empreendimentos da região, tornando-a propícia para implementação de políticas relacionadas à Economia Solidária, haja vista a grande quantidade de experiências nessa perspectiva.

Em relação os rendimentos dos chefes de família moradores do Grande Bom Jardim, o IBGE apresenta os seguintes dados:

Tabela 5

	PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICILIO	CLASSE DE RENDIMENTOS				
		< ½ SM	½ a 1 SM	1 a 2 SM	2 a 5 SM	5 a 10 SM
Bom Jardim	8.037	206	2.299	2.344	1.680	362
Canidezinho	7.192	141	2.035	2.277	1.406	265
Granja Lisboa	11.605	424	3.558	3.836	2.466	544
Granja Portugal	8.638	198	2.584	2.417	1.809	396
Siqueira	5.683	151	1.741	1.898	1.072	160
TOTAL	41.155	1.120	12.217	12.772	8.433	1.727

Fonte: IBGE, 2000.

Com essas informações, é possível verificar que os rendimentos dos chefes de família estão mais concentrados na faixa salarial de 1/2 a 2 salários mínimos, o que confirma a relação direta entre grau de instrução e tipos de ocupações no mercado de trabalho, os quais estão diretamente vinculados com a faixa salarial.

Segundo dados da pesquisa da Secretária de Desenvolvimento Econômico – SDE, da Prefeitura Municipal de Fortaleza¹³, a Secretaria Executiva Regional V, área na qual o Grande Bom Jardim esta inserido, apresenta-se na segunda posição de destaque quando se refere à população ocupada no setor informal (com 55,53%), perdendo apenas para a Secretária Executiva Regional VI, que apresenta uma taxa de 61,28%.

Dos setores de atividades do mercado formal predominantes na Secretaria Executiva Regional V, com uma representatividade de 44,47% da população ocupada, tem-se, em primeiro lugar, o comércio, com uma representação de 31,45% (4.512 empregos) do total de empregos e, em segundo lugar, os serviços alcançando representação de 31,32% (4.493 empregos).

¹³ A pesquisa desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem como título: “Indicadores do Mercado de Trabalho por Regional e Bairros – 2006”

A tendência do predomínio do setor terciário na população ocupada é realidade das grandes metrópoles. Segundo Matos apud Carleial (2004), as ocupações do terciários nesta Capital chega a 74,1%.

Em relação à organização política e aos movimentos sociais existentes na área do Grande Bom Jardim, registram-se 100 entidades que lutam por mudanças efetivas na vida dos moradores. Essas tiveram influência direta dos movimentos religiosos e lideranças pastorais. Desse capital político, surgiram transformações na educação e no espaço dos bairros. Assim, acredita-se que são as dificuldades vividas na região do Grande Bom Jardim que incentivam os moradores a se unirem e lutarem por melhores condições de vida e desenvolverem o capital social.

De acordo com Putnam, “Capital Social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas [de participação cívica], que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” Ele representa a habilidade das pessoas trabalharem juntas para atingir objetivos comuns. (PUTMAN, 1993 apud MACIEL e ALBAGLI, 2002, p.177). No Grande Bom Jardim, esse capital social é identificado por intermédio do desenvolvimento de projetos sociais na busca de desenvolver a capacidade de cooperação, confiança, reciprocidade e solidariedade para a promoção do desenvolvimento econômico e social da área.

Com efeito, para a concretização de seus trabalhos sociais, criou-se no ano de 2003, na Região do Grande Bom Jardim, a Rede de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável-DLIS, instrumento coordenado pelo CDVHS na luta pela organização popular. Por meio desse sistema, os moradores são estimulados a assumirem o compromisso com o desenvolvimento local, identificando os problemas de cada área e elaborando propostas para serem apresentadas e discutidas com os Governos Municipal, Estadual e Federal.

A Rede DLIS atualmente congrega 72 entidades, é assessorada pelo CDVHS e, com base nas suas ações, originou um grupo de 25 pessoas que constituiu o Conselho da Gestão. Estes integrantes do Conselho da Gestão foram escolhidos em assembleias, sendo assim constituído por cinco representantes dos cinco bairros que compõem oficialmente a Região do Grande Bom Jardim.

De acordo com Antônio Elizeu de Souza, coordenador de comunicação e marketing do CDVHS, “Saímos da fase do pedinte ou de depender de vereador para conseguir esmolas para o bairro. Estamos agora propondo caminhos para a gestão pública e incentivando a mobilização popular pra hoje e amanhã” (JORNAL O POVO, 2008).

Assim, por meio das articulações promovidas pela Rede DLIS e pelo Conselho da Gestão, moradores do Grande Bom Jardim hoje estão compondo a comissão de delegados para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), bem como participando do Orçamento Participativo de Fortaleza.

Dentre as principais demandas apresentadas pelos moradores da região durante as assembléias deliberativas do Orçamento Participativo, no ano de 2007, tem-se, em ordem de prioridade: drenagem e pavimentação, habitação, cursos profissionalizantes e geração de trabalho e renda, segurança, ampliação, reforma e construção de postos de saúde e preservação ambiental com limpeza do rio Siqueira (Maranguapinho) e de canais (SEPLA, 2007).

Com tais propostas, verifica-se que o Grande Bom Jardim é uma região viva, dinâmica e que, por intermédio de instrumentos mobilizadores como a Rede DLIS, possibilita uma articulação contínua entre as entidades sociais locais, outras entidades dos diversos bairros de Fortaleza, universidades e a própria Prefeitura. Por meio de tais ações, verifica-se que o Grande Bom Jardim apresenta um rico potencial organizativo, sendo este um dos fatores facilitadores para a promoção do desenvolvimento de ações que vislumbrem a proposta da Economia Solidária, como nova forma de organização da produção, do consumo e da organização da comunidade.

4.2- Práticas e usos da Economia Solidária - o caso FUNDESOL

A década de 1990 foi marcada por um conjunto de ações voltadas para a proposta da Economia Solidária em todo o Brasil. Dentre elas, têm-se as ações propostas pela Cáritas, as incubadoras de cooperativas, a Agência de Desenvolvimento Social – ADS/CUT e o Fórum Social Mundial, os quais em articulação possibilitaram o apoio a trabalhos voltados para a política da autogestão e do cooperativismo.

Em razão desse quadro, surge na região do Grande Bom Jardim uma experiência em busca de oferecer opções de trabalho e renda para um conjunto de pessoas vítimas do desemprego, promoção do desenvolvimento local e organização política, na tentativa de reaver princípios como solidariedade e valorização da pessoa humana.

As primeiras ações vinculadas à proposta da Economia Solidária surgiram mediante atuações do Centro de Defesa a Vida Herbert de Souza – CDVHS no ano de 1997. Somente no ano de 2000 é que se criou a FUNDESOL - Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária -, por meio do projeto “Renda Mínima”, o qual tinha a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico solidário das famílias pobres, oferecendo microcrédito e cursos profissionalizantes.

O perfil das mulheres participantes do projeto era: baixa auto-estima, baixa renda, chefes de família, analfabetismo ou baixa escolaridade e ainda filhos nas ruas e fora da escola. Por intermédio de seus trabalhos, desencadeou-se um processo pedagógico e socioeconômico de aprendizado na busca da valorização humana, na elevação da auto-estima e detectando capacidades pessoais e profissionais, por meio de capacitações.

Em 2008, a FUNDESOL completou oito anos de atividade, nos quais acumula experiência, formando uma rede de relacionamentos e ensejando trabalho e renda na perspectiva da colaboração solidária entre empreendedores, consumidores, fornecedores e entidades comunitárias.

Segundo Nascimento(2008), inspirada em valores culturais que estabeleçam novas práticas de consumo, privilegiando o coletivo, por meio da autogestão, da justiça social, do cuidado com o meio ambiente e da responsabilidade com gerações futuras, a FUNDESOL propicia a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de muitos moradores da região do Grande Bom Jardim, direta e indiretamente.

Atualmente, seu público beneficiado é representando por todos os moradores da Região do Grande Bom Jardim, os quais, para se inserir em algum dos projetos da FUNDESOL, precisam ter algum vínculo com as entidades sociais (critério utilizado pelo CREDSOL) e/ou formar grupos (critério utilizado pelo MICROSOL) no intuito de aguçar na comunidade a importância do trabalho coletivo, da idéia de solidariedade.

A articulação dos trabalhos da FUNDESOL, juntamente com as demais organizações sociais da região, também busca incentivar a organização política dos moradores e reaver o conceito de cidadania mediante a inserção dos moradores em projetos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Para a concretização de suas ações, a FUNDESOL conta com os seguintes parceiros:

- entidades parcerias em financiamento: Associação Tempos Novos da Itália, Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES, Caixa Econômica Federal, FUNCET;
- entidades parceiras em capacitações aos clientes (empreendedores) da FUNDESOL: Incubadora de Cooperativas de Autogestão da UFC, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado – STDS; Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; Rede Cearense de Socioeconomia Solidária; Movimento Nacional dos Direitos Humanos, SEBRAE; e
- entidades parceiras para divulgação dos trabalhos da FUNDESOL e apoio logístico: Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS; Faculdade Marista; Associação Cearense de Estudos e Pesquisa – ACEP; Banco do Nordeste do Brasil – BNB, e mais vinte e uma outras organizações sociais da Região do Grande Bom Jardim.

Todos eles contribuem diretamente para a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela FUNDESOL. As associações comunitárias do Grande Bom Jardim, no entanto, são os principais veículos de circulação de informações, contribuindo com a difusão dos projetos e mobilizando os moradores locais empreendedores para criarem seu pequeno negócio ou adquirirem o Cartão de Crédito Solidário – CREDSOL - por intermédio das linhas de financiamento da FUNDESOL.

Seu financiamento é denominado de Crédito Solidário, porque ele não segue a proposta de crédito do sistema capitalista. Seu repasse não está vinculado a critérios como nome “sujo” ou “limpo” na praça (no SPC), e qualquer pessoa que resida na região do Grande Bom Jardim e receba no mínimo um salário mínimo pode ter acesso ao crédito solidário.

Segundo gestores da FUNDESOL, é impossível falar da história desta organização sem falar do crédito solidário. Este crédito, quando destinado ao financiamento (microcrédito), é concedido seguindo a idéia de um fundo rotativo, escalonado e progressivo. Rotativo porque, mediante o pagamento do empréstimo solicitado, acrescido 0,5% em seu valor, é possível destinar este mesmo recurso para outras pessoas ou grupos da comunidade. Escalonado, porque viabiliza uma seqüência de recebimento - pagamento - recebimento - pagamento entre os usuários, ocasionando valores de cooperação e solidariedade. E, progressivo, porque, à medida que o usuário tem mais tempo inserido no projeto, mais fácil será a solicitação de um crédito maior.

Todas as pessoas vinculadas às linhas de financiamento da FUNDESOL (Microcrédito ou CREDSOL) passaram por um processo de educação/letramento com palestras e oficinas sobre desenvolvimento local, gestão de negócios, identificação de mercado, consumo solidário e outros assuntos afins. Assim, por intermédio do crédito solidário, fomentaram-se na região do Grande Bom Jardim a circulação do dinheiro, a ampliação da renda familiar e a organização de um sistema de moeda social por meio do cartão de crédito – CREDSOL, bem como o aumento do nível de educação/letramento dos beneficiários.

Também pelo Crédito Solidário, procurou-se desenvolver na Região do Grande Bom Jardim uma interdependência das pessoas inseridas nesse processo (produtores e consumidores), promovendo situações de crescimento pessoal e profissional, aguçando o sentimento de cooperação, solidariedade e coletividade, na perspectiva de transformar essa região em um ambiente de educação continuada.

Atualmente, a FUNDESOL dispõe de uma estrutura física localizada na avenida Osório de Paiva nº. 5623 - bairro Canidezinho. Este espaço foi construído por intermédio de uma parceria feita com a Associação Tempos Novos, que doou R\$ 700 mil, sendo este recurso destinado para a construção do *Shopping* Solidário Bom Mix e da sede da FUNDESOL, a qual fica na parte superior do *Shopping*.

A sede da FUNDESOL possui um auditório utilizado para cursos e palestras; uma sala da diretoria; uma sala para o microcrédito; uma sala para coordenação do *Shopping* Bom Mix; uma sala para o CREDSOL; uma biblioteca estruturada por intermédio de parceria com o SEBRAE; uma copa e dois banheiros.

Já no Bom Mix há 14 lojas, sendo 12 utilizadas individualmente pelos empreendedores locais, uma destinada a 46 produtores que expõem suas mercadorias no *Show Room* da Economia Solidária, denominada “Mistura do Bem”, e uma reservada para a recepção do público que procura os serviços da FUNDESOL. Cada empreendedor que ocupa uma das lojas do *Shopping Bom Mix* é assessorado e apoiado pela FUNDESOL que atua oferecendo capacitação e crédito.

O *Shopping Bom Mix*, além de um pólo dinâmico para a comercialização dos produtos locais, é também um espaço de incentivo a cultura, entretenimento e cidadania. Nele há um espaço aberto à comunidade, que proporciona às crianças entretenimento, um *playground*, gerenciado pelo Grupo Produtivo Solidário “Tia Leca”, e um anfiteatro, aberto também à comunidade para a promoção de *shows* e encontros com os jovens da comunidade na busca da formação de cidadãos.

Segundo os gestores da FUNDESOL, é feito um trabalho educativo com todos os empreendedores do *Shopping Solidário*, para que esses incentivem a idéia da Economia Solidária e o desenvolvimento local pela aceitação e parcelamento das compras feitas com o CREDSOL. Cabe aqui ressaltar, porém, que, durante as visitas de campo, não foi constatada nestes empreendimentos a idéia da Economia Solidária com valorização de produtos locais e nem mesmo do princípio de solidariedade, visto que os produtos expostos nas lojas são os mesmos de quaisquer outros *shoppings* da Cidade, inclusive em relação aos preços.

Assim, cremos que as questões citadas dificultam a concretização da proposta da Economia Solidária no espaço do *Shopping Bom Mix*. Isto é confirmado com a baixa frequência dos moradores, questões que serão detalhadas adiante, por meio de depoimentos dos clientes das linhas de financiamento.

Dos 46 produtores e trabalhadores locais que expõem seus produtos e serviços na loja da “Mistura do Bem”, única que realmente carrega o sentido proposto pela Economia Solidária, tem-se como principais artigos produzidos: calçados; doces caseiros; assessorios (porta moedas, carteiras, cintos); vasos e peças decorativas feito em cerâmica, biscuit e telha; trabalho artesanal feito em crochê; artigos feitos em EVA; bolsas de tecido, bordado e pintura; bijuterias; roupas masculinas e femininas; prestação

de serviços como pintura, eletricidade e construção civil, sendo estes cinco últimos serviços ofertados por grupos produtivos diretamente financiados pela FUNDESOL.

A loja “Mistura do Bem” representa, simbolicamente, os princípios norteadores da Economia Solidária, já que ela foi criada exclusivamente para a exposição de todo e qualquer produto fabricado pelos moradores do bairro, no intuito de possibilitar a exposição das mercadorias daqueles que não têm condições financeiras de alugar um espaço para comercialização de seus produtos, contribuindo para o estabelecimento de laços solidários entre produtores locais.

4.3- Apresentação das linhas de atuação da FUNDESOL

Com o objetivo de conhecer os trabalhos desenvolvidos pela FUNDESOL, procuramos coletar o maior número de informações que nos pudessem orientar em relação às linhas de atuação da FUNDESOL dentro da Região do Grande Bom Jardim e seus principais parceiros locais, de forma que, em visita ao campo, pudéssemos ir direcionada para alguns pontos estratégicos visto que, como já mostramos, esta é uma região muito grande e populosa.

Para a obtenção de informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela FUNDESOL realizamos entrevistas semi-estruturadas com os gestores responsáveis pelas linhas de financiamento do cartão de crédito, acompanhamento dos arranjos produtivos solidários e projetos culturais.

Em nossas conversas buscamos estabelecer questões norteadoras, como, objetivos, principais parceiros, metodologia utilizada, público beneficiado etc., para que assim fossemos descobrindo ao longo do processo como é efetivada na prática a experiência da Economia Solidária. Segue uma apresentação das linhas de atuação da FUNDESOL

O CARTÃO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO (CREDSOL)...

O cartão de Crédito Solidário – CREDSOL surgiu da constatação das dificuldades dos empreendimentos gerados pela FUNDESOL em ampliar sua rede de

consumidores e da compreensão política sobre a importância de fortalecer a cadeia solidária entre o consumidor-produtor-comerciante, estimulando nova cultura de consumo local e solidário.

No nascimento do CREDSOL, o cartão estava vinculado ao vale-gás. Ele pretendia atender somente a necessidade básica da compra do gás, e, quando esse subia de preço, o cartão também aumentava seu valor. Hoje o CREDSOL deixou esta relação direta com o gás e passou a ser um cartão de crédito que tem como objetivo principal possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios e bens de primeira necessidade como material de construção, alimentação, medicamentos, gasolina, vestuário etc. Segundo o gerente do CREDSOL, “Além de beneficiar os consumidores, o CREDSOL contribui também para elevação das vendas nos estabelecimentos credenciados visto buscar a fidelização das compras dos moradores na região do Grande Bom Jardim”.

Mediante a realização de pesquisa com moradores da Região do Grande Bom Jardim, dentre eles consumidores, pequenos empresários locais e lideranças comunitárias, criaram-se as normas e procedimentos para o acesso ao CREDSOL.

Cada cartão tem o limite entre 50 e 1.000 reais e o critério utilizado para fornecimento do cartão é, prioritariamente, a renda familiar, tendo o cliente que apresentar, no mínimo, renda de 1 salário mínimo. O cartão não tem anuidade e, em caso de atraso no pagamento, é cobrada apenas uma taxa de juros de 1% ao mês, no intuito de incentivar as pessoas a responsabilizarem-se pelos compromissos assumidos.

Em relação à divulgação do CREDSOL para a conquista de mais clientes envolvidos com a proposta de valorização dos produtos e comércio locais, as associações comunitárias são as principais parceiras - “são os Agentes de Crédito”. São elas que apresentam aos seus sócios e moradores da região o CREDSOL e realizam o cadastro das pessoas interessadas.

Esse procedimento de vinculação com as entidades sociais já existentes em cada área de atuação (cada bairro) originou-se por acreditar que esta parceria fortalece ambos os trabalhos e porque a FUNDESOL age com base numa relação de confiança entre usuário e entidade comunitária e Entidade Comunitária e FUNDESOL. (Gerente de Microfinanças da FUNDESOL¹⁴).

¹⁴ Informação VERBAL cedida em entrevista com o Gerente de Microfinanças da FUNDESOL, no dia 12 de dezembro de 2007.

Além disso, cada entidade que atua em parceira recebe uma contribuição comunitária no valor de R\$ 0,50, de acordo com o pagamento da mensalidade de cada cliente cadastrado, no intuito de contribuir com trabalhos desenvolvidos por esta entidade.

A inserção destas entidades na lista de parceiros ocorre de forma espontânea. Basta procurar a FUNDESOL, cujo interesse é divulgar e expandir o máximo possível o cartão de crédito na Região do Grande Bom Jardim, incentivando, assim, a política do consumo e do desenvolvimento local. Atualmente, existem 23 entidades que trabalham em parceria com a Fundação.

Dando continuidade aos procedimentos utilizados na concessão do CREDSOL, após o preenchimento da ficha de cadastro, a FUNDESOL faz uma avaliação do perfil desse cliente, algumas vezes realiza visitas domiciliares para confirmar informações e explicar o funcionamento do CREDSOL. Em seguida, sendo a ficha do cliente aprovada, é solicitada a feitura do cartão. No dia da entrega dos cartões, técnicos da FUNDESOL repassam para todos os clientes informações sobre a importância desse cartão de crédito, os locais credenciados, acrescentando informações sobre a importância do consumo solidário.

O credenciamento do comércio e demais empreendimentos ao CREDSOL acontece da seguinte forma: após a aprovação do cadastro dos clientes de um determinado bairro, é marcado um encontro para que se possa discutir/propor os empreendimentos que devam fazer parte da lista de credenciados ao cartão de crédito.

Depois de realizada essa enquete, técnicos da FUNDESOL se dirigem aos empreendimentos sugeridos durante o encontro comunitário para que possam apresentar seus trabalhos desenvolvidos; a importância do cartão de crédito para o desenvolvimento local por estimular a circulação do dinheiro na própria comunidade; e as vantagens obtidas pelo empreendimento ao aceitar este cartão, visto que aumentará sua lista de clientes, demonstrará para a comunidade seu envolvimento com projetos sociais e terá apenas 3% de dedução do valor total vendido por intermédio do cartão. Atualmente, existem 26 empreendimentos credenciados ao recebimento do CREDSOL, sendo: supermercados, mercadinhos, churrascaria, farmácia, posto de gasolina e algumas pequenas lojas.

Ao perguntar ao gerente do CREDSOL de que forma estes empreendimentos estão contribuindo com a proposta da Economia Solidária, este respondeu que

(...) só em ser parceiro da FUNDESOL aceitando o CREDSOL em seu estabelecimento, este empreendedor contribui com a proposta da Economia Solidária (...) a utilização manual do cartão requer uma disponibilidade de tempo do funcionário o que para alguns empreendimentos, com visão extremamente capitalista, considera uma perda de tempo e, por conseguinte, de lucratividade.

Assim, ao mesmo tempo em que a utilização manual do cartão possibilita uma avaliação dos empreendimentos no que concerne à aceitação de uma proposta que não esteja fundamentada nos princípios de lucratividade a qualquer custo do sistema capitalista, essa também dificulta os trabalhos desenvolvidos no CREDSOL pois tornam os procedimentos bastante rudimentares e com maior probabilidade a erros, sendo assim, uma das principais dificuldades vivenciadas pelo CREDSOL.

Em relação à quantidade de cliente do CREDSOL, hoje a FUNDESOL possui em média 800 clientes e uma circulação de 40 a 60 mil reais mensalmente, que seguem o seguinte ciclo: cliente(empréstimo) – empreendimento credenciado (compra) - FUNDESOL(pagamento) – cliente (novo empréstimo). Em relação ao índice de inadimplência o gerente do CREDSOL informou que esse é de apenas 2%, haja vista a necessidade do pagamento do débito para poder ter acesso a um novo crédito. Comparando com os outros cartões de crédito utilizados em Fortaleza, segundo dados do IBOPE (apud MARCHESINI, 2007), o nível de inadimplência desses cartões de crédito é de 5%. Quando analisadas as classes sociais, o índice de não-pagamento é mais recorrente entre as pessoas pertencentes às classes D/E. Assim, aqueles que estão na faixa A/B apresentam um nível de inadimplência de 3%; o da classe C, de 6%; e o da classe D/E de 8%.

Desta forma, percebe-se que o índice de inadimplência do CREDSOL é bem menor quando comparado com os demais cartões de crédito. Acredito que este fator está relacionado à forma de organização e gerenciamento do cartão solidário, visto que o empréstimo tem por base não a relação de promoção do consumo exagerado, oferecendo crédito ao consumidor sem responsabilidades nenhuma, mas a promoção da garantia do direito ao consumo consciente; isto é, cada empréstimo (valor) concedido

tem uma relação direta e consciente com as possibilidades de pagamento de cada cliente, havendo sempre a preocupação do não-endividamento.

O MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO (MICROSOL)..

O microcrédito solidário é utilizado para financiar os arranjos produtivos solidários, os quais buscam desenvolver cadeias produtivas que tenham por base a produção sustentável, o consumo ético e o comércio justo.

A idéia de arranjos produtivos não é algo novo, visto que desde o século XIX, Alfred Marshall, em sua obra *Princípios de Economia*, trata do tema de aglomerações setoriais em determinados espaços geográficos na busca de alavancar economias locais e microeconômicas, podendo ser classificadas em economias externas e economias internas. Marshall defende o argumento de que as economias externas, também chamadas externalidades, são os ganhos não planejados, incidentais, ou seja, são serviços ou ganhos que um produtor proporciona ao outro sem qualquer compensação só por estarem localizados em um mesmo território – os arranjos produtivos locais.

No Brasil, o conceito de arranjos produtivos locais – APL's começou a ser trabalhado, pioneiramente, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que incentiva este tipo de organização e dá orientação para que se torne sustentável.

Os APL's, de acordo com a definição do SEBRAE, são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros agentes locais, tais como governo, associações empresariais, ensino e pesquisa (QUENTAL, 2007 apud MACHADO e PLONSKI, s/d). Os APL's fornecem todo o apoio necessário para tornar seus grupos em empresas aptas para ganhar mercado, exportar, gerar empregos, aumentar a qualidade de seus produtos e serviços e ampliar a produtividade e lucratividade.

Preocupados, pois, com a adesão dos conceitos de solidariedade e cooperação entre os grupos produtivos (empreendedores locais), os movimentos da Economia

Solidária e, em nosso caso específico, a FUNDESOL, apropriou-se do conceito de arranjos produtivos locais acrescentando e/ou inserido o termo solidário.

Desta forma, passou a utilizar a expressão arranjos produtivos solidários por acreditar que os grupos produtivos financiados sejam uma forma de incentivo à organização nos processos de trabalho, diminuição de custos e conquista de mercados mediante o estabelecimento de vínculos diretos entre os produtores. Segundo o gerente de Microfinanças,

(...) na verdade os Arranjos Produtivos Solidários são grupos produtivos que dependem uns dos outros para a produção, comercialização e divulgação de seus produtos, de forma que estes possam conquistar o mercado por intermédio do estabelecimento de uma Rede Solidária. A utilização deste termo originou-se pela compreensão de que a formação de Arranjos Produtivos Solidários representaria a união entre todos os grupos produtivos financiados pela FUNDESOL desenvolvendo assim cadeias produtivas que estão preocupadas com a organização dos trabalhos e com a promoção de relações igualitárias e cooperativas entre grupos e sócios.

Atualmente, há 77 pessoas beneficiadas com o MICROSOL, sendo estes divididos em quatro arranjos produtivos solidários, formados, em sua maioria, em setembro de 2007 e obedecendo aos seguintes seguimentos: confecção, alimentação, serviços e entretenimento. Destes segmentos, há três grupos produtivos solidários (compostos por três a seis participantes) e quatro grupos solidários (compostos por dez a 20 pessoas).

Os *Grupos Produtivos Solidários* são aqueles formados por integrantes que trabalham coletivamente na gestão do trabalho, produção e comercialização de seus produtos, cuidam da entrada e saída dos recursos, realizam verdadeiro trabalho de autogestão, sendo todos funcionários e patrão ao mesmo tempo, com participação efetiva e controle dos meios de produção de forma que possam exercer os princípios de solidariedade, autogestão e repartição equitativa da renda.

Atualmente, os grupos produtivos solidários são: 1- *Slogan* Serigrafia e Brindes, 2- Diferentes Festas e 3- Espaço Infantil Tia Leca, sendo esses financiados com recurso que a FUNDESOL tem em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES e com a Associação Tempo Novos.

Eles beneficiam diretamente 12 pessoas moradoras da região do Grande Bom Jardim que, em decorrência das dificuldades de inserção no mercado formal, optaram pela formação de grupos produtivos inseridos na proposta da Economia Solidária.

Em relação aos *Grupos Solidários*, esses são formados com a união de pessoas que, juntas, solicitam crédito na FUNDESOL para investir em seus projetos de trabalho na perspectiva de solucionar problemas de finanças; são grupos de aval solidário. Cada sócio dos grupos solidários é orientado a semear valores, como confiança mútua, solidariedade e co-responsabilidade porque, mesmo que estes não trabalhem necessariamente juntos, não sejam grupos produtivos, eles são grupos que precisam solidariamente se ajudar e dividir dificuldades para que possam fazer um novo financiamento.

Durante as visitas aos quatro grupos solidários, sentimos que esta não foi uma boa estratégia utilizada pela FUNDESOL, pois o sentimento de grupo se perde e, junto com ele, vai a idéia de solidariedade e cooperação, definidas pela Economia Solidária como princípios norteadores das ações.

Desta forma, a criação de grupos para conseguir financiamento, como é feito como os grupos solidários da FUNDESOL, se assemelha às propostas de financiamentos oferecidos no sistema capitalista. Não podemos, porém, simplesmente eliminar este modelo de organização, pois, mesmo com suas limitações, ela representa uma forma de organização daqueles trabalhadores que têm a mesma habilidade e estão precisando de apoio para alavancar seus negócios. É necessário, porém, que estes, ao longo da realização dos trabalhos, sejam intensamente acompanhados para que possam inserir em suas relações cotidianas os princípios de solidariedade e cooperação.

Atualmente, os grupos solidários beneficiam diretamente 65 pessoas moradoras da região do Grande Bom Jardim, estando estes segmentados em quatro grupos: 1- confecção; 2- alimentação; 3- construção civil; 4- multi serviços com pinturas e eletricidade. Todos são financiados com recursos que a FUNDESOL tem em parceria com a ONG Tempos Novos.

Em relação aos critérios utilizados para a concessão de financiamento do microcrédito, inserção nos arranjos produtivos solidários, tem-se: pessoas residentes na região do Grande Bom Jardim que tenham acima de 18 anos, formação de grupos, elaboração de projeto e renda a partir de um salário mínimo.

Em pesquisa de campo, constatamos que, em relação à faixa etária dos clientes da FUNDESOL, esses possuem de 18 até 45 anos, sendo então os grupos compostos por todas as faixas etárias consideradas “produtivas”. Segundo argumentos dos próprios gestores da FUNDESOL, isso acontece em razão do elevado índice de desemprego e/ou inserção no mercado informal, o qual atinge tanto a jovens como adultos, fazendo assim com que esses busquem opções de trabalho e renda.

Em relação à média da renda familiar, a maioria percebe de um a dois salários mínimos, sendo a falta de estabilidade financeira um dos principais problemas vividos em suas experiências, o que desacredita a proposta da Economia Solidária.

Pelos depoimentos de integrantes dos grupos, confirmamos as informações cedidas pelos técnicos da FUNDESOL de que todos os arranjos iniciaram suas atividades em 2007 após o encaminhamento e aprovação de seu projeto de trabalho pela FUNDESOL. Cada projeto elaborado apresentou justificativa, objetivos, metodologia, cronograma e recursos financeiros para que a FUNDESOL avaliasse a importância do trabalho proposto e sua relação com o desenvolvimento da proposta da Economia Solidária.

Assim, metodologicamente todos os arranjos produtivos solidários passam pela seguinte dinâmica: 1º- realização da palestra informativa; 2º- apresentação do projeto de trabalho pelo grupo que solicita o empréstimo; 3º- avaliação da proposta por técnicos da FUNDESOL; 4º- concessão do microcrédito; 5º- monitoramento dos grupos.

Em entrevista, participantes dos arranjos produtivos solidários relataram que tomaram conhecimento das linhas de financiamento da FUNDESOL por informações repassadas por vizinhos e/ou associações comunitárias. A formação de cada grupo ocorreu de acordo com as potencialidades de seus integrantes e necessidade da comunidade, visto que, em sua maioria, surgiu de atividades que já eram realizadas, porém de forma individual, como é o caso do grupo produtivo solidário de serigrafia, no qual um dos membros já trabalhava no ramo, e o grupo solidário “Mult Serviços”, no

qual todos os integrantes já realizavam trabalhos na área da construção civil e eletricidade.

Em relação ao financiamento, cada arranjo produtivo solidário teve um empréstimo concedido nos valores de 500,00 a 15.000,00 mil reais, tendo estes um período de três a seis meses para pagamento do empréstimo quando se trata de capital de giro e de 12 meses quando se trata de capital fixo. Em caso de atrasos no pagamento das mensalidades, cobra-se uma taxa de 3% de juros de mora ao mês, no intuito de sensibilizá-los em relação ao compromisso assumido com a FUNDESOL e, dessa, com os demais grupos que vão surgindo e que também se utilizam deste mesmo financiamento.

Aos grupos produtivos solidários, o financiamento variou entre 5.000,00 a 15.000,00 reais para a compra de materiais de trabalho, investimento em seu negócio. Já os grupos solidários tiveram financiamentos variados para cada integrante, visto que o trabalho em si é realizado isoladamente, cada um tem sua produção e suas necessidades específicas, tendo estes uma variação de recursos entre 500,00 a 5.000,00 reais.

A cada novo ciclo de crédito financiado aos arranjos produtivos solidários, é feita uma (re)avaliação dos trabalhos desenvolvidos por estes e, se aprovado um novo empréstimo, tem-se um acréscimo de 10% sobre o valor do financiamento anterior, podendo este chegar até 50% do valor inicialmente solicitado.

Durante as entrevistas, foi possível verificar que estes recursos foram financiados com baixo índice de juros, porém sem muita orientação na sua distribuição/utilização, o que hoje dificulta a continuidade na realização dos trabalhos. Em verdade, o dinheiro foi gasto todo de uma vez na compra de material de trabalho. A falta de acompanhamentos e capacitações na área financeira impossibilitou os grupos de realizarem um trabalho mais sólido.

Atualmente nossa maior dificuldade é o capital de giro. Com o financiamento compramos tudo de equipamento, mas esquecemos que todos os meses há outras coisas a serem pagas como luz, aluguel, reposição de materiais para produção. E, como ainda não temos uma dinâmica constante em nossos trabalhos estamos hoje sofrendo alguns problemas. Atualmente, estamos precisando negociar com a FUNDESOL para que a gente arranje uma forma mais suave de pagarmos nosso financiamento (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário C).

Em relação ao nosso trabalho eu acredito que ainda somos um grupo muito jovem, temos apenas 09 meses – é ainda uma gestação – e ainda precisamos firmar muitas parcerias para que tudo dê certo. O nosso trabalho é bem diferente porque em plena era digital, nós buscamos resgatar brincadeiras simples como pula-pula, pescaria, cama de elástico, mas que contribuem bastante para a socialização das crianças. E pelo que nós pudemos sentir até agora as crianças gostam muito. Dos nossos brinquedos a pescaria, muitas vezes, é a que tem mais sucesso. Porém, o que mais pesa para a gente é a questão financeira porque de real em real, nós temos que ter no final do mês mais de 700,00 só para pagamento de despesas. Ai, no final do mês a gente divide o que sobrou por igual, de acordo com os dias trabalhados, entre os membros do grupo. Dá conta destas questões financeiras, dos gastos e faturamentos, tudo isso é muito difícil (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário D).

Diante desta realidade exposta, fica a certeza de que não é possível suspender a experiência da Economia Solidária da realidade do sistema capitalista. Na verdade, conforme exprime Barbosa (2007, p. 27), a Economia solidária pode ser uma nova forma de produzir, mas não um novo modo de produção, porque todas as formas de troca, de algum jeito, se confrontam com a lógica do mercado.

Tal reflexão pode ser confirmada na fala de um dos entrevistados...

Em relação às questões financeiras eu acredito que a Economia solidária é muito sufocada pelo capitalismo porque infelizmente estamos a todo instante preocupados com dívidas e compromissos assumidos e se o nosso trabalho não apresentar um retorno financeiro naquele mês, como é que darem continuidade as ações? Diante das dificuldades enfrentadas vejo que se todos os membros do grupo morassem juntos hoje nós estávamos passando fome. Porque no mundo em que vivemos nós só conseguimos sobreviver se tivermos dinheiro. Esta é a lógica do sistema não tem como fugir (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário A).

Segundo relatos dos entrevistados, porém, a FUNDESOL, mesmo com suas limitações, representa uma porta aberta para o início de novas oportunidades.

Hoje se a gente tem dificuldades foi porque a gente não soube se organizar, não tivemos um acompanhamento mais intenso pelos técnicos da FUNDESOL e não tínhamos o espírito de empreendedor, mas eu acredito que agora é diferente. O que precisamos é terminar de pagar esse primeiro financiamento para solicitar um próximo e, assim, investir melhor em nossos trabalhos (Entrevistados do Arranjo Produtivo Solidário E).

Em relação as principais dificuldades enfrentadas pelos arranjos produtivos solidários, a gerente do MICROSOL relatou que a maior é a ausência da cultura do empreendedorismo e do cooperativismo, visto que...

A maioria das pessoas está acostumada a receber ordens, a fazer aquilo que lhe pedem, sendo que na Economia Solidária o trabalhador precisa estar preparado para gerir seu próprio negócio estando preocupado com a produção, o escoamento de seus produtos, as retiradas e os investimentos que devem ser feitos. Em relação ao cooperativismo este também é um grande problema porque o sistema capitalista leva a gente a todo instante a realizar práticas individualista e de competição.”

Segundo a fala de entrevistados, outro problema vivenciado nos arranjos produtivos é a não-vinculação efetiva entre os grupos, pois a comercialização de produtos e serviços ocorre, na maioria das vezes, de forma individualizada, sendo realizada apenas ações contingências que na verdade, não conferem sustentabilidade à idéia proposta pelos arranjos (estabelecimento de redes).

Assim, percebe-se que são grandes os desafios a serem enfrentados para a consolidação da proposta da Economia Solidária, mas, de alguma forma, novas estratégias de organização da comunidade, da produção e do consumo estão sendo criadas. Faz-se necessário, contudo, um trabalho contínuo e sistemático de acompanhamento e orientação por parte dos gestores da FUNESOL, para que vínculos e relações entre os integrantes de cada grupo sejam estabelecidos, no intuito de promover a efetivação da rede solidariedade, que proporcionará com maior facilidade a concretude da experiência da Economia Solidária, assim como é defendido por Mance.

Segundo Mance apud Cattani(2003), são as redes solidárias que possibilitam uma autônoma transformação cultural das sociedades em que os indivíduos apresentam uma visão de mundo mais solidária e ética, antagônicas ao capitalismo. Por seu intermédio, unidades de produção e consumo são conectadas em um movimento de realimentação, permitindo o fortalecimento da economia e do poder local.

Mesmo conscientes das dificuldades e limitações de suas ações, entrevistados assinalaram que acreditam no futuro de seus grupos, pois oferecem um serviço de qualidade, preocupam-se em atender as necessidades do cliente e não visam ao lucro, mas sim a um retorno financeiro que seja equivalente aos gastos e dispêndio de força de trabalho, sem exploração de mão-de-obra.

Segundo os entrevistados, no entanto, a concretização desse trabalho não é algo fácil. Viver os princípios e valores da solidariedade, autogestão, cooperativismo e coletividade não é algo que se aprende de repente.

Chega um momento em que a gente pensa que isso tudo que é pregado pela Economia Solidária é uma utopia porque na verdade nós estamos submetidos à lógica do mercado. A comunidade em si não conhece a proposta e acredita que as coisas que tem origem por intermédio da Economia Solidária são coisas sem valor, são coisas de graça. E, na verdade, a organização de grupos de produção é uma forma de estabelecer parcerias entre trabalhadores locais que possuem seu valor, são profissionais, mas por estarem fora do mercado de trabalho formal, buscam alternativas que lhes possibilitem uma fonte de renda e ocupação (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário A).

Em busca do fortalecimento de suas ações, os arranjos produtivos solidários desenvolvem formas para divulgações de seus trabalhos, mas que, segundo os próprios entrevistados, ainda apresentam muitas limitações. Dos sete grupos visitados, três utilizam do espaço da loja da *Mistura do Bem* para divulgar seus serviços e produtos, dois trabalham sua divulgação mediante a criação de panfletos e divulgação boca-a-boca e dois se utilizam da associação que estão vinculados e da lista de clientes existente antes da formação do grupo.

Segundo técnicos, o Microcrédito Solidário integra um conjunto de procedimentos e regras que procuram pela garantia da existência de processos que ensejem cooperação entre as pessoas, autogestão da aprendizagem e empowerment das pessoas inseridas nos grupos como sujeitos de seus próprios destinos, superando a visão meramente assistencialista e os métodos tradicionais que tutelam as pessoas. Acreditamos, porém, ser necessário um acompanhamento mais sistemático desses grupos visto que vivenciar a experiência Economia Solidária é algo que exige uma mudança drástica nas formas da gestão de trabalho, uma mudança de cultura que perpassa aspectos relacionados à vida pessoal e comunitária dos sujeitos.

PROJETOS CULTURAIS

A FUNDESOL, em parceria com o CDVHS, desenvolve no Espaço Cultural do *Shopping Bom Mix*, uma diversidade de ações no intuito de sensibilizar os jovens do Grande Bom Jardim, por meio da arte, a refletirem sobre questões sociais, políticas, econômicas e ambientais, oferecendo-lhes um espaço aberto com *shows* diferenciados, promovendo uma interação de grupos culturais da região e outros grupos de Fortaleza.

Por não haver financiamento destinado à cultura, a parceria feita com o CDVHS é principalmente pela disponibilidade de um de seus funcionários, o qual se responsabiliza pela gestão do Espaço Cultural. Esse é produtor e músico que tem longa história de participação nos movimentos culturais do Grande Bom Jardim.

Em relação às ações desenvolvidas no Espaço Cultural, algumas são ações eventuais ocorrentes de acordo com as parcerias estabelecidas ao longo do ano, enquanto outras são fixas. Dentre as ações contingências tem-se: feiras de música, espetáculos de dança e apresentações de banda da comunidade. Enquanto isso, as ações fixas são:

- grupos de capoeira(todas as segundas e quarta-feiras);
- academia de dança (todas as segundas e terça-feiras);
- Projeto Bom Humor (desenvolvido todas as quintas-feiras, durante o 2º semestre do ano de 2008 em parceria com a CDVHS/FUNCET);
- música ao vivo com voz e violão (todas as sextas-feiras); e
- Arte e Debate (projeto criado recentemente, em parceria com as escolas da comunidade, no intuito de promover momento de reflexão sobre diversas temáticas e apresentações culturais de grupos artísticos do Grande Bom Jardim, sendo realizados na última quarta-feira de cada mês).

Para a concretização destes trabalhos, o Espaço Cultural tem como principal parceiro na região do Grande Bom Jardim a Rede de Arte e Cultural - RAC. Segundo gestor do projeto cultural

(...) através desta rede é possível estabelecer um contato direto com todos os grupos que desenvolvem algum tipo de trabalho na área da cultura. Esta possibilita uma articulação muito forte entre os grupos da comunidade e, atualmente, conta com 420 artistas na área de dança, teatro e música.

Quando se trata de parcerias externas, o gestor dos projetos culturais relata sobre a importância que se tem de mostrar para Fortaleza que a periferia também tem potencial. Segundo ele,

Quando grupos são convidados para se apresentarem em atividades desenvolvidas no Espaço cultural, estes ficam assustados quando sabe que o espaço é localizado no Grande Bom Jardim, depois ficam receosos porque quando chegam no Bom Mix pensam que ali é uma churrascaria e em

seguida ficam encantados quando vêem o anfiteatro lindo e bem estruturado. Tem pessoas que fala que o Bom Mix é um oásis no deserto.

No que diz respeito à divulgação das ações realizadas no Espaço Cultural, utiliza-se de carro de som do Bom Mix, entrega de “mosquitinho”, fixação de cartazes em pontos estratégicos e divulgação boca a boca. Segundo depoimento do gestor dos projetos culturais, no entanto, mesmo com toda divulgação e demonstração de que o Espaço Cultural é aberto à comunidade, é possível verificar que ainda não houve uma apropriação da comunidade em relação ao Bom Mix no que concerne ao Espaço Cultural. Em cada *show* as pessoas ficam sempre nos cantos das paredes, nunca se aproximam do palco, acham que aquele tipo de evento não é para eles. O gestor de projetos culturais ainda relata que,

Em todas as apresentações, é sempre importante colocar para o grupo, ou cantor ou humorista que eles não devem se assustar caso no início de seu espetáculo não tenha ninguém, isto porque, os eventos aqui são assim, nos 10 primeiros minutos temos como público 10 a 20 pessoas, depois de um certo tempo este número triplica. É por isso que eu acredito que a divulgação boca a boca é a mais importante. Não sei se isso acontece devido à cultura de atraso que o povo cearense tem ou se a comunidade não acredita na possibilidade de haver um evento deste em seu bairro.

É importante destacar o fato de que esse distanciamento da população não ocorre somente por uma questão de cultura ou falta da divulgação. Foi possível perceber que as pessoas não participam das atividades propostas no *Shopping Bom Mix* porque elas não visualizam esse espaço como um lugar popular, para todos da comunidade, independentemente de renda. A idéia de *shopping* assusta o povo e os produtos comercializados lá não estão de acordo com a realidade econômica da maioria dos moradores. Tudo isso faz como que não haja uma adesão/participação constante da comunidade aos eventos promovidos.

Em relação às dificuldades apresentadas para a concretização dos trabalhos culturais, tem-se a falta de recursos financeiros e a não-compreensão dos lojistas sobre a importância de trabalho cultural para a promoção de ações que ofereçam oportunidades de lazer e cultura em busca também do desenvolvimento local. Em relato, o gestor de projetos culturais afirmou que seu papel é de mediador entre o cultural e o comercial, porquanto busca sempre estabelecer algo que seja melhor para ambos. Não compreende, no entanto, o fato de os lojistas não aceitarem certas apresentações – *shows* - porque o público é, prioritariamente, jovem e este não tem dinheiro para consumir. Em desabafo,

o gestor de projetos culturais exprime: “aquilo que esta nos livros em relação à Economia Solidária é muito lindo, mas quando você vai para a prática as coisas são um pouco tortas porque o que está em jogo não é a promoção do desenvolvimento local, mas a garantia da comercialização dos produtos”.

Em relação às dificuldades financeiras, a alternativa encontrada foi o estabelecimento de um acordo entre grupo artístico e o Espaço Cultural, passando estes a cobrar ingresso quando se trata de um evento fechado. Nestes casos, os integrantes do grupo ficam responsáveis pela venda dos ingressos enquanto o Espaço Cultural se responsabiliza pelos equipamentos, energia, organização do espaço e parte gráfica de cartazes e convites para a divulgação. Assim, tudo o que for apurado no evento é dividido meio a meio entre grupo artístico e Espaço Cultural, de forma que se crie uma caixa para atender algumas necessidades básicas do Espaço, como manutenção do local e equipamentos.

Quando indagado de que forma os projetos culturais estão relacionados com a proposta da Economia Solidária, o gestor cultural relatou que, por meio deste espaço cultural, é possível propiciar aos grupos artísticos da região do Grande Bom Jardim momentos de socialização de seus trabalhos, produção esta em potencial para a geração de renda, fortalecimento do sentimento de pertença na comunidade e descoberta de potenciais dos moradores da região, o que em sua opinião incentiva os artistas locais a uma organização e divulgação maior de seus trabalhos, refletindo no desenvolvimento local, por possibilitar novas formas de articulação entre moradores possuidores de capital social.

Em seu depoimento, verifica-se a caracterização da Economia Solidária como um modelo de organização da comunidade para além do aspecto econômico, como salienta Arruda, com a terminologia socioeconomia solidária. Neste aspecto, podemos considerar que a Economia Solidária enseja um despertar na comunidade, uma nova forma de olhar sobre o mundo, orientado sobre princípios que possibilitam uma preocupação com o meio ambiente, garantia de direitos sociais, políticos e econômicos na perspectiva de formar cidadãos conscientes.

É nesta perspectiva que a Economia Solidária se vincula ao conceito de cidadania e organização política, como foi lembrado no capítulo 3 deste ensaio. À

Economia Solidária simboliza também um mecanismo, um instrumento, que impulsiona a organização popular na conquista da garantia de direitos sociais; luta que reconstrói a concepção do que vêm a ser os espaços públicos e políticas públicas, preservando o sentido real da participação da sociedade civil nos processos sociais e econômicos, na tentativa de torná-los sujeitos ativos.

5 - POSSIBILIDADES E LIMITES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DOS PARCEIROS E CLIENTES DA FUNDESOL

5.1 - O que pensam representantes das associações e do comércio parceiros da FUNDESOL

Em visitas às associações comunitárias parceiras e ao comércio credenciado ao recebimento do CREDSOL, procuramos direcionar as entrevistas para questões como: o tempo de parceria; o papel assumido nesta parceria; a aceitação da comunidade em relação às linhas de financiamento; avaliação da importância deste trabalho na comunidade e na vida dos clientes da FUNDESOL e comentário sobre o que compreendem por Economia Solidária e suas perspectivas em relação a este modelo de organização da comunidade e da produção.

Em relação ao tempo de parceria junto à FUNDESOL, todos confirmaram que essa foi estabelecida desde a origem dos trabalhos, desde o período de elaboração da política de financiamento solidário. Trazemos esta informação como algo confirmado porque esse também foi um dos critérios utilizados para a escolha das entidades e do comércio a entrevistar.

Em depoimento, uma presidente de associação relatou que

Desde a criação da FUNDESOL, desde sua vinculação ao CDVHS, nossa entidade entrou como parceira. Nós e outros líderes comunitários e comerciantes participamos do planejamento das ações, do estabelecimento dos critérios, da criação do nome do cartão, de oficinas e palestras para que pudéssemos compreender melhor como seria a proposta da FUNDESOL, a proposta da Economia Solidária. Participamos de todo o processo de elaboração deste projeto. Não foi uma coisa que desceu de goela abaixo na comunidade, foi uma coisa discutida e muito discutida na comunidade. E nós participamos de toda essa discussão (Líder de associação A).

De acordo com as falas dos sujeitos pesquisados, esta parceria na verdade não era algo novo, haja vista considerar a FUNDESOL um apêndice do CDVHS, segundo entrevistado,

A FUNDESOL na verdade é uma criação do CDVHS porque desde quando eu cheguei aqui quem eu conheci atuando dentro do Bom Jardim foi o CDVHS. Através do CDVHS foi que surgiu essa idéia da... da... como é o nome?.. Economia Solidária. Essa idéia foi criada em 1998, era coisinha pequenininha, mas que por intermédios das parcerias firmadas transformou-

se em algo de grande importância para a comunidade, para a geração de renda e apoio aos pequenos empreendedores (Líder de Associação B).

Em relatos, os entrevistados comentaram que o trabalho da FUNDESOL na realidade surgiu das discussões suscitadas nas reuniões com as comunidades. Na verdade, foi a comunidade que solicitou a criação de trabalhos voltados para a geração de renda, de incentivo aos pequenos empreendedores. Assim, apareceram o Crédito Solidário – CREDSOL e o Microcrédito Solidários – MICROSOL. Segundo a fala de um dos entrevistados,

O CREDSOL dá a chance para as pessoas de nossa comunidade ter poder de compra. Foi uma oportunidade que as pessoas mais pobres tiveram [tem] para ter um cartão de crédito. Na verdade ter um cartão é moda e na periferia como era mais difícil ter um cartão de crédito por causa da não comprovação de renda [registro na carteira], o desemprego era e continua sendo muito grande, conseguir ter um cartão era muito difícil. A maioria dos moradores de nossa comunidade ocupa empregos informais (Comerciante local A).

Os financiamentos são muito importantes para a comunidade. É através deles que aquele morador que sempre sonhou em colocar seu próprio negócio tem a oportunidade. Ele possibilita a geração de renda para aqueles moradores que estão desempregados, tem potencial mais não é reconhecido (Líder de associação B).

Para a concretização destes trabalhos, as associações responsabilizavam-se pela divulgação do projeto junto à comunidade, preenchiam uma ficha de cadastro das pessoas interessadas e depois encaminhavam para a FUNDESOL, para que eles pudessem fazer a avaliação utilizando-se de critério que sempre tomava por base a média da renda familiar. Relativamente à divulgação, esta era feita tanto com os moradores como com os comerciantes, visto que a circulação do cartão dependia da aceitação do comércio local.

A princípio a FUNDESOL fez esse convênio com as lideranças do Grande Bom Jardim porque eles acreditavam que a gente por estar próximo da comunidade teríamos um contato maior para sondarmos se as pessoas tinham interesse na proposta e se os mercantis aceitariam. Assim, eles pediram que a gente divulgasse e preenchesse a ficha das pessoas interessadas. Essas fichas tinham um perfil, não era qualquer pessoa que poderia ter o cartão ou conseguir o financiamento. Em relação ao CREDSOL era preciso ver o quanto à pessoa paga de luz, de água, de aluguel, verificar qual a sua renda para poder fazer uma média de seus ganhos e custos. Em relação ao financiamento era preciso que as pessoas formassem grupos, que elaborasse um projeto e alguns dos membros já tivessem algum trabalho no ramo (Líder de associação D).

De acordo com a fala dos sujeitos pesquisados, o primeiro momento da divulgação e adesão dos moradores e comerciantes locais foi muito interessante. Todos estavam envolvidos com a proposta por acreditarem ser uma ótima oportunidade para o oferecimento de trabalho e renda, favorecendo o desenvolvimento dos pequenos empreendedores locais. Ademais, a possibilidade de possuir um cartão de crédito era considerada como elemento de inclusão social para os que não conseguiram ter outro tipo de cartão.

Durante as visitas, pudemos perceber que as associações têm um grande poder de articulação dentro da comunidade. No início dos trabalhos, isso foi o que facilitou a divulgação da proposta da Economia Solidária. Em algumas visitas, apesar de todas as dificuldades relatadas, a entrevista foi interrompida várias vezes em razão da procura, por parte de moradores da comunidade, das associações para obtenção de informações diversas, inclusive referentes às linhas de financiamento da FUNDESOL. Isto representou para nós a noção de que a comunidade tem nas associações uma referência significativa na luta pelas melhorias nas condições de vida, na conquista de opções para a geração de renda, participação em cursos, ações que lhes possibilitem a garantia de direitos, sejam estes sociais, econômicos, políticos e/ou culturais.

Segundo relatos de cada representante das associações visitadas, foi encaminhada, logo no início da parceria estabelecida, aproximadamente 40 pessoas para o cadastro no Cartão de Crédito Solidário – o CREDSOL e solicitação de financiamentos.

De acordo com os entrevistados, a criação da FUNDESOL foi uma grande oportunidade para os moradores daquela região. Todos estavam bastante empolgados porque esta era uma experiência que já acontecia no Conjunto Palmeiras, com o Banco Palmas, e que estava surgindo na comunidade do Grande Bom Jardim para a inclusão e fortalecimentos dos trabalhos locais/ dos grupos informais.

Segundo o dono de uma das casas comerciais credenciadas no recebimento do CREDSOL, o cartão solidário, logo no início, fornecia uma articulação enorme entre a rede do comércio, porque o fato de um comerciante aceitar a cartão levava os outros também a utilizarem, mesmo que fosse no sentido de poderem competir com os demais negociantes. Assim, o que partia de uma iniciativa capitalista – visão do lucro – se

tornava um ato de solidariedade por abrir possibilidades de compra para as pessoas que não poderiam se utilizar de outro tipo de cartão ou que não teriam condições para pagar a vista.

Desta forma, a criação de um cartão solidário que possibilitasse aos moradores do Grande Bom Jardim a compra de alimentos, medicamentos e gás contribuía diretamente para a melhoria nas condições de vida. Era a alternativa que se tornava concreta, arrimada na iniciativa da FUNDESOL, com a criação de um banco de financiamento, no ano de 2000. Segundo a fala de um dos comerciantes,

Através deste trabalho, não foram só as associações comunitárias e os projetos sociais que contribuíram para o desenvolvimento local não. Através deste trabalho em conjunto, até os supermercados contribuíram com a organização, com desenvolvimento da comunidade. Foi através de muitas parcerias que esse trabalho pode ganhar forma. É a parceria que faz o projeto funcionar (Comerciante local C).

Em relação aos impactos produzidos na vida dos clientes da FUNDESOL, comerciantes e representantes de associações relataram que tanto o cartão como o microcrédito possibilitavam as pessoas da comunidade adquirirem o poder de compra, o que, segundo eles, interfere diretamente na auto-estima. Ter um cartão ou um financiamento ajuda na aquisição de alimentos, produtos ou matéria-prima, o que, posteriormente, lhes possibilite melhores condições de vida e produção de renda.

Uma das coisas importante que vejo com a criação deste cartão é a valorização do ser humano. Eu também tenho o cartão. É uma coisa de você abrir a bolsa e, por simples que seja, ter condições de fazer suas comprar com o seu cartão de crédito. Eu tenho mais do que dinheiro eu tenho um cartão (Líder de associação E).

Em relação aos microcréditos estes possibilitaram o reconhecimento de profissionais existente no próprio bairro. Com os empréstimos muitos empreendimentos ganharam forma para que assim pudessem conseguir um espaço no mercado. A comunidade passou a visualizar o potencial de seus vizinhos e com isso fixou renda dentro da comunidade. Por intermédio destes empréstimos hoje há pessoas que tiveram suas vidas transformadas. São pequenos empreendedores, como por exemplo, manicure, que colocaram seu negócio e hoje ganham dinheiro com isso. Na verdade são pequenas ações, mas que causam grande impacto na vida de uma pessoa (Líder de associação C).

A questão da responsabilidade exigida pela FUNDESOL no pagamento da fatura do cartão e do financiamento para poder ter direito a novos empréstimos foi algo que ajudou muito porque todos foram sensibilizados a cumprir com seus compromissos assumidos. E, acredito que, o compromisso com a FUNDESOL acabou influenciando outras questões da vida por ensinar estas a se planejarem e organizarem (Líder de associação D).

Em relação ao impacto das políticas de financiamento na comunidade, percebe-se na fala dos sujeitos pesquisados que, até mesmo, o trabalho de mobilização e organização de associações, comércio e pequenos empreendedores possibilitou uma mudança na organização local, porquanto as entidades envolvidas com a proposta da difusão da idéia da Economia Solidária (por meio do cartão e do microcrédito) passaram a ter uma visão mais aberta e humanizada, por compreender que a oportunidade oferecida aos moradores leva ao crescimento do bairro.

Assim, concluímos que a comunidade parceira na divulgação e implantação da proposta da Economia Solidária, com a circulação do Cartão de Crédito Solidário e do Microcrédito, sentiu e aprovou esta forma alternativa de organização da comunidade e da produção. Em relatos, todavia, estes mesmos sujeitos pesquisados apresentaram várias questões que, ao longo do processo de concretização desta proposta, dificultaram os trabalhos.

Lembramos que todos, sem exceção, disseram em suas falas que acreditam na proposta da Economia Solidária, acreditam em uma nova forma de organização da produção, do consumo e da comunidade, mas, para que isto aconteça, é necessário um trabalho diário e permanente.

Em depoimentos, todas as entidades parceiras falaram da necessidade de a FUNDESOL realizar um acompanhamento mais intenso e sistemático dos trabalhos para intensificação do projeto de desenvolvimento da Economia Solidária na área do Grande Bom Jardim. Segundo um dos comerciantes entrevistados,

...se hoje a idéia do cartão não é uma coisa grande, eu acho que é por falta de capacidade de gerenciamento do pessoal da FUNDESOL. Eles parecem que administram o CREDSOL assim por espasmo. Cochilam, cochilam que a gente não ver nem falar em CREDSOL. É como se tive acabado, e de uma hora para outra acordam. Depois dormem de novo, depois acordam e assim vai. E isso é muito ruim, porque enquanto eles cochilam muitas pessoas se desestimulam. Eu que era entusiasta do CREDSOL me desestimelei (Comerciante local B).

Ante tal situação (distanciamento por parte dos técnicos da FUNDESOL), as associações e o comércio parceiros se viram sozinhos realizando um trabalho que deveria ser feito em conjunto e, por este motivo, os trabalhos retrocederam. Pelos relatos dos sujeitos pesquisados, além da responsabilidade assumida pelas entidades por

serem elas o condutor único da divulgação e sensibilização de ações baseadas na Economia Solidária, estas ainda tinham que se responsabilizar pelo acompanhamento dos pagamentos em dias das faturas do cartão de crédito.

Era muito complicado a gente fazia todo um trabalho pela FUNDESOL de divulgação, preencher ficha, fazer reuniões e ainda por cima ser responsáveis por A, B ou C de pessoas da comunidade que solicitam o cartão. Eu acho um absurdo a entidade (associação) ter que se responsabilizar, ser avalista das pessoas que solicitaram o cartão, e ainda dar conta dos pagamentos à FUNDESOL... (Líder de associação E).

... porque por exemplo eu possa até afirmar que a Dona Maria é uma boa pessoa, mas ai dizer que a Dona Maria paga tudo direitinho ... eu não moro com ela, eu não controlo as finanças dela... e ai não dá. Eu não tenho como pedir que as pessoas deixem de comprar o pão de cada dia para pagar a FUNDESOL (Líder de associação E).

...E a partir daí eu como presidente da associação, que fui votada pela comunidade e pela antiga direção, cheguei a conclusão de que não queria ser mais mediadora desse trabalho e resolvi somente orientar as pessoas onde ficava a FUNDESOL (Líder de associação E).

De acordo com a fala de entrevistados, são estas e outras dificuldades que emperram o desenvolvimento dos trabalhos voltados para a Economia Solidária porque realizar um trabalho em parceria requer a atuação constante de ambos os lados (representantes da comunidade e FUNDESOL), de forma que assim possam, verdadeiramente, atuar em conjunto na comunidade.

Outra questão apresentada como fator de empecilho para a concretização dos trabalhos realizados pela FUNDESOL foi a burocracia. Dentre as razões principais, destacaram-se: a) dificuldade de acesso aos créditos e juros de 3% em caso de atraso no pagamento; b) o distanciamento dos gestores da FUNDESOL em relação à comunidade; c) dificuldade para efetivação dos pagamentos do financiamento, em virtude da centralização na sede; d) não-investimentos em pequeno comércio, pequenos produtores, em relação ao recebimento do cartão ou financiamento, sendo investido, prioritariamente, em empreendedores que já possuem certa estrutura. Para compreender melhor essas questões, serão apresentados alguns reflexões e depoimentos sobre os tópicos citados.

Em relação à dificuldade de acesso ao crédito, os entrevistados relataram o fato da criteriosa seleção para a concessão de créditos, visto que são poucas as pessoas

que solicitam financiamento na FUNDESOL e são atendidas. Segundo fala de entrevistado,

Em relação à questão dos empréstimos eu vejo assim quando eu vou em busca de um empréstimo é porque a caixa econômica só me empresta se eu tiver um carro ou uma casa. Ai é que entra a FUNDESOL. A caixa não é solidária, mas o nosso banco tem que ser. É de pobre para pobre. Estaria errado se o J. Macedo viesse pedir dinheiro ai na FUNDESOL, mas uma pessoa da comunidade pedir, acho que todos deveriam ter uma oportunidade. É claro que é preciso ter alguns critérios para que esse recurso possa retornar para a FUNDESOL e seja emprestado a outras pessoas, mas o investimento nos pequenos negócios deveria ser maior (Líder de associação D).

Os juros em relação aos empréstimos é outro fator apresentado pelos entrevistados como obstáculo para a maior expansão dos financiamentos. Estes relatam que investir em grandes projetos é uma coisa, mas investir na “Dona Maria da cocada” é outra. Ela não tem condições de pagar juros de 3% caso atrase seu pagamento. É claro que consideram importante o trabalho de conscientização referente ao cumprimento de suas obrigações, mas acredita também ser preciso verificar que tipo de orientação está sendo oferecida para que os clientes de financiamento aprendam a organizar seu negócio e, assim, tenham condições de honrar seus compromissos - pagamento do débito.

De acordo com os representantes das associações e do comércio, o fato de os gestores da FUNDESOL se concentrarem somente na sede, localizada no Canidezinho, faz como que o trabalho não ganhe força, não seja visto nem sentido pela comunidade (representantes de associações, comerciantes e moradores). E a centralização dos pagamentos na sede é outra questão apresentada pelos parceiros, pois implica diretamente a participação da comunidade nestas linhas de financiamento em razão dos gastos gerados com passagem, caso queiram continuar com seu cartão ou financiamento.

Por este motivo, um dos comerciantes parceiros, preocupado com a viabilidade e acesso dos moradores de sua área à oportunidade do cartão de crédito solidário, resolveu ceder um espaço de seu mercadinho para pagamento da fatura, espaço que ele denomina de “Espaço da Comunidade”.

Como a sede da FUNDESOL era distante e esta não estava mais se deslocando até a associação para receber o pagamento de fatura devido aos gastos eu decidi receber o pagamento do CREDSOL no meu mercadinho.

Aqui a FUNDESOL não tem custo nenhum. O custo que eles têm, e que às vezes nem isso fazem, é mandar deixar as faturas novas. E às vezes também a gente recebe, recebe e eles nem vêm pegar o dinheiro é a gente que manda deixar. É por isso que eu acredito que para esse trabalho dá certo é preciso haver mais estímulos por parte da FUNDESOL. É preciso haver reconhecimento dos trabalhos e da disponibilidade das entidades que ainda hoje acreditam nesta proposta (Comerciante local A).

A quarta questão apresentada como fator de empecilho para a concretização da proposta da Economia Solidária foi o fato de a FUNDESOL não investir com maior intensidade no credenciamento dos pequenos produtores ao recebimento do cartão, assim como no financiamento de pequenos trabalhadores informais.

Segundo relato de uma das entrevistadas, credenciar ao CREDSOL e oferecer financiamento para o vendedor de detergente ou a senhora que vende tapioca ampliaria seus negócios e a utilização do cartão de crédito em diversos serviços, já que ofereceria à comunidade mais opções na hora de comprar e contribuiria para o fortalecimento da circulação do cartão e dos pequenos empreendedores, assim como para a fixação da renda no bairro.

Por exemplo, eu sou moradora e vendo caldo há 20 anos. Então eu deveria ter o mesmo direito que outro mercadinho tem de fazer suas vendas com o cartão CREDSOL. Se eu não sei utilizar o cartão, a folha da fatura, então eu deveria passar por uma formação para aprender como utilizar. Assim teria mercado para todos, independente de estabelecimento formal ou informal. Através de um trabalho intenso de divulgação e ampliação dos locais credenciados com certeza este cartão realmente fixaria a renda no bairro (Líder de associação D).

Toda quarta-feira aqui tem feira livre, já pensou se todos esses feirantes aceitassem o cartão, como seria bom. É feirante demais. As pessoas iriam para a feira comprar seus alimentos com seu cartão de Crédito caso não tivesse dinheiro naquele dia. Seria um impacto muito maior. Agora eles ficam vendo, pelo menos é o que eu acho, muito a questão de enrolar, e acabam não ampliando a rede de credenciado. Eu entendo que a proposta da Economia Solidária seria arriscar, arriscar em uma nova forma de organização e por isso se utilizar de todas as alternativas que possibilite a fixação da renda no bairro. Isso significaria um incentivo à expansão de trabalho, que mesmo sendo informal, são fontes geradoras de renda para os moradores do bairro (Líder de associação E).

Após estes relatos paramos um pouco para pensar e percebemos que realmente todos os estabelecimentos que visitamos eram de médio porte, bem estruturados e que também utilizam outros tipos de cartões de crédito. Não queremos aqui dizer que eles não contribuam para o desenvolvimento da experiência da Economia Solidária no

bairro, pelo contrário, percebemos que a aceitação do CREDSOL em seus empreendimentos demonstra o quanto estes empreendedores estão envolvidos e abertos para apoiar trabalhos que possibilitam a garantia do direito do consumo a todos da comunidade. cremos, no entanto, também que o investimento e o credenciamento de trabalhadores informais na utilização do CREDSOL possibilitariam aos pequenos empreendedores oportunidades concretas na comercialização de seus produtos; e nada impediria sua utilização em pequenos estabelecimentos, haja vista ser o cartão de crédito utilizado manualmente.

Desta forma, como apresentado nos depoimentos dos sujeitos entrevistados, as políticas de financiamento, por meio do CREDSOL e do Microcrédito, são de fundamental importância na comunidade, na promoção do desenvolvimento local, mas seus resultados não foram ainda atingidos com êxito. Como alternativa, o comércio vinculado à Associação dos Comerciantes resolveu criar um cartão próprio, o qual oferece à comunidade facilidades de compra. Este cartão na verdade surge como concorrente do CREDSOL, pois se notou a necessidade de criação de outro cartão que oferecesse maior facilidade na hora da utilização – recebimento de créditos e pagamentos de faturas (dificuldades estas apresentadas pelos moradores e comerciantes).

Apesar da circulação de outros cartões no bairro, no entanto, as entidades e o comércio parceiros afirmaram que a comunidade não abandonou o CREDSOL, por ser um cartão voltado para a comunidade no sentido de possibilitar acesso ao crédito a pessoas que não conseguem ter outros cartões por estarem com o nome no SPC. Nas falas dos sujeitos pesquisados, é possível identificar o fato de que

(...) se o trabalho da FUNDESOL fosse mais intenso, contínuo, o CREDSOL seria uma moeda circulante e que estaria dando muito certo, estaria promovendo com fervor a circulação de dinheiro dentro da comunidade. Seria eu comprando a você, você comprando a outro estabelecimento e o dinheiro permanecendo em nosso meio. (Comerciante local A)

Quando perguntados acerca da avaliação que fazem dos trabalhos da FUNDESOL, entrevistados, de forma unânime, responderam que seria bom a instituição se fazer mais presente na comunidade. Segundo os respondentes, “quem se propõe a trabalhar neste ramo, com a comunidade, precisa estar envolvido, promovendo

encontro, de forma que a comunidade sinta força nos trabalhos”(Líder de Associação B).

Para tanto, a FUNDESOL precisa fazer, junto às associações e demais entidades parceiras, um trabalho constante de propagação e cadastramento de estabelecimentos de comércio e pequenos empreendedores. Além disso, é preciso fazer uma sondagem com os moradores locais em relação aos produtos mais comprados, para que possam apoiar e investir nos negócios de maior necessidade.

Durante as entrevistas, os sujeitos pesquisados também comentaram que, após um período de distanciamento, a FUNDESOL, desde o início do ano de 2008, retoma seus trabalhos junto à comunidade. Segundo depoimentos,

no começo de 2008, nossa entidade foi chamada na FUNDESOL, nos tivemos uma conversa e eles perguntaram se a entidade gostaria de retomar os projetos e aquelas pessoas que fizeram o cartão, mas que por algum motivo não eram mais clientes (Líder de Associação B).

Além disso, foi relatado que a FUNDESOL começou a desenvolver um trabalho em parceria com o SEBRAE na promoção da qualificação de profissionais da comunidade que possuem salão de beleza. Segundo comentários dos sujeitos pesquisados, esta capacitação é de grande importância para o fortalecimento dos projetos da Fundação, mas é preciso que este trabalho não fique só na formação, sendo necessário realizar um acompanhamento constante, de forma que a idéia da Economia Solidária não se perca ao longo do tempo, “como aconteceu em outros trabalhos”. (Líder de Associação C).

Durante as entrevistas, houve entidade que vinculou a retomada das ações da FUNDESOL com o fato de a região do Grande Bom Jardim estar sendo beneficiada com a criação de um Banco Comunitário – O Riosol. Este banco é situado no bairro da Granja Portugal e tem como entidade gestora a Solidu (Organização da Grande Portugal Solidária); promoção da Prefeitura Municipal de Fortaleza e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SDE; parceiros: Instituto Palmas, Banco Popular, Brasil Local – Desenvolvimento e Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

É possível perceber nesse comentário que os líderes comunitários visualizam a criação de mais um entidade voltada para a Economia Solidária como sinal de competição. Isto é relatado porque é claramente perceptível o fato de que as duas entidades não estão realizando um trabalho em parceria, de forma que pudessem realizar ações complementares. Assim, surgiu o seguinte questionamento: como incentivar a solidariedade e o cooperativismo aos produtores locais, se as próprias entidades gestoras que possuem no discurso a proposta de um novo modelo de organização da sociedade não vivenciam esses princípios? Este fato simboliza a representação real da fragilidade deste modo de produzir, quando não há, de fato, envolvimento integral nos princípios estabelecidos.

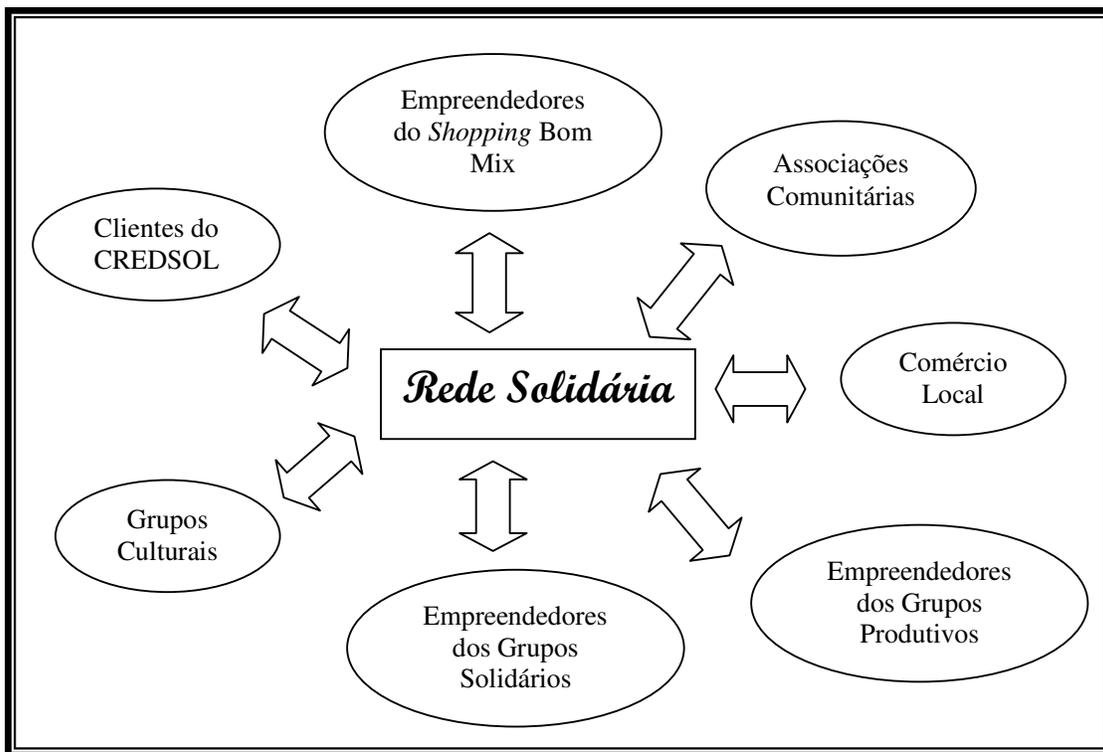
Após as questões mencionadas, finalizamos as entrevistas com os parceiros, solicitando que eles definissem o que entendem sobre Economia Solidária e que perspectiva têm em relação a esta nova proposta de organização da comunidade e do trabalho. Em depoimentos, alguns exprimiram que a Economia Solidária contribui bastante para a redução do desemprego, porque possibilita aos moradores novas opções de organização e gestão do trabalho.

Em depoimentos, um entrevistado relatou que acredita na Economia Solidária porque o sentimento de competição maltrata muito as pessoas e, segundo ele,

(...) os trabalhos em grupo, em solidariedade será no futuro uma alternativa viável, será a tendência. Pois as pessoas precisam se organizar para poder ter sua sobrevivência, principalmente no mercado informal, caso da grande maioria dos trabalhadores daqui. Porém, não acredito que a Economia Solidária vá dominar o mundo, mas a organização em grupo, a saída do isolamento, acredito que cada vez mais irá acontecer para que as pessoas conquistem sua sobrevivência, porque senão, seremos todos engolido uns pelos outros. A economia solidária contribuiu bastante para o fortalecimento de pequenos empreendimentos, pois no momento em que se consegue o crédito para financiar seus trabalhos o poder de compra da comunidade aumenta e as pessoas passam a ter uma vida melhor (Líder de associação A).

De acordo com os sujeitos pesquisados, somente pelas parcerias entre entidades e comunidade é que será possível vivenciar de maneira mais intensa a proposta da Economia Solidária. A concretização destes trabalhos exige vigilância, insistência e persistência, realizando encontros, debates e discussões, de forma que todos compreendam a política da Economia Solidária e participem da luta pelo desenvolvimento local.

Na realidade do Grande Bom Jardim, foi possível sistematizar a seguinte rede de colaboração solidária entre empreendedores locais, consumidores, comerciantes e agentes de cultura, a qual, apesar de suas fragilidades, contribui para a efetivação desta proposta da Economia Solidária.



Fonte: Elaboração Própria.

Mesmo ciente das limitações dessa rede solidária, é possível verificar que a experiência da Economia Solidária envolve pequenos grupos de empreendedores que buscam investir em seu negócio e comercializar seus produtos dentro da comunidade e grupos de jovens que pela participação em projetos de cidadania, aprendem a reconhecer seus potenciais e contribuem para o incentivo da arte e cultura. Enfim, são entidades que, diante da condição de desemprego vivida por um grande número de moradores, participam de uma nova forma de organização da comunidade, produção e consumo, na tentativa de inserir moradores da região em trabalhos voltados para a Economia Solidária na busca de ações que possibilitem o desenvolvimento local.

5.2- O significado da categoria trabalho na Economia Solidária

No intuito de compreender a forma como a categoria trabalho é vivenciada nas experiências da Economia Solidária, procuramos, durante a pesquisa de campo, analisar sentimentos e percepções dos clientes das linhas de microcrédito, isto é, os participantes dos arranjos produtivos solidários, pelo fato de estarem diretamente envolvidos nesta nova “forma de produzir”, que é a Economia Solidária, um novo modelo da gestão do trabalho.

Diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho, processos de reestruturação produtiva e política neoliberal, diversas foram as consequências na vida da “classe-que-vive-do-trabalho”. Dentre elas, tem-se o elevado índice de desemprego e/ou o crescimento de ocupações no mercado informal, como apresentado no capítulo 2.

No intuito de organizar o grupo de trabalhadores, que passaram a fazer parte deste mundo do trabalho, reestruturado sob novas condições impostas pelo sistema capitalista, surgem as experiências da Economia Solidária na década de 1990. Ela busca oferecer recursos que proporcionem uma reorganização dos trabalhadores, da sociedade civil e do Estado na luta por melhoria nas formas de produção, de trabalhos e na retomada do valor da categoria trabalho enquanto trabalho concreto.

Nesta perspectiva, a Economia Solidária tem por objetivo reaver o sentido da categoria trabalho como atividade que proporcione a realização humana e a sociabilidade, afirmando o trabalhador como sujeito de sua história. Por seu intermédio, busca-se estabelecer relações contrárias às vividas no sistema capitalista, de competitividade, individualismo e exploração de mão-de-obra.

Durante a realização das entrevistas procuramos coletar informações que pudessem oferecer subsídios para compreender as implicações da experiência da Economia Solidária em relação à idéia acerca da categoria trabalho.

De acordo com os relatos dos pesquisados, o ato de trabalhar apresenta significados como: a) atividades prazerosa/ realização pessoal; b) atividade que possibilita ao ser humano se sentir útil e produtivo; c) atividade que dignifica o homem; d) garantia de sobrevivência; e) depósito de sonhos e desejos.

Em verdade, segundo essas informações, podemos verificar que o ato de trabalhar apresenta relação direta com o significado atribuído ao trabalho útil, trabalho concreto, no sentido definido por Marx; isto é, a realização de uma atividade que proporciona ao ser humano o reconhecimento social, sendo, portanto, considerada uma atividade de emancipação humana pelo fato de reconhecer no trabalhador a sua capacidade de criação.

Eu gosto muito de uma frase que diz que o trabalho dignifica o homem. Então para mim, para começar, o trabalho é essencial, é necessário. Só que o trabalho além de ser necessário, ele também, no meu caso, proporciona muito prazer e satisfação visto que eu faço uma coisa que gosto. Eu, na verdade, já tinha esta visão, mas com o grupo ela foi ampliada. O que eu mais gosto em meu trabalho é que todos os dias a gente faz uma coisa diferente. Os procedimentos podem até ser os mesmos, mas as cores são diferentes, o resultado final é diferente. E a gente se sente bem quando ver o trabalho concluído, quando ver que aquilo ali fomos nós que fizemos, que leva a nossa marca. Eu me sinto útil, reconheço a minha importância no grupo, na comunidade, na sociedade (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário D).

...eu morava no interior e como lá não tinha muitas opções de emprego resolvi vir para Fortaleza. Chegando aqui, fui trabalhar como secretária em uma empresa. Trabalhei lá durante 1 ano e fiquei lá porque não tinha outro canto para trabalhar. Era desestimulante trabalhar naquele local. Lá o trabalho era sinônimo de desprazer, era uma atividade que me causava sofrimento. Eu não me sentia realizada. Ao sair de lá comecei a comprar tecido em retalharia para começar um novo trabalho. Daí em diante eu não quis mais outro emprego e de forma nenhuma penso em voltar para um emprego formal. Em meu trabalho eu me sinto realizada. Aqui eu gosto do que faço, sei o que preciso fazer e não tem nenhum patrão me fiscalizando (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário B).

Segundo entrevistados, é possível constatar que este sentido positivo atribuído ao trabalho só passou a se configurar com sua inserção em um trabalho autogestionário, por ser uma atividade escolhida pelo trabalhador de acordo com suas habilidades. Assim, por considerar que o trabalho prazeroso ocorre na realização de ações autogestionárias, ao serem perguntados se caso fossem chamados a trabalhar em uma empresa, a maioria dos entrevistados respondeu que não aceitaria, alegando que apostam no futuro de seus trabalhos, acreditam no seu progresso e possuem liberdade na realização de suas ações.

Durante as entrevistas, um dos principais motivos que interferem na realização de um trabalho prazeroso, um trabalho coletivo em que um ajuda o outro, originando significados e sentidos na vida pessoal e comunitária, é o fato de não possuir garantia de direito e nem estabilidade financeira.

Segundo o entrevistado,

(...) eu vejo que é muito complicado o trabalho informal. Devido a informalidade a gente deixa de conseguir muitas coisas. Mas a gente está lutando para conquistar melhores condições de trabalho. Depois deste financiamento que fizemos com a FUNDESOL, nós temos até mais facilidade. Temos um local físico, temos equipamentos, e, como isso, mais facilidade de legalizar nosso trabalho no futuro. Mas é preciso que a gente ganhe um pouco mais de estabilidade para poder ter nossos direitos garantidos. Eu acredito que a gente possa ainda crescer bastante para conquistar nosso espaço no mercado (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário A).

Barbosa apud Silva (2006, p.103) assegura que as características do trabalho situado na pequena unidade produtiva e em situação de informalidade, “se sustenta em trabalhos com longas jornadas, baixas condições de segurança e rendimentos pequenos”, e, por isso, as pessoas só recorrem a esta experiência em decorrência da necessidade de sobrevivência e não pelo sentimento de liberdade e realização pessoal conquistadas neste trabalho. Como foi possível identificar nas falas dos pesquisados, entretanto, estes confirmaram ser a questão financeira algo muito complicado, em virtude da instabilidade, mas isto para eles não está diretamente relacionado com a concepção sobre categoria trabalho, visto que, segundo relatos,

Aqui na verdade a gente não ganha muito dinheiro. A gente trabalha porque gosta do que faz. O ruim é porque a gente não tem segurança nenhuma. Nesta semana a gente pode ganhar bem e na próxima semana não tirar nada. A principal dificuldade na realidade é esta, porque na verdade é o dinheiro que domina o mundo e a gente sem dinheiro não consegue fazer nada. Acredito que são estas questões que fazem as pessoas se submeterem a trabalhos terríveis, com patrões cruéis e excesso de trabalho. A pessoa precisa sobreviver. Se nós pudéssemos realizar o nosso trabalho desse jeito, mas tendo garantido no final do mês nosso salário certo, com certeza esse seria o melhor trabalho do mundo e na verdade acredito que as pessoas viveriam muito mais felizes. Seria aliar uma atividade carregada de sentido com uma atividade que lhe proporcionasse boas condições financeiras. Mas, como a gente sabe nem tudo é perfeito (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário B).

Desta forma, é estabelecida mais uma das contradições vividas na experiência da Economia Solidária, pois representa, ao mesmo tempo, uma atividade repleta de sentido, na qual os sujeitos envolvidos conseguem se posicionar como agentes de suas vidas pessoais e profissionais, e uma atividade sem grande retorno financeiro não garantindo assim a efetivação de direitos, visto que na sociedade capitalista esses advêm, na maioria das vezes, em decorrência do ato de compra e venda.

Para tanto, daquela minoria que afirmou aceitar um trabalho em uma empresa, justificou sua posição, exatamente, em razão dos problemas ocasionados pela falta de estabilidade financeira. Um dos respondentes relatou:

Eu vejo as pessoas dizendo muito que é bom a gente fazer o que gosta, eu também acredito nisso, mas quando a pessoa ver o quanto que ganha com aquele trabalho a pessoa começa a se desmotivar. Você faz o que você gosta, mas não ganha quase nada e então fica muito complicado. No fim do mês estas questões pesam bastante. Quem vive a realidade sabe o que eu estou dizendo. A Economia solidária é muito bonita, é uma proposta muito legal, mas ela na verdade não consegue ainda responder nossas reais necessidades. A gente quer um trabalho que seja prazeroso, que a gente se sinta valorizado, se sinta útil, donos de nossa produção, mas que também proporcione uma retorno para a gente, coisa que não conseguimos porque nossa demanda é muito pequena (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário D).

Outra questão também apresentada durante as entrevistas foi a dificuldade de vivenciar o princípio da autogestão pelos membros do grupo. Segundo Singer apud Cattani (2003, p.116), a autogestão significa

“a mais completa igualdade de direitos. Se a organização for produtiva a propriedade deve estar repartida entre todos os sócios por igual, que em consequência terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelo diversos setores administrativos”.

Quando se trata dos arranjos produtivos solidários, estes apresentam o caráter autogestionário, pois cada grupo tem a própria organização, distribuição de funções e participação na escolha dos representantes. Após a escolha do coordenador/gerente dos trabalhos, porém, esse se sobrecarrega com as responsabilidades assumidas, porquanto os demais membros do grupo não vivenciam em sua totalidade o sentido da autogestão, de produção sem hierarquias, em que todos possuam os mesmos direitos e deveres.

Na verdade o grupo ainda não compreende direito essa questão da autogestão. As pessoas esperam muito por mim, acredito que é pelo fato de eu ter mais agilidade ou por ocupar no momento o papel de coordenadora. ...para realizar um trabalho deste é preciso que as pessoas percamos essa característica de obedecerem à ordem e passem a agir. O pessoal na verdade não se sente seguro em responder sozinho as responsabilidades (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário C).

Logo no início dos trabalhos quando alguém do grupo ia tomar uma decisão eles sempre me procuravam, mas eu acho que isso acontecia também pelo fato deles não conhecerem a área. Mas, eu sempre dizia: nós aqui somos todos iguais e devemos decidir as coisas em conjunto. O fato de eu conhecer um pouco mais o trabalho não quer dizer que eu tenha que responder por tudo sozinho... vocês precisam colocar suas opiniões, acreditar que são capazes e que junto comigo são os donos deste empreendimento (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário E).

Na leitura desses relatos, verifica-se a dificuldade que se tem em praticar experiências diferenciadas do modelo imposto pelo sistema capitalista. As pessoas acreditam que tudo o que gere renda tem que automaticamente estar vinculado à questão da subordinação, da exploração e do lucro. Ao contrário do que normalmente se pensa e vive, na Economia Solidária, busca-se a participação dos integrantes em todo o processo produtivo, desde a fabricação do produto à comercialização, pois pretende quebrar a estrutura hierarquizada, alienante e feiticizada vivida no capitalismo. Segundo Ponte Junior (2000, p.111),

O trabalhador autogestor precisa ampliar a sua visão sobre o mundo do trabalho, criando um novo papel para si e para a cooperativa a qual está associado, consolidando o significado do novo conceito de “aprender a ser trabalhador-dono” de uma empresa de autogestão. Com este intuito não é suficiente à apropriação dos meios de produção possibilitada pela cooperativa de novo tipo; tão necessário se torna o domínio do conhecimento técnico relativo aos “segredos” da economia, da administração, das finanças, da contabilidade, do marketing, e mais do que tudo, a reinvenção de novos laços de solidariedade, tolerância entre os cooperados organizados em autogestão.

É claro que atingir este princípio da autogestão não é algo fácil, pois as pessoas estão acostumadas a um outro modelo de trabalho, em que realizam ações de forma direcionada, objetiva, definidas por um superior. Por este motivo, vivenciar a autogestão exige uma mudança de cultura da produção e gestão do trabalho, em que o indivíduo, juntamente com seu grupo, reconheça suas potencialidades. Segundo um entrevistado ser um empreendedor é ser,

(...) um sonhador. É aquele que aposta no futuro e que vive em busca de conquistar seus sonhos. Eu sou assim, sempre otimista e acredito que as coisas vão melhorar e que tudo vai dar certo. Se meu grupo ainda apresenta algumas dificuldades, com certeza elas serão superadas, basta que a gente se organize melhor, distribua melhor as responsabilidades, busque conhecimento e vá atrás de alternativas. Acredito que se eu não conseguisse pensar assim na verdade eu não teria nem formado esse grupo. Teria continuado sozinho, não ia perder tempo ensinado a outras pessoas minha profissão. Mas eu acredito que trabalhar em equipe é bem melhor e acredito também que daqui a 5 ou 10 anos nós estaremos em uma condição bem melhor, mais estabilizados, porque este é um trabalho de longo prazo (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário E).

Diante da realidade da Economia Solidária vivida no Grande Bom Jardim e em outros bairros e/ou municípios, é importante destacar o compromisso que o Estado assume ao incentivar a organização dos empreendimentos econômicos solidários mediante a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, com a

concessão de créditos. Para alguns autores, porém, esta atuação é uma forma de se ausentar de responsabilidades como a garantia de empregos.

Como oferecer, contudo, oportunidades de empregos formais se vivemos em plena reestruturação produtiva, quando o mercado estimula a todo instante a terceirização de serviços, a produção enxuta mediante emprego flexível, em cenário propiciador de exclusão do mercado de trabalho respaldado no discurso da empregabilidade? Alves esboça, em seu livro *Dimensões da reestruturação produtiva* uma crítica ao conceito de empregabilidade...

(...) o conceito de empregabilidade pode ser considerado um dos eixos ideológicos da formação profissional sob o toyotismo. Ele traduz as exigências de qualificações, mas incorpora em si, como contrabando ideológico, a promessa obliterada da possibilidade concreta de inclusão social no sistema orgânico do capital. O discurso da empregabilidade oculta a natureza íntima do desenvolvimento tardio do capital, ou seja, a lógica da produção destrutiva e da exclusão social... A mundialização do capital tende a disseminar o conceito da empregabilidade, que aparece com relativo consenso, nos discursos de neoliberais ou sócio-democrata, como requisito básico para superar a crise do desemprego (2007, p. 250-251).

Diante das dificuldades de inserção pelo mercado de trabalho formal a Economia Solidária busca criar estratégias de sobrevivência que possibilitem àqueles que estão na situação de desemprego, e não possuem as condições exigidas pelo mercado formal, fontes alternativas de geração de renda e ocupação através da organização destes trabalhadores.

De acordo com dados obtidos durante a pesquisa de campo a maioria dos clientes da FUNDESOL são trabalhadores originários do mercado informal em busca de alternativa para sobreviver diante da concorrência do sistema capitalista. Na verdade, segundo entrevistado, a inserção nos procedimentos da Economia Solidária ocorre devido à vontade de vivenciar outras experiências de trabalhos que possibilitem geração de renda, mas não esteja reduzida a simples idéia da produtividade e lucratividade do capital. São jovens e adultos que buscam outras formas de organização, de inserção no mercado de trabalho, apresentando em suas relações laços de solidariedade para juntos poderem conquistar mais espaços no mercado.

Na Economia Solidária, busca-se o reconhecimento do potencial de cada pessoa, passando estes a ser sujeitos proativos, o que “potencializa sua criatividade para melhorar a qualidade de seus produtos ou serviços” (PONTE JUNIOR, 2000, p.111).

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2001, p. 138).

As experiências da Economia Solidária buscam estabelecer laços sociais entre aqueles que se encontram em uma mesma condição, seja ela de desemprego ou inserção no mercado informal, na tentativa de possibilitar mecanismos que promovam a elevação da auto-estima, a qual, na maioria das vezes, é destruída pela situação vivida pelo drama da desocupação. Assim, segundo Tiriba(2001), citado por Silva (2006, p. 104), a Economia Solidária busca “oferecer condições para que indivíduos se sintam amparados e com potencialidade para prover suas vidas, tamanhas as circunstâncias provocadoras de frustrações e fracasso”. E, por este motivo, a necessidade de o Estado se posicionar como interventor desta nova forma de produzir, mediante a criação da SENAES.

Durante as entrevistas, foi perguntado aos sujeitos pesquisados se eles consideram a proposta da Economia Solidária a alternativa viável para o desemprego e todos responderam que sim, mesmo conscientes das limitações deste modo de trabalho. Acrescentaram, ainda, que a Economia Solidária possibilita a organização da comunidade, da produção e do consumo. Por meio dos empréstimos e trabalhos em grupo, é possível, respectivamente, a aquisição de meios de produção e a socialização das dificuldades podendo, juntos, encontrar soluções para seus problemas e melhores condições para a realização de seus trabalhos.

(...) eu acho que a inserção na economia solidária foi algo muito positivo para a gente e acredito que também para os demais grupos, porque eu vejo que o capitalismo está defasado e se não for as pessoas se unirem, trabalharem coletivamente, a gente não vai conseguir nada. Na verdade a Economia Solidária esta ajudando na redução do desemprego, ela é uma alternativa, mas não conseguiu acabar com a realidade do desemprego porque ela ainda não atingiu a todos. Porém, eu vejo que com mais divulgação deste trabalho muitas outras pessoas poderão ser beneficiadas e assim sair da condição de desemprego porque ela é uma oportunidade para que pessoas iniciem seu próprio negócio (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário G).

eu acho que ainda tem muito a ser feito, mas para nós ela contribuiu bastante, ela veio para proporcionar mudanças em nossa vida. A vinculação com a proposta da Economia Solidária foi realmente uma alternativa para a questão do desemprego. Hoje meu esposo e minha família, trabalham comigo. Todas as nossas despesas é tirada daqui. Esse trabalho esta sendo a única fonte de renda de minha casa. Porém, quantas pessoas precisam desta

oportunidade e ainda não sabem como fazer este empréstimo, não tem acesso, não tem informação. Para nós a inserção neste grupo foi muito boa (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário F).

Nesses relatos, é possível identificar a importância da Economia Solidária como alternativa de geração de renda para aqueles que se encontram na condição de desemprego. Sabe-se que a Economia Solidária ainda não representa um modo de produção por ainda não ter condições reais de se sobrepor ao capitalismo, mas, desde a década de 1990, diversas são as estratégias utilizadas para a ampliação desses empreendimentos econômicos solidários.

De acordo com o mapeamento da Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES¹⁵, existem quase 15 mil empreendimentos econômicos solidários no Brasil que envolvem cerca de 1,5 milhão de pessoas, em 2.274 municípios, e proporcionam um faturamento que ultrapassa a casa de R\$ 6 bilhões por ano (ATLAS, 2006, p.9).

Conforme o perfil da Economia Solidária no Brasil, os empreendimentos econômicos solidários(EES) têm maior concentração na região Nordeste, com 44%, sendo o Estado do Ceará identificado como o segundo Estado brasileiro com maior volume de empreendimentos solidários, com 8,4%, o que corresponde a 1.249 empreendimentos (ATLAS, 2006).

Em relação às formas de organização dos EES na Região Nordeste, 66% dos empreendimentos estão organizados na forma de associação e 27% sob a de grupos informais e apenas 6% de organizações sob a forma de cooperativas (ATLAS, 2006).

Dos empreendimentos econômicos solidários visitados na Região do Grande Bom Jardim e acompanhados pela FUNDESOL, todos estão inseridos no mercado informal. São grupos pequenos em busca do fortalecimento de suas ações e inserção no

¹⁵ SENAES tem por objetivo o “fortalecimento e divulgação da economia solidária nacional, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário”. (Apud SILVA, 2006, p. 111)

Com a ação de mapeamento da Economia Solidária no Brasil, publicou-se no ano de 2006 o *Atlas da Economia Solidária no Brasil* e criou-se o Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES. O SIES é um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil que se orienta pelos conceitos constantes na Portaria do MTE, nº 30, de 20 de março de 2006. (ATLAS, 2006, p. 10).

mercado sob a óptica dos princípios da solidariedade com produção e o consumo consciente e solidário. Por esse motivo, a experiência da Economia Solidária luta em busca de criar lacunas que possibilitem opções aos problemas e dificuldades vividos no mercado capitalista.

Continuando a referência feita aos dados obtidos do mapeamento dos empreendimentos da Economia Solidária no Brasil, em relação os motivos que levaram à criação dos EES na Região do Nordeste, têm-se: 1) a alternativa ao desemprego, com 47%; 2) fonte complementar de renda, com 40%; e 3) condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios, com 38%.

Já em relação aos dados fornecidos pelos sujeitos entrevistados, os principais motivos que levaram à criação dos arranjos produtivos solidários do Grande Bom Jardim foram: 1) a necessidade de ampliação dos negócios, 2) o desemprego, 3) oportunidade de um financiamento, e 4) oportunidade de realização de um trabalho em grupo.

Por intermédio desses dados, é possível verificar que tanto os dados obtidos do mapeamento da Economia Solidária no Nordeste como os desta pesquisa, desenvolvida com os clientes da FUNDESOL, têm em comum acordo o fato de que a realidade do desemprego e a necessidade de financiamentos solidários são os principais motivos para a criação de grupos de produção solidária (empreendimentos econômicos solidários).

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, verifica-se que, mediante as políticas de financiamento a empreendimentos econômicos solidários, muitos têm conquistado diversos resultados em seus trabalhos. Obtiveram recursos materiais; ofereceram oportunidades de trabalhos a outras pessoas da comunidade que estavam na condição de desemprego; passaram a trabalhar em atividades de que gostam, apresentando outra perspectiva em relação ao ato de trabalhar; e melhoraram os empreendimentos existentes.

5.3 - Sentido e prática da Economia Solidária no Grande Bom Jardim

Na busca de compreender o significado da experiência da Economia Solidária para os clientes da FUNDESOL, procuramos também trabalhar, durante as entrevistas, questões que pudessem oferecer respostas em relação às mudanças mais significativas na vida pessoal e comunitária de cada sujeito pesquisado, com a inserção na experiência da Economia Solidária.

Durante as entrevistas, coletamos informações sobre as vantagens e desvantagens dos trabalhos relacionados ao CREDSOL e aos arranjos produtivos solidários; a relação deste trabalho com o desenvolvimento local e criação da Rede Solidária; o grau de envolvimento e/ou participação da comunidade com os instrumentos e mesmo com a política (princípios e ideais) da Economia Solidária, de forma que pudéssemos consolidar informações que vislumbrassem os resultados já alcançados com essa experiência.

No depoimento da maioria dos entrevistados em relação ao valor/significado atribuído à experiência da Economia Solidária, por intermédio das linhas de financiamento do Microcrédito e do CREDSOL, estes assinalaram que consideram a Economia Solidária uma oportunidade capaz de fortalecer os trabalhos comunitários, ampliar pequenos negócios e ensejar renda.

Eu entendo a Economia Solidária como uma atividade que possibilita você ajudar ao próximo e a si mesmo. Na Economia Solidária você consegue uma forma de fortalecer seu trabalho, consegue uma renda para garantia da sua sobrevivência e, automaticamente, contribui para a sobrevivência de muitas outras pessoas, porque acaba promovendo a circulação de dinheiro no bairro. Na verdade é uma forma de abrir novos caminhos. Diferentemente da Economia Capitalista que está vinculada somente ao lado financeiro, na Economia Solidária há uma preocupação acima de tudo com o outro. (entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário A).

A Economia Solidária é um meio de ampliar alguns pequenos negócios aqui do bairro. Eu acredito que ela seja uma experiência velha, porque o trabalho em cooperativa, em grupos produtivos não é algo novo, mas somente agora está ganhando força. Aonde a gente vai, a gente escuta falar sobre Economia Solidária. E eu compreendo que esta questão da Solidariedade é utilizada no sentido de mostrar que a gente não está só, outras pessoas estão nesta mesma caminhada e junto podemos fazer algo diferente. Juntos podemos discutir problemas e construir saídas. (entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário B).

Durante as entrevistas, entretanto, também foi possível perceber que alguns dos pesquisados não fazem uma relação direta entre seus trabalhos e a experiência da Economia Solidária. Em suas falas, é claramente percebida esta vinculação.

Eu não sei dizer bem o que é Economia Solidária. Não sei falar muito sobre esse assunto. Mas aqui em nosso grupo é assim, tudo é compartilhado, responsabilidades, tarefas e distribuição da renda. Apesar de ser algo difícil de trabalhar, a gente vem conseguindo através da união entre os integrantes. Cada um tem a seguinte visão: eu tenho responsabilidades em relação ao grupo e se o grupo der certos ou errado todos nós somos os responsáveis por isto. Ninguém é patrão. Todos somos patrão uns dos outros. Esse é um trabalho de desenvolvimento de consciência (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário E).

Diante desse argumento, é possível compreender a Economia Solidária como um modelo de organização da comunidade e do trabalho (grupos de produção) – é uma nova forma de produzir dentro do sistema capitalista – vivenciada nas relações cotidianas. São formas de mobilização da comunidade em busca de estratégias que venham fortalecer a organização comunitária e promover o desenvolvimento local por intermédio do oferecimento de trabalho e renda.

A criação dos cartões de crédito solidário são instrumentos para a consolidação dessa experiência, já que esses visam à fixação de renda na comunidade, nos empreendimentos locais. Por este motivo, no Grande Bom Jardim, criou-se o CREDSOL, cartão oferecido aos moradores do bairro na perspectiva de ampliar a experiência da Economia Solidária por meio da política do consumo solidário e consciente.

Segundo entrevistados clientes do CREDSOL, por intermédio desse cartão, a comunidade tem a possibilidade de fazer suas compras no comércio local, não se submetendo à utilização de outros cartões do mercado, os quais apresentam altas taxas de juros e uma vinculação com a relação de débito no SPC ou SERASA. Com o CREDSOL, o cliente aprende a controlar seus gastos, visto que esse oferece um limite pequeno, porém de acordo com a realidade socioeconômica do usuário (seus gastos e receitas mensais).

O intuito do cartão de crédito solidário não é criar cidadãos consumistas, mas estabelecer oportunidades para que as pessoas possam ter garantida uma fonte de renda

que auxilie com os gastos de necessidade básica. Seguem relatos dos sujeitos entrevistados em relação ao CREDSOL.

O CREDSOL foi ótimo para mim. Quando eu estou aperreada ele me serve muito. Eu não utilizo o crédito todo de uma vez, pois vou comprando à medida que preciso e o supermercado é que vai descontando na minha fatura. Ele facilita bastante, por que em relação aos outros cartões quando a gente parcela uma compra os juros são altíssimos. No CREDSOL não é assim, no final do mês a gente só paga aquilo que gastou. Não tem juros. Só tem juros quando a gente paga com atraso. (Cliente do CREDSOL A).

Quando eu solicitei o CREDSOL eu não tinha nenhum outro cartão. Quer dizer eu acho que ninguém aqui da comunidade tinha, era algo novo ter cartão e era bem mais difícil conseguir. Muitos de meus vizinhos não querem o cartão porque falam que ele tem um limite pequeno demais e porque a gente se limita a comprar somente aqui no bairro. Mas, eu acho ele muito bom. Com ele eu faço as minhas compras no mercantil, não preciso mais comprar fiado e ficar passando vergonha, porque o comerciante tem a certeza de que aquele valor será pago no mês seguinte. (Cliente CREDSOL B).

Durante as entrevistas, foram relatadas algumas vantagens e desvantagens na utilização do cartão de crédito solidário – CREDSOL. Segue uma tabela de exposição das questões apresentadas pelos sujeitos pesquisados.

Tabela 6

VANTAGENS DO CREDSOL	DESVANTAGENS DO CREDSOL
1º Não tem anuidade	1º Poucos lugares credenciados
2º Facilita a compra de necessidade	2º Pagamentos de faturas na FUNDESOL
3º Pouca Burocracia	3º Pouca divulgação na comunidade
4º Ajudar a controlar os gastos	4º Utilização manual

Fonte: Pesquisa de Campo.

Em relação às vantagens na utilização do CREDSOL, os sujeitos pesquisados priorizaram questões como a ausência de anuidade e a facilidade nas compras. Durante relatos, entrevistados informaram que, por intermédio do CREDSOL, a comunidade pode fazer parte do mundo moderno – com utilização do dinheiro de plástico, porém de uma forma diferenciada, visto que este cartão solidário não adentra a lógica de exploração do consumidor mediante elevados índice de juros e pagamento de anuidade.

Em paralelo à apresentação das vantagens do CREDSOL, os sujeitos entrevistados relataram que os principais problemas são: poucos lugares credenciados ao recebimento do cartão e o pagamento das faturas na FUNDESOL. Durante as

entrevistas e visitas a campo, foi possível perceber que em alguns bairros o pagamento da fatura pode ser feito na associação ou mesmo no mercadinho; mas, na maioria dos casos, isso não acontece, tendo os clientes que se deslocar até a FUNDESOL. Segundo entrevistado:

Aqui pertinho só nós mesmo temos o cartão. Tem outras pessoas que gostariam de pedir, mas eles falam que a FUNDESOL é muito longe e não dar certo ficar indo todo mês para lá para fazer o pagamento. É melhor ter outros cartões porque a gente paga por aqui mesmo. Se tivesse como pagar em outros cantos como na cheque pague ou em outros locais com certeza incentivava mais pessoas a utilizarem o cartão. No meu caso, quando eu vou para FUNDESOL para pagar o cartão, não é nada não, mas eu gasto 3,20 que poderiam ser economizado. (Cliente do CREDSOL C).

Durante entrevistas realizadas com os clientes do microcréditos, participantes dos arranjos produtivos solidários, foi possível perceber que são poucos os que utilizam o CREDSOL. Como resposta à não-vinculação a esta linha de financiamento, estes relataram não utilizar o cartão por opção. Segundo relato, “Na verdade, eu não utilizo porque não gosto de cartão, acredito que ele estimula a gente a fazer compras e neste momento eu não posso estar fazendo débitos”.

Neste depoimento, verifica-se a existência de perspectivas e concepções diferentes entre os clientes do FUNDESOL em relação ao CREDSOL, sendo observado que a idéia da criação de um cartão de crédito próprio para os moradores da região do Grande Bom Jardim não foi por todos compreendida, já que a lógica do mercado capitalista, em que se cria um cartão de crédito para facilitar e contribuir com o consumo excessivo, é bem mais forte.

Para entender a proposta do CREDSOL, é necessário compreender que este se assenta sobre bases paradoxais, visto ser um cartão de crédito, um instrumento de incentivo à aquisição de bens e produtos na sociedade capitalista, mas que, na Economia Solidária, apresenta um diferencial por garantir a compra e venda determinada pelas relações solidárias entre produtor e consumidor, integrando-os em uma rede comunitária.

É pena que, no caso específico do Grande Bom Jardim, essa Rede Comunitária e Solidária, que deveria ser estabelecida mediante linhas de financiamento da FUNDESOL, não se constitui de forma intensa por ser pequena a quantidade de

moradores e empreendedores que acreditam, vivenciam e defendem a proposta da Economia Solidária. Segundo um entrevistado,

A comunidade ainda não tem essa visão de contribuir com os pequenos empreendedores, contribuir para o desenvolvimento local, pois uma feira que existe lá no Bom Mix você conta às pessoas que participam. As pessoas daqui preferem comprar as coisas de fora. Às vezes, compram lá no beco da poeira a mesma coisa que a gente produz, com a mesma qualidade, mas não compra dentro do bairro. São por este e outros motivos que eu tenho minhas dúvidas em relação ao crescimento da Economia Solidária aqui no bairro, porque eu já estou a mais de um ano neste trabalho e não vejo ela caminhar. Foram poucas as conquistas adquiridas até hoje. Não vejo uma mudança na postura dos moradores. (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário D).

Nesse relato, percebe-se que as experiências desenvolvidas no Grande Bom Jardim ainda não produzem o desenvolvimento da teoria do consumo solidário, a qual proporciona uma mudança de comportamento, de atitude coletiva, na tentativa de promoção do desenvolvimento local por meio da valorização dos produtores locais.

Na verdade, o espírito individualista, imposto pelo modo de produção capitalista, continua interferindo intensamente nas relações estabelecidas no cotidiano, tendo a Economia Solidária que enfrentar muitos entraves para ganhar força e adesão daqueles que podem contribuir para a criação de outra perspectiva em relação à forma de organização da comunidade.

No Grande Bom Jardim, a criação do *Shopping* Solidário Bom Mix foi uma estratégia utilizada em busca de oferecer à comunidade um espaço que possibilitasse encontros e a comercialização de produtos e serviços, que favorecesse o fortalecimento, divulgação e ampliação da proposta da Economia Solidária na região.

Nas falas dos entrevistados, todavia, verificou-se que o *shopping* ainda tem pouca movimentação e as pessoas da comunidade parecem não se identificar com o espaço; só o frequentam em eventos culturais. Segundo relatos,

Eu não sei dizer o que acontece, eu só sei que lá é muito morto. Quando abriu, todas as lojas estavam ocupadas. Hoje já tem lojas fechadas, porque as pessoas não agüentam pagar um aluguel de em média 280,00 para não conseguir vender nada. (Entrevistada do Arranjo Produtivo Solidário E).

Nos relatos durante as entrevistas, pesquisados apresentaram alguns motivos que se caracterizam como empecilhos para a apropriação do espaço do Bom Mix como *locus* destinado à promoção da idéia da Economia Solidária. Dentre eles, têm-se:

- vinculação da idéia de *shopping* com um espaço destinado para pessoas que têm dinheiro;
- a maioria dos lojistas não compreende a proposta da Economia Solidária;
- venda de mercadorias como preços elevados, não estando de acordo com a realidade dos moradores do Grande Bom Jardim;
- não-incentivo aos grupos produtivos solidários na ocupação das lojas do Bom Mix, em razão dos elevados preços dos aluguéis; e
- pouca divulgação das atividades.

Desta forma, é importante destacar a necessidade da criação de estratégias que venham favorecer o reconhecimento do Bom Mix como um *shopping* solidário desvinculado da idéia de consumo excessivo, exploração e lucro próprio do sistema capitalista. Para tanto, faz-se necessária a inserção/inclusão nesse espaço dos maiores representantes da Economia Solidária no Grande Bom Jardim, isto é, os participantes dos arranjos produtivos solidários e clientes do CREDSOL.

Se analisarmos sob outro ponto de vista, veremos que a criação do *shopping* Bom Mix representa a possibilidade dos moradores da periferia de Fortaleza de terem um espaço que é encontrado somente em bairros mais elitistas. Segundo a fala de alguns moradores, percebe-se que eles visualizam o *shopping* como um espaço de lazer; um *locus* de referência na realização de palestras, oficinas e atividades culturais; um espaço aconchegante e de que realmente os moradores do bairro precisavam. Em razão das peculiaridades vividas e já expostas há pouco em relação à forma de organização [gerência], eles [moradores], no entanto, não usufruem dos serviços e projetos que deveriam ser desenvolvidos nesse ambiente.

Em relação ao sentimento de solidariedade vivido pelos clientes da FUNDESOL, durante entrevista, a maioria assinalou que a criação dos grupos produtivos e do CREDSOL, isto é, das oportunidades de financiamento, semeou a idéia da solidariedade na comunidade. Em virtude, entretanto, da preponderância da visão individual e competitiva imposta pelo sistema capitalista, o sentimento de solidariedade ainda não ganhou a dimensão que se busca na efetivação do comércio justo, solidário e cooperativo proposta pela Economia Solidária.

Alguns entrevistados, entretanto, relataram que, mesmo de forma simples, o trabalho em grupo possibilita a conquista de fatores que contribuem para o desenvolvimento local, independentemente da discussão de ser solidário ou não.

Eu vejo assim, na medida em que a gente pode proporcionar aos moradores do nosso bairro coisas que eles iam buscar lá fora, isto para mim é contribuir com o desenvolvimento local. É como se fosse também um círculo vicioso, pois à medida que as pessoas utilizam dos serviços oferecidos na comunidade, o dinheiro vai circulando no bairro gerando assim uma melhoria para o próprio bairro. (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário C).

Muitos entrevistados fizeram uma relação direta entre desenvolvimento local e qualidade de vida pois, para esses, qualidade de vida está relacionada à melhoria econômica promovida por intermédio da realização de trabalho que oferece oportunidades de geração de renda. Segundo relatos,

Com certeza esse trabalho que a FUNDESOL faz dos financiamentos possibilitará uma melhoria no bairro, porque quem faz o bairro são as pessoas e se estas estão tem oportunidade para melhorar suas condições de vida, com certeza o bairro também crescerá. Por exemplo: Se na minha casa pessoas compram o meu produto, há uma geração de renda para minha família, o que com certeza implica diretamente em nossa qualidade de vida e, conseqüentemente, no desenvolvimento local porque esta renda gerada circulará no bairro através da compra de outros bens ou serviços. (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário B).

Em relação às mudanças de vida dos sujeitos entrevistados, após sua inserção nas linhas de financiamento da FUNDESOL, esses conseguiram mensurar aspectos negativos e positivos. Em relação aos aspectos negativos, foram relatadas as dificuldades vividas em virtude da instabilidade financeira, pois a incerteza impossibilita o ato de planejamento.

Quando se trata dos aspectos positivos, os entrevistados apresentaram questões como: aprimoramento de habilidades profissionais; aprendizagem em relação ao trabalho em equipe, compartilhando vitórias e dificuldades; crescimento intelectual em decorrência da participação em cursos, palestras e oficinas; e conhecimento de novas pessoas ensejando troca de idéias.

Por intermédio dessas questões, verifica-se que a inserção em trabalhos coletivos e solidários possibilitou outra visão sobre o ato de trabalhar em si, visto que

esse deixou de ser caracterizado como atividade de simples aquisição de renda para ser visto como atividade que possibilita troca de saberes.

Mesmo tendo ciência de que os trabalhos desenvolvidos na Economia Solidária no Grande Bom Jardim ainda não atingiram a dimensão desejada com a efetivação da rede solidária, durante a pesquisa de campo, uma das entrevistadas assegurou que, por meio do seu trabalho, muitas coisas já foram conquistadas. Segundo ela,

A partir deste financiamento eu fiz melhoria em minha casa, hoje se eu quisesse nós poderiam ter uma lojinha montada, eu não preciso mais ir para as feiras (praça José de Alencar), que desvalorizam muito nosso produto. Iniciei minha faculdade de administração, mas graças a uma boa nota que tirei no ENEN tenho uma bolsa do PROUNI. Então através deste trabalho consegui muita coisa boa em minha vida, eu investi em um pouco mais de conforto. Para mim a FUNDESOL é uma galinha dos ovos de ouro. Eu sempre digo que só se ganha dinheiro quando se tem dinheiro, e a FUNDESOL quando possibilitou este crédito para a gente possibilitou também muitas melhorias em minha vida. (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário B).

É importante destacar o fato de que, durante as visitas realizadas aos arranjos produtivos solidários, ficou claro que estes empreendimentos vêm dando certo, haja vista o apoio e o envolvimento de familiares. Dos sete grupos visitados, cinco têm o apoio da família e, desses, três transformaram suas casas em seu local de trabalho por causa da necessidade de redução dos custos. Segundo o entrevistado,

Em nosso grupo das 04 famílias a minha foi a que mais se doou, isso porque o nosso local de trabalho ficou sendo aqui em minha casa. E se eu não tivesse tido o apoio de minha família, com certeza esse trabalho não teria dado certo. Aqui todos do grupo se alimentam. A gente não tem despesa com aluguel, mas em compensação isso aumenta as responsabilidades de minha esposa, pois é ela que fica responsável pelo almoço de todos. Na verdade eu tenho um apoio muito grande. Elas, minha esposa e filha, acreditam demais nesse trabalho, acreditam que ele vai dar cada vez mais certo. Incentivam, participam e tudo isso contribui muito para o nosso sucesso.. (Entrevistado do Arranjo Produtivo Solidário E).

Em relação aos outros dois grupos, os entrevistados relataram que, apesar de seus membros familiares não interferirem na realização de seus trabalhos, eles também não acreditam em seu trabalho e diz que seria melhor um emprego de carteira assinada, com estabilidade. Segundo a entrevistada,

“Minha família me acha um fracasso. Eles não acreditam em meu trabalho. Acham que isso foi uma loucura. Foi um empréstimo muito alto e não temos

um salário certo no final do mês. Eles dizem que eu dou tudo que tenho e não tenho nada em troca. Eles não acham que esse trabalho seja uma coisa de futuro. Eles acham que futuro é ter um emprego de carteira assinada”. (Entrevistada do Arranjo Produtivo Solidário A).

Assim, verifica-se que investir na alternativa de trabalho e/ou de vida que exija atitudes diferentes daquilo que na sociedade capitalista se considera necessário (lucro e posicionamento individualistas), não é algo fácil e, tampouco, aceito por todos. Seguindo as regras ditadas pelo jogo do capitalista, o melhor é ter um emprego de carteira assinada e com estabilidades, mesmo que, para isso, os processos de trabalho estejam distantes de questões como bem-estar pessoal e social.

Diferentemente do que se prega no modo de produção capitalista, na Economia Solidária, busca-se a geração de trabalho e renda, obedecendo a princípios como valorização social do trabalho humano e autogestionário; desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade; recuperação da dignidade e da cidadania; e valorização do saber local, assim como exposto durante o capítulo 3.

É por estes e outros motivos orientadores da experiência da Economia Solidária que ela é questionada em relação a sua efetividade, isto é, em relação à exequibilidade de uma produção simples de mercadoria e/ou serviço em meio ao grande sistema capitalista.

Como garante Singer (2001, p. 131), entretanto, “a fragilidade da produção autônoma reside em sua pequenez e isolamento”. Por este motivo, a Economia Solidária tem como um instrumento de suas ações a criação de redes solidárias, nas quais pequenos empreendimentos possam juntos fortalecer seus trabalhos e lutar por políticas públicas de incentivo e proteção social aos trabalhadores.

Eu acredito que a tendência da Economia Solidária é crescer. Hoje eu vejo a Economia Solidária como um estilo de vida. Uma preocupação com aquilo que se usa, aquilo que se fabrica, aquilo que se compra. E, é preciso que a gente repasse o que acredita para que essa idéia ganhe força. (Entrevistado do arranjo produtivo solidário C)

Aliado, porém, à divulgação do desejo da construção de “um outro mundo possível”, a concretização da Economia Solidária só acontecerá quando seus agentes vivenciarem cotidianamente em seus campos de atuação os princípios de autogestão, cooperativismo e solidariedade. A autogestão, por possibilitar o “empoderamento” dos

sujeitos inseridos nos processos, colocando-se como os principais agentes do trabalho, mediante planejamento, organização, administração e execução das atividades. O cooperativismo, por sensibilizar a todos a trabalharem em conjunto, de forma que haja uma interação dentro da comunidade. E, solidariedade, por aguçar o sentimento de responsabilidade para com o outro e com a comunidade.

Ademais, é necessário que seja introjetado, também, o sentido do consumo solidário, que possa se contrapor, juntamente com às ações da Economia Solidária, aos princípios da Economia Capitalista, numa perspectiva mais próxima dos objetivos prescritos por essa nova proposta de produção e consumo.

Para tanto, o vislumbre desses princípios citados depende de um processo lento e gradual, que exige, na verdade, intenso trabalho cultural, que faça emergir relações sociais solidárias e conscientes, na perspectiva de vivenciar, em um futuro próximo, os frutos deste novo modo de produzir, que é a Economia Solidária.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proposta para o debate

A realização desta pesquisa proporcionou-nos melhor compreensão dos processos que envolvem a Economia Solidária. Após este experimento, chegamos à conclusão de que esse modelo de organização da comunidade, produção e consumo, oriunda de setores populares e associativos, ainda se encontra de forma dispersa e fragmentária, o que dificulta a consolidação do projeto ideal da Economia Solidária - a “sociedade pós-capitalista”.

Em análise dos trabalhos desenvolvidos na Região do Grande Bom Jardim, por intermédio das ações propostas pela FUNDESOL à comunidade, notamos que são grandes as possibilidades para efetivação deste novo modelo de organização socioeconômica, em decorrência do potencial organizativo dessa comunidade. Observamos todavia, também, que, no momento, maiores são as limitações das experiências realizadas, haja vista o fenômeno da Economia Solidária se apresentar muito mais no plano das idéias do que na prática, tornando-a algo utópico; um sonho a ser conquistado.

De acordo com os dados da pesquisa, contudo, a experiência da Economia Solidária desenvolvida na região Grande Bom Jardim, ainda que não tenha tomado as dimensões desejadas, se apresenta de forma embrionária, pois possibilita para a maioria dos entrevistados uma nova visão sobre a categoria trabalho e mudanças significativas em suas vidas pessoal e comunitária.

A realização de trabalhos autogestionários cria condições que levam o indivíduo a ter maior liberdade e autonomia em seu trabalho. Vivenciar a autogestão é viver uma nova forma da gestão das relações humanas e do trabalho, na qual se reconhece em cada indivíduo sua capacidade de criação. Os arranjos produtivos solidários simbolizam exatamente essa capacidade de enfrentar o desafio de participar de um trabalho coletivo que exige conhecimento financeiro, troca de saberes, apropriação dos meios de produção e distribuição equitativa da renda.

Em relação às mudanças na vida pessoal e comunitária, foi possível verificar no estudo empírico que a inserção nas linhas de financiamento da FUNDESOL proporcionou nova perspectiva sobre a comunidade. Com a experiência de trabalhos coletivos, a comunidade passou a verificar que o problema de um indivíduo era o problema da coletividade e, reunidos, eles poderiam encontrar soluções que amenizassem suas dificuldades, viabilizando a garantia dos direitos.

Com efeito, com a formação dos arranjos produtivos solidários e do CREDSOL, foi semeada a idéia da solidariedade na comunidade, em busca pela fixação de renda e, conseqüentemente, promoção do desenvolvimento local e qualidade de vida. Esses trabalhos possibilitaram, segundo dados da pesquisa, o aprimoramento de habilidades profissionais; o crescimento intelectual por intermédio de instrumentos de qualificação profissional; e ensinou a troca de saberes e idéias.

Em razão, porém, do predomínio da visão competitiva imposta pelo sistema capitalista, o sentimento de solidariedade exigido pela Economia Solidária ainda não ganhou grandes proporções, visto que o espírito de competição e o individualismo imposto pelo modo de produção capitalista interferem profundamente nas relações estabelecidas cotidianamente entre produtores e consumidores. São estas questões que levam Sennet(1999) a defender a idéia de que o capitalismo flexível provocou uma corrosão do caráter pelo fato de não se desenvolver ações a longo prazo, tampouco preocupadas com valores coletivos, já que no sistema capitalista se torna quase impossível o desenvolvimento de ações duradouras. Tudo é passageiro. Tudo é efêmero. E os valores individuais são superiores às questões coletivas, o compromisso e à lealdade.

Uma explicação objetiva para o não-fortalecimento das ações propostas pela Economia Solidária é o fato de ela nascer das entranhas do sistema capitalista de produção, porém procurando organizar-se fora de suas matrizes constitutivas. A Economia Solidária, na verdade, é um fragmento dentro do sistema capitalista, que busca estabelecer novos princípios e diretrizes para a gestão do trabalho e relações humanas e, por isso, é alvo de interferências diretas em sua consolidação.

Em análise das condições de existência dos experimentos da Economia Solidária na região do Grande Bom Jardim, foi constatado que a organização e/ou comercialização dos bens e serviços estão aquém do tipo ideal de produção e consumo almejado pela Economia Solidária. Em relação ao que foi possível verificar em pesquisa de campo, acreditamos que isso ocorra dadas as dificuldades enfrentadas para a viabilização da rede solidária.

Na região do Grande Bom Jardim, a rede solidária configura-se, ainda, de forma elementar, por meio de pequenas relações e parcerias firmadas entre alguns grupos. Na realidade o que se constitui são grupos e pessoas que participam de alguns projetos e empreendimentos voltados para a Economia Solidária, com base nas linhas de financiamento da FUNDESOL, porém sem muita articulação, tendo estes que direcionar sua produção para o mercado capitalista em razão da ausência de demanda local.

Estas, dentre outras questões, é que travam o processo de desenvolvimento da experiência da Economia Solidária na região do Grande Bom Jardim. A consolidação da rede comunitária e solidária é de fundamental importância para a expansão da Economia Solidária. Por intermédio dela, realiza-se um trabalho coletivo, com fluxo de saberes, bens e serviços, contribuindo diretamente para a promoção de uma sociabilidade humanizadora.

Durante as entrevistas, foram constatadas as seguintes dificuldades para a constituição do modelo de organização socioeconômico: a) falta de capital de giro; b) falta de acompanhamento sistemático por técnicos da FUNDESOL; c) dificuldades no escoamento da mercadoria (comercialização); d) pouca divulgação dos trabalhos desenvolvidos na comunidade; e) não-valorização dos produtos locais pelos moradores da região; f) incerteza financeira, instabilidade na remuneração; e g) poucos parceiros locais (rede de comércio e outros empreendimentos – ausência da rede solidária).

Todas essas dificuldades implicam diretamente a efetivação da Economia Solidária, pois adentrar um “mundo novo” exige coragem para enfrentar desafios e apoio constante para a elaboração de uma nova forma de organização social e econômica. Fazer parte de grupos solidários é algo desafiador, porque põe o indivíduo a desenvolver sua capacidade teleológica, para criação e recriação dos seus processos de trabalho.

Durante a pesquisa, a maioria dos entrevistados informou que a FUNDESOL faz um trabalho muito importante na comunidade, por abrir horizontes que estabelecem novas visões sobre o mundo do trabalho. É preciso, no entanto, uma ampliação de suas ações mediante um trabalho de propagação e expansão deste novo modelo de organização social e econômica. É necessário um acompanhamento sistemático aos grupos. É preciso estar na comunidade, porque é a comunidade que dá sustentação à Economia Solidária.

Considerando que a experiência da Economia Solidária ainda se encontra em fase de gestação, percebe-se que a promoção da qualidade de vida dos indivíduos participantes deste novo modelo de organização da comunidade, produção e consumo está longe de ser atingida. Isto porque, além da necessidade de realização de trabalho prazeroso, está a realização de um trabalho que lhe assegure rentabilidade, de forma a possibilitar a garantia de necessidade básica, direitos sociais e econômicos.

Assim, é por acreditar que logo mais este feto embrionário se transformará em um grande modelo de organização social e econômica que os sujeitos entrevistados apresentaram perspectivas positivas em relação à Economia Solidária. Esses crêem que a tendência da Economia Solidária é ganhar novos rumos e expandir-se cada vez mais dentro das comunidades, incentivando a geração de renda e novas configurações na organização da produção e do consumo, na perspectiva de oferecer oportunidades para todos com as linhas de financiamento.

Diante das dificuldades apresentadas para o desenvolvimento dos trabalhos voltados para a Economia Solidária, podemos dizer que a FUNDESOL, na verdade, atua como aprendiz nas experiências da Economia Solidária, estando assim sujeita a erros e acertos na busca pela consolidação desse novo modelo de organização da sociedade que apresenta características superiores ao modelo atual de produção, haja vista ser um movimento que procura “proporcionar as pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, uma vida melhor.” (SINGER, 2002, p.114).

[...] melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter às ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado (SINGER, 2002, p. 114-115).

Compreendendo as limitações reais no desenvolvimento dos trabalhos da FUNDESOL, no entanto, os sujeitos entrevistados relataram as seguintes sugestões na tentativa de contribuir para o aprimoramento da Economia Solidária na região do Grande Bom Jardim:

- formação de outros grupos para que mais pessoas da comunidade sejam beneficiadas;
- ampliação da rede de empreendimentos credenciados ao CREDSOL com a inclusão de produtores das feiras livres, empreendedores de pequenos negócios, comércio e lojinhas para que a cartão ganhe mais força na comunidade;
- realização de capacitações periódicas com os clientes da FUNDESOL, estabelecendo um acompanhamento sistemático dos trabalhos;
- valorização do potencial dos moradores e geração de trabalho e renda, com a contratação de pessoas do bairro para trabalhar na FUNDESOL;
- distribuição, pelo Grande Bom Jardim, de pequenos pontos de apoio da FUNDESOL para 1) pagamento do CREDSOL, 2) orientação e acompanhamento dos trabalhos de grupos já formados e 3) incentivo aos moradores da comunidade à formação de mais grupos produtivos; e
- maior divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela FUNDESOL, dos produtos e serviços disponíveis à comunidade, por intermédio de variados meios de comunicação (exemplo - TV, carro ou bicicleta de som e feiras itinerantes e periódicas).

Analisando as questões retromencionadas, verifica-se que as sugestões feitas pelos clientes e parceiros da FUNDESOL nada mais representam senão a consolidação da rede de colaboração solidária. Por isso, acreditamos que, com perseverança, força de vontade e apoio de organizações governamentais e não governamentais, será possível criar em um futuro próximo, porém por meio de um processo lento e gradual, mecanismos que possibilitem a consolidação desta rede solidária, contribuindo para o fortalecimento de laços solidários entre aqueles que acreditam em um novo modelo de organização social e econômica.

São estas e outras ações capazes de transformar histórias e redimensionar caminhos, que possibilitarão a efetivação de direitos econômicos, políticos e sociais para os moradores da região do Grande Bom Jardim. A simples organização de

empreendimentos solidários representa o início de revoluções locais que, no plano individual e social, possibilitam formas alternativas da gestão do trabalho baseada nos princípios de solidariedade, autogestão e cooperativismo, totalmente opostos ao vividos no sistema em vigor.

Na Economia Solidária, compreendemos que o trabalho deva ser uma atividade inundada de sentido. Nela, tenta-se reaver o sentido de trabalho útil, no qual o homem satisfaça suas necessidades básicas e seja construtor de sua existência. Na prática, contudo, o que se visualiza nesses processos de trabalhos é a não-concretização dos ideais socioeconômicos, já que os próprios gestores não conseguem vivenciar os princípios propostos. Tudo isso reforça a noção de “utopia concreta” que a Economia Solidária demonstra ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Brasília – 26 a 29 de junho de 2006. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 20 de outubro de 2007.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Ensaio de sociologia do trabalho. Editora praxis, 2007 - 298p.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002 a.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 6 ed. São Paulo. Editorial Boitempo, 2002 b.
- ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. **Responsabilidade Social e Consumo Consciente**. Curso de Responsabilidade Social e sustentabilidade para um mundo melhor oferecido pela Universidade Aberta do Nordeste e Fundação Demócrito Rocha, caderno nº 8, ano de 2008.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10 ed. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, SENAES, 2006. 60 p.: il.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Economia solidária do trabalho e radicalização da democracia**. In GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA/ FSM. Documento de contribuição do II Fórum Social Mundial, 2002. Disponível na internet via <http://www.redesolidaria.com.br/biblioteca/fsm.zip> . Acesso em: 20 Junho de 2003.
- BRASIL - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Relatório da Situação dos empreendimentos no Município Fortaleza - 2005**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria>>. Acesso em: 26 novembro de 2007.
- BRAVERMMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CARLEIAL, Adelita Neto. **População, sociedade e desenvolvimento**. Fortaleza: Ed. UECE, 2004. 160p.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David (org). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CENTRO DE DEFESA A VIDA HERBERT DE SOUSA. Documento: **Diagnostico do Grande bom Jardim** - A região do Grande Bom Jardim: aspectos gerais. Fortaleza, Ceará. Dados obtidos via email por <cdvhs@cdvhs.org.br> no dia 24 de Abril de 2008.

CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA – CDVHS. **O que é CDVHS?**, 2003. Disponível em:<<http://www.cdvhs.org.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama Social de América Latina**, Chile, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13 ed. 1ª impressão. São Paulo: Ática, 2003.

CHESNAIS, François. **Mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1995.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Organização popular**: uma possibilidade de construção com participação da comunidade universitária. Porto Alegre, 1997.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

DAGNINO, E; ALVAREZ, S; ESCOBAR, A. (ORG.). **Cultura e prática nos movimentos sociais na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa de Emprego e Desemprego. Mercado de Trabalho Metropolitano, 2007**. Disponível: <http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitana2008.pdf>. Acesso em: 12 de Maio de 2008.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa de Emprego e Desemprego. Mercado de Trabalho Metropolitano, 2008**. Disponível: <http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana/ped_metropolitana2008.pdf>. Acesso em: 12 de Março de 2008.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Principais Conceitos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>>. Acesso em: 09 de maio de 2008.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX & ENGELS. **Princípios do comunismo e outros textos**. São Paulo: Ed. Mandacaru, 1990.

FELIPE, Kelma de Freitas. **Situação de Desemprego**: implicações na subjetividade e nas relações sociais dos trabalhadores em situação de desemprego. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2004.

FORTALEZA - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE: Pesquisa **Fortaleza e o Emprego Formal**. Prefeitura Municipal de Fortaleza – Secretaria de Desenvolvimento Econômico(SDE), 2007.

FORTALEZA - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE: Caderno **Indicadores do Mercado de Trabalho por Regionais e Bairros**. Prefeitura Municipal de Fortaleza, Agosto – Setembro de 2006.

FORTALEZA - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLA: **Cadernos de Propostas do Orçamento Participativo de 2007**. Coordenadoria do Orçamento Participativo de Fortaleza. Prefeitura Municipal de Fortaleza.

GOCKEL, Luísa. **IBASE comemora 25 anos**. Parte da nossa história. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/article/view/2890/1/224>>. Acesso em: 09 de maio de 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GPDU-GRUPO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO URBANO: **Cadernos de Bairro. Diagnostico Socioparticipativo do Grande Bom Jardim**, Março de 2004.

GRIPA, Lenita. Brasil. **Consumo ético e solidário**, 2007. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=28969>>. Acesso em: 20 de outubro de 2007.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa (2003-2007). Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br/pesquisa2003-2007.pdf> > Acesso em: 10 de Março de 2008.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA. Censo Demográfico e Contagem da população, 2000. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso entre 23 de abril a 16 de julho de 2008.

IDT-INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO E TRABALHO. **Pesquisa Desemprego e Subemprego**. Indicadores e Mercado de trabalho, Brasil, 2004. Disponível em: <<http://www.idt.org.br>>. Acesso em: 15 de outubro de 2007.

IDT-INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO E TRABALHO. **Pesquisa mensal Ocupação e Desemprego em Fortaleza**, Junho de 2007. Disponível em: <http://www.idt.org.br/uplaod/ocupação_e_desemprego_-_junho_2007.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2007.

IPECE-INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Básico do Município**. Secretaria do Planejamento e Gestão. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, Ceará: 2007.

JORNAL O POVO. A REINVENÇÃO DO BAIRRO. Caderno Política. Disponível no site <http://www.opovo.com.br/opovo/politica/774987.html>. Acessado dia 25 de maio de 2008.

LESSA, Sérgio. “A centralidade ontológica do trabalho de Lukács”. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. Nº 52. Ano XVII. Dezembro, 1996.

MACHADO, Solange; PLONSKI, Guilherme Ary. **Dinâmica tecnológica em arranjos produtivos locais**. Disponível no site <<http://www.intempres.pco.cu/Intempres2004/Sitio/Ponencias/1.pdf>> . Acessado em 05 de junho de 2008.

MACIEL, Maria Lúcia; ALBAGLI, Sarita. **Capital Social e empreendedorismo local**. Setembro de 2002. Disponível em www.ie.ufrj.br/redesist. Acessado em 15 de maio de 2008.

MANCE, Euclides André. **Economia Solidária: um novo paradigma?** Seminário Catarinense de Economia Solidária. Florianópolis, 2000. Documento em: <<http://www.milenio.com.br/mance/economia2.htm>>. Acesso em: 19 de setembro de 2007

MANCE, Euclides. **Redes de Colaboração Solidária: Aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARCHESINI, Adrielle. **Inadimplência do cartão de crédito soma 5%; endividamento, 18%.** (29/11/07). Disponível no site: <<http://web.infomoney.com.br>>. Acessado em: 20 de agosto de 2008.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844.** Lisboa: Avante, 1993.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Trad. de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).

MELO NETO, Joaquim João e MAGALHÃES, Sandra. **Bairro Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas, ponto a ponto.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003. 118p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **A 'Outra Economia': Um olhar etnográfico sobre a economia solidária.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro em fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.culturaeconomia.com/Textos/Disserta%C3%A7ao%20Eugenia.pdf>>. Acesso em: 17 em setembro de 2007.

NASCIMENTO, Francisca Maria. Dados contendo informações e esclarecimentos sobre a Fundesol e suas linhas de atuação. Mensagem recebida por *email* <nenzinha13_fundesol@yahoo.com.br> no dia 17 de junho de 2008.

PEIXOTO, Marcus. Área de Risco - 20 mil famílias sem estrutura. Caderno Cidade. Jornal **Diário do Nordeste.** Publicação 24 de maio de 2008. Disponível no site: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=540374>. Acessado no dia 15 de junho de 2008.

PIRES, Inácio José Bessa; BENEVIDES, Elayne Maria Mamede. Pesquisa **Fortaleza e o Emprego Formal.** Prefeitura Municipal de Fortaleza e Secretaria de desenvolvimento Econômico. Fortaleza – Ceará, 2007.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 28 de setembro de 2007.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano de 1998.** Consumo desenfreado alarga fosso entre ricos e pobres. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr98/Press/Consumo.htm>>. Acesso em: 27 novembro de 2007.

POCHMANN, Márcio. DESEMPREGO: causas e alternativas de enfrentamento no Brasil. **UNITRABALHO - Informa.** São Paulo, fev., 1998. p. 3.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento Sustentável e Políticas de Inclusão Social.** I Encontro de políticas públicas e inclusão social realizado pela Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

- POCHMANN, Marcio. **O fenômeno do desemprego no Brasil:** diagnóstico e perspectivas. Documento elaborado para o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), setembro de 1999.
- PONTE JÚNIOR, Osmar de Sá (org.). **Mudanças no mundo do trabalho:** cooperativismo e autogestão. Fortaleza: Expressão, 2000.
- QUITANDEIRA, Tânia. **Um toque de Clássicos.** Marx. Durkheim. Weber. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.
- ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil:** Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil:** O que mudou nos últimos 30 anos? Mini-fórum em homenagem aos 40 anos do IPEA. Rio de Janeiro, setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/publi/ep/EP0083.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Rosângela Gil. **Fórum Social Mundial:** uma resposta ao neoliberalismo, 2005. Produzido pelo Núcleo Piratininga de Comunicação. Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br/artigos/2005/66/rosangela-whitaker.html>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2008.
- SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1987.
- SCHWENGBER, Ângela M. **Políticas Públicas de economia solidária e gestores públicos, 2005.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 15 de novembro de 2007.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. 3ª tiragem. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.
- SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego:** diagnósticos e alternativas. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs). **A Economia Solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- WEBER, Max. **Ética protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo. Editora Martin Claret. Tradução Pietro Nassetti., 2006.
- YUNNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo, Ática, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)